**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR**
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA-NCET
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃOEM GEOGRAFIA-PPGG

**DANIELA MOREIRA DOS SANTOS AUTORA**

# RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL RIO CAUTÁRIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: UM TERRITÓRIO EM TENSÃO

**PORTO VELHO – RO**

**2018**

**DANIELA MOREIRA DOS SANTOS AUTORA**

# RESERVA EXTRATIVISTA ESTADUAL RIO CAUTÁRIO NO ESTADO DE RONDÔNIA: UM TERRITÓRIO EM TENSÃO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia–UNIR como pré-requisito para a obtenção do títulode Mestre em Geografia. Área de Concentração: Ambiente e Território na Pan Amazônia/ Paisagem, Processos do Meio Físico e Gestão Ambiental –PMG

Orientador: Prof. Dr.Dorislvalder Dias Nunes

**PORTO VELHO – RO**

**2018**

## TRAJETÓRIA DE PESQUISA E AGRADECIMENTOS

O interesse pela temática que envolve territórios tradicionais e comunidades extrativistas iniciou-seem 2011. Enquanto atuava como técnica ambiental sob a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAM/Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, inicieias atividades que envolveram as populações tradicionais que residem nas Reservas Extrativistas.

Durante a realização do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, no qual tive o prazer de participar, pude visitar e conhecer as 21 (vinte e uma) Reservas Extrativistas Estaduais em Rondônia e ao analisar as informações técnicas obtidas pelo estudo percebi as diferentes dinâmicas que configuram cada Resex, com base nos atores que exprimem suas temporalidades dentro de um contexto de conservação. No município de Costa Marquesconheci a Resex Estadual Rio Cautário e os conflitosvivenciados na criação do território de forma singular às demais. É inegável o apreço sentimental por este povo e sua luta pela garantia dos direitos no uso terra. Foram muitas idas e vindas nestes 7(sete) anos, trabalhando em diferentes instituições públicas e organizações não governamentais, e todas me levaram a mesma Resex. Em 2014 participei da elaboração do Plano de Manejo da unidade e comecei a verificar *in locus* as transformações e como estas alteravam as dinâmicas dos atores.

Atuando na Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, mantendo o vínculo com as questões e necessidades que permeiam a vida social, econômica, política e territorial do povo extrativista que vive na RESEX, pude observar as relações do ponto de vista dos atores com o crescente processo de invisibilidade social. Na Resex atuei sob a perspectiva dos atores e também como figura do Estado, agente.

Assim, agradeço aDeus pelo amparo e consolo durante as orações, por sempre manter em meu coração a esperança de conseguir atingir meu objetivo final e ter sempre a certeza da sua presença em minha vida.

À minha mãe, pelo apoio e mesmo sem entender a importância do ingresso na pós-graduação, e sempre manter a firmeza e o carinho nas palavras de motivação.

Ao meu marido (amado, idolatrado, salve-salve), Diego, pela compreensão, mesmo quando a minha presença se fazia imprescindível, principalmente nos cuidados com a nossa filha Sara.

Ao meu orientadorDorisvalder Dias Nunes pela paciência e dedicação ao me auxiliar no processo de construção do saber.

Aos meus colegas do LABOGEOPA sempre presentes e disponíveis para as intermináveis discussões.

Em especial ao Prof. Dr. Michel Watanabe, pela solicitude sempre presente para as correções e conselhos.

As amigas Paula Storlerman e Elenice Duran sempre presentes em toda a trajetória auxiliando com carinho.

E ao meu grande amigo José Maria dos Santos, que me guiou pelas Reservas Extrativistas mostrando-me com toda a sabedoria a vida de um povo e seu território.

Aos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAM, em especial da Coordenadoria de Unidades de Conservação – CUC. Pessoalmente aos técnicos Jorge Lourenço, Maria Auxiliadora, José Eleotério, Renato Berwanger e a todos que tiveram a paciência para me auxiliar na obtenção de informações.

Principalmente aos extrativistas que vivem na Reserva Estadual do Rio Cautário que sempre me receberam com carinho e paciência para contar aquilo que faz parte do seu cotidiano sempre de forma alegre.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto a constituição territorial da Reserva Extrativista Estadual - RESEX Rio Cautário, no estado de Rondônia. A categoria de análise é o Território Usado. As discussões basearam-se centralmente nas tensões socioambientais por meio das relações de poder estabelecidas entre atores internos (moradores da Resex), Agentes representados pela figura do Estado e os atores externos, assentamentos rurais e fazendeiros que vivem na área que circunda os limites geofiguras da área protegida. Para entender os processos que desencadearam a criação e os processos de implementação inicia-se com as questões que versam sobre a análise das políticas ambientais que nortearam as discussões sobre os processos do desenvolvimento sob a lógica do capitalismo e suas imbricações para o desenvolvimento sustentável que nortearam a criação das Reservas Extrativistas. Seguindo a pesquisa de campo permitiu estabelecer uma análise comparativa entre estudos realizados nos anos de 2011, 2014 e 2017, os quais foram de suma importância para compreender as transformações territoriais. E por fim, circundando a Resex está a zona de amortecimento e a caracterização dos seus atores, o olhar holístico permitiu verificar o uso do solo baseado na criação de gado de corte e leiteiro, entendidos pela literatura como vetores para o avanço do desmatamento e consequentemente da pressão sobre a área. Neste sentido a Resex perpetua a função de reserva de capital/território usado. Com base nas dinâmicas de restrições estabelecidas nos processos de categorização e uso legal do território o conceito de sustentabilidade não encontra alicerces, para a sua continuidade enquanto UC de uso sustentável por populações tradicionais, quando não considerados suas características e potencialidades a nível local.

Palavras-Chave: Reserva Extrativista. Território. Tensões Socioambientais. Rondônia.

## ABSTRACT

This work approaches whose object is the territorial constitution of an Extractive Reserve - RESEX Rio Cautário, in Rondônia. The analysis category is “Used Territory”. The discussions were based centrally on socio-environmental tensions through the established power relations between internal actors (Resex residents), Agents represented by the state and the external actors, rural settlements and farmers living in the area that surrounds the geographical limits of protected area. In order to understand the processes that triggered the creation and the implementation processes, it begins with questions that deal with the analysis of the environmental policies that guided the discussions about the processes of development under the logic of capitalismo and its implications for the sustainable development that guided the creation of Extractive Reserves. Following the field research, it was possible to establish a comparative analysis between studies carried out in the years 2011, 2014 and 2017, which were of great importance to understand the territorial transformations. And finally, surrounding the Resex is the buffer zone and the characterization of its actors, the holistic view allowed to verify the use of the soil based on the breeding of cattle and dairy, understood by the literature as vectors for the advancement of deforestation and consequently of pressure on the area. In this sense, Resex perpetuates the function of capital reserve / used territory. Based on the dynamics of restrictions established in the processes of categorization and legal use of the territory, the concept of sustainability does not find a foundation for its continuity as a sustainable use by traditional populations, when their characteristics and potential are not considered at local level.

Key words: Extractive Reserve, Territory, Socio-environmental Tensions. Rondônia.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – BASE DE DADOS COMPARATIVOS DA PESQUISA .....35
Tabela 3 – Projetos de assentamento.....70
Tabela 4: Uso do solo (hectares) .....77

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo do questionário da pesquisa de campo .....35

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1–Estrutura da pesquisa .....5
Figura2 – Políticas ambientais .....26
Figura 3 – Conhecimento dos moradores sobre o conteúdo do plano de manejo ....41
Figura 4 – Média da renda anual e a participação da subvenção .....48
Figura 5 – Produção de castanha em kg.....50
Figura 6 – Comparativo de renda anual por unidade produtiva.....51
Figura 7 – Escolaridade dos entrevistados .....54
Figura 8 – Origem dos entrevistados .....59
Figura 9 – Intenção de migração.....60
Figura 10 – Acesso Resex Estadual Rio Cautário.....65
Figura 11 – Entorno da Unidade de Conservação .....69

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização da Resex Estadual Rio Cautário .....17
Mapa 2 – Carta imagem da espacialização das comunidades no interior da UC.....62
Mapa 3 – Carta imagem progressão do desflorestamento de 1997 a 2016.....68
Mapa 4 – Carta imagem localização dos projetos de assentamentos.....73
Mapa 5– Carta imagem informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR).....75

## LISTA DE SIGLAS

**ACS** – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

**AGUAPÉ** – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO VALE DO GUAPORÉ.

**CNS** – CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

**CONAB** – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTACIMENTO.

**CONAMA**– CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**CCDRU** – CONTRATO DE CONCESÃO REAL DE USO

**CUC** – COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**FMI** – FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL

**IBAMA** – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

**ICMBIO** –INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

**IDARON** – AGÊNCIA DE DEFESA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDONIA

**INCRA** – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DA REFORMA AGRARIA

**INPE** – INTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

**ONG** – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

**ONU** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

**OSR** – ORGANIZAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE RONDÔNIA

**PA** – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

**PDES** – PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

**PM** – PLANO DE MANEJO

**PNAP** – PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRAGEM

**PSF** – PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA

**RESEX** – RESERVA EXTRATIVISTA

**SEDAM** – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

**SEMA** – SECRETARIA ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE

**SEUC** – SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

**SNUC** – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**SPU** – SUPERINTENCIA DE PATRIMONIO DA UNIÃO

**TM** – THEMATIC MAPPER

**UBS** – UNIDADE BASICA DE SAÚDE

**UC** – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

**VTI** – VETOR TECNO INDUSTRIAL

**ZSEE/RO** – ZONEAMENTO SOCIOECONOMICO – ECOLOGICO DE RONDONIA

**ZA** – ZONA DE AMORTECIMENTO

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO ..... 1**

**CAPÍTULO I: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA: DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE O OBJETO. ..... 6**

1.1 OS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA RESEX NA AMAZÔNIA ..... 10

**CAPITULO II: APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO ..... 15**

2.1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO ..... 16

2.1.1 Histórico ..... 16

**CAPITULO III: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA DISCUSSÃO RELACIONAL ..... 20**

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS .. 21

3.2 “HOMEM NATUREZA”: A CRIAÇÃODAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .. 30

3.3 MATERIAIS E MÉTODOS ..... 34

3.3.1 Procedimentos metodológicos ..... 34

3.3.2 Aquisição e georreferenciamento das imagens de satélite ..... 36

3.3.2.1 Satelite Landsat ..... 36

3.3.2.2 Satelite Landsat ..... 36

3.3.2.3 Satélite Landsat ..... 37

2.3.2.4 Arquivos Vetoriais (shapes) ..... 37

3.3.2.5 Fotointerpretação das imagens ..... 38

3.3.2.6 Fotointerpretação das imagens ..... 38

**CAPÍTULO IV: A GESTÃO AMBIENTAL E O USO DO TERRITÓRIO ..... 39**

4.1 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS ..... 45

4.2 SAÚDE ..... 56

4.3 MIGRAÇÃO ..... 58

**CAPITULO IV: TERRITÓRIOS EM DISPUTA ..... 64**

**CONSIDERAÇÕESFINAIS ..... 79**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 81**

## INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido mundialmente pela Amazônia e por abrigar uma grande quantidade de áreas protegidas distribuídas entre Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Quilombos. Estas áreas são consideradas de fundamental importância para o meio ambiente e manutenção das populações tradicionais.

Porém, este cenário de proteção ao meio ambiente, vem encontrando problemas no Estado de Rondônia quanto a pressão por recursos naturais, advindos das áreas protegidas, onde é possível ver os fragmentos florestais que ainda resistem. Os principais vetores do desmatamento sob estas áreas, sendo os mais conhecidos: abertura de estradas, criação de gado e sojicultura. Rondônia vivenciou diversas dinâmicas territoriais por meio de políticas desenvolvimentistas.

Trataremos neste estudo do período que se estende de 1970 até 2017 . Iniciando com o incentivo a migração rural feita pelo governo militar tendo como argumento a “terra prometida”. Tal política migracional trouxe grandes impactos ambientais com o avanço do desmatamento e tensões sociais entre diferentes atores pelo uso dos recursos naturais gerados por mudanças no uso do solo.

Neste novo cenário o Banco Mundial financiou o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – Polonoroeste (1980) que veio com a função de estruturar o novo ciclo migracional, oferecendo como item principal a pavimentação da BR 364. Com o seu insucesso foi criado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, aprovado em março de 1992, com o objetivo geral de realizar de forma organizada o (re) ordenamento territorial e estabelecer medidas para a proteção dos recursos naturais, nesse período mais de 50% das Unidades de Conservação foram criadas. Hoje são constituídas legalmente um universo de 40UC´s no estado, das quais21 são Reservas Extrativistas.

A Política de criação de Unidades de Conservação/Resex é estabelecida como uma estratégia para a preservação e conservação de áreas de relevância biológica, cultural, beleza cênica e demandas sociais direcionadas principalmente pelas populações tradicionais.

Esta categoria de UC, pertencem ao grupo definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC como uso sustentável, permitindo a permanência

de populações tradicionais extrativistas e implementada pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC.

Nesse contexto está a Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, com uma área de 146.000 hectares, localizada no município de Guajará-Mirim, fronteira entre Brasil e Bolívia, em 2017 contava com uma população de 66 famílias no interior da unidade. O interesse como objeto de pesquisa está devido as suas singularidades diante das demais 21 unidades de conservação desta categoria no Estado de Rondônia. Além das tensões socioambientais está o maior índice de moradores antigos, os quais tem idade acima de 40 anos e que exercem as relações econômicas baseadas no extrativismo vegetal. Tal fato vincula-se aos aspectos definidos pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, onde atribui a ancestralidade e práticas extrativistas para a definição de população tradicional e está intrinsicamente ligada as questões fundiárias e de dominialidade da área. Somando-se aos fatores de possuir acesso terrestre a todas as comunidades, novas dinâmicas territoriais com a chegada da energia elétrica em três das sete comunidades, internet para duas comunidades. E do ponto de vista da gestão ambiental, a posição estratégica na proteção contra o desflorestamento de um mosaico de áreas protegidas, que incluem Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas na região do vale do Guaporé.

Desta forma, a literatura de forma geral trabalha sobre várias vertentes: a primeira trata a Resex como territórios utilizados como reserva de capital para o sistema econômico vigente. Sob outra perspectiva está a Resex enquanto modelo autóctone de desenvolvimento sustentável. Respaldado pela égide de movimentos sócio ambientais da década de 90.

Considerada sob a égide da categoria de análise do território usado. Foram estabelecidos como elementos centrais:as relações de poder pela disputa do território entre atores (extrativistas) versus agentes representando a figura do Estado e produtores rurais que vivem na zona de amortecimento da Resex. **Problemática:** O estudo propõe contribuir para a compreensão das estratégias instituídas e evidenciar os processos relacionados ao desenvolvimento territorial na Resex e os arranjos estabelecidos pelos conflitos socioambientais. **Objetivo geral**: analisar a relação das políticas ambientais na produção do território e estabelecimento dos processos socioeconômicos relacionados a sua vetorização para o entendimento das dinâmicas territoriais que regem os processos de desenvolvimento da UC, e a partir disso, formulou-se os **Objetivos específicos:a)** associar e caracterizar as condições

socioeconômicas dos atores locais por meio da comparação de estudos e; **b)** verificar e caracterizar os principais vetores e a progressão de desflorestamento.

Nesta perspectiva busca-se evidenciar e analisar as trajetórias dos processos na formulação destas políticas como vetores de ações e verticalidades impostas pelas políticas econômicas. Neste sentido, o primeiro capítulo inicia-se com o Estado da arte trazendo a Resex como objeto de busca para verificar quais as linhas de atuação que estão sendo alvo das pesquisas nos estados que compõem a dinâmica territorial na Amazônia.

O segundo capítulo traz a caracterização da área, representada pelo histórico geral dos seringueiros até o ato da criação, desde o regime estabelecidos pelos seringalistas e o rompimento conflituoso entre os atores explorados e explorador, até a constituição do modelo autóctone como demanda de um movimento socioambientalista analisado como adequação de tensões pelo Sistema Econômico dominante e respaldado pelo agente social.

O terceiro capítulo incide na discussão sob a sustentação dos conceitos da geografia do espaço e do território usado e o estabelecimento das relações de poder entre os atores e agentes em disputa no território da Reserva Extrativista Estadual do Rio Cautário.

Seguido de uma análise sobre os principais instrumentos normatizadores, fruto de conflitos entre atores que vivem dentro da Resex e o Estado enquanto gestor ambiental de um território ocupado e criado com base em critérios de proteção do meio ambiente e existência de populações tradicionais.

O uso de Sistemas de Gerenciamento Remoto para o entendimento das tensões sociais provocadas pelas sobreposições de políticas públicas agrárias e ambientais tem caráter fundamental na análise da série histórica do desflorestamento no período de 1997 a 2016, na definição da outra Amazônia, exemplificando empiricamente duas caracterizações que se alinham dentro da Zona de Amortecimento e o uso do solo. Onde a base do uso do solo está na produção agropecuária, que vem crescendo e em 2017 teve um quantitativo de 8,5 bilhões, divulgado como o maior nos últimos nove anos. Desse montante, só a pecuária bovina, quando comparada ao ano de 2016, teve um aumento em valores em 2017 de19%(Rondônia), configuradas no caso do entorno da Resex por meio do estabelecimento de grandes fazendas. Onde tais propriedades seguem a lógica de

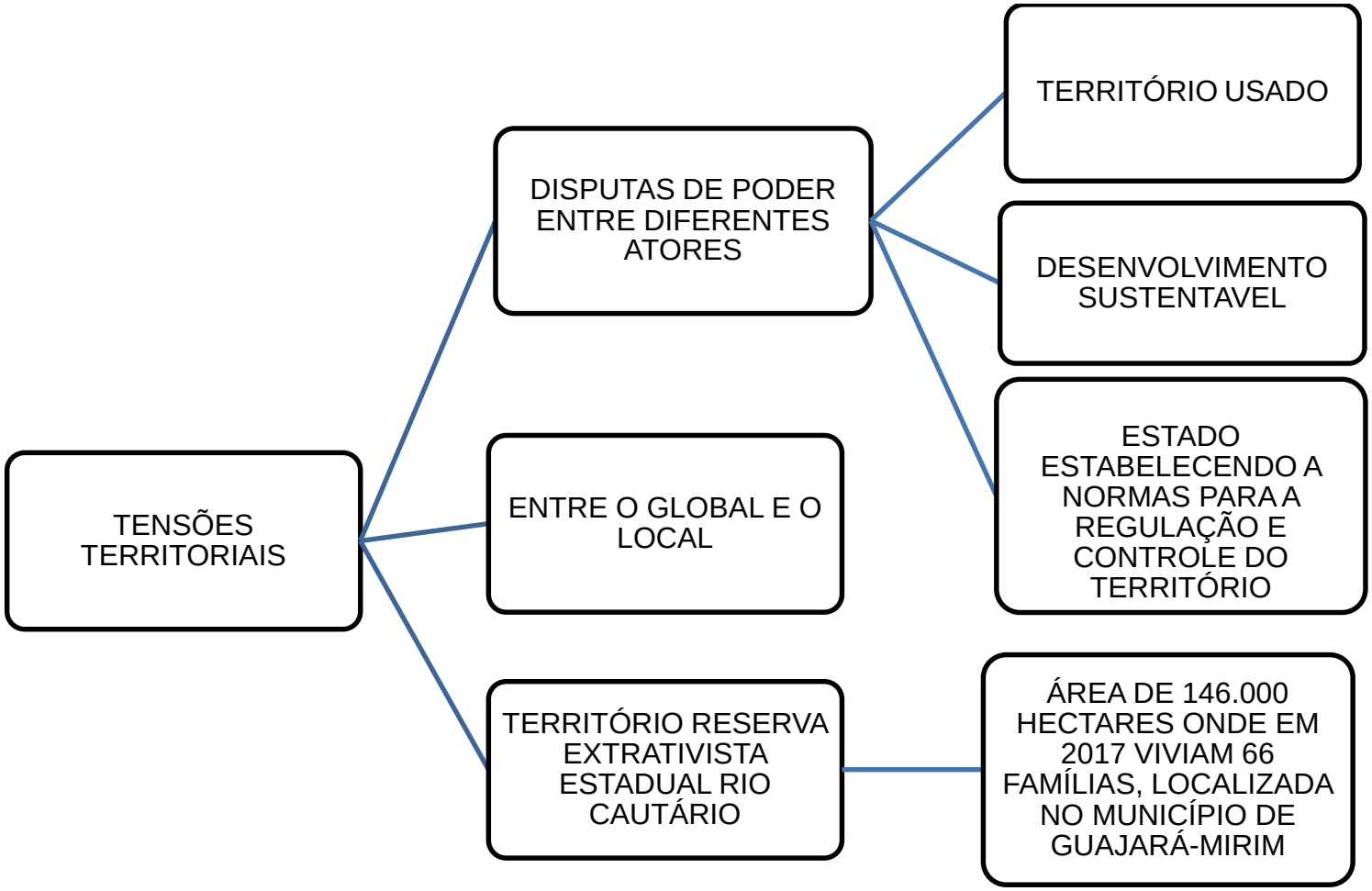
mercado do agronegócio com a expulsão em curso dos pequenos agricultores beneficiados de uma reforma agrária sustentada na fome e pobreza.

Os meandros percorridos pelas discussões que cercam os parâmetros de desenvolvimento, enquanto estruturador e fomentador das atividades econômicas com a utilização irracional dos recursos naturais, culminado nas discussões de uma possível crise ecológica mundial com atuação de agentes sociais vinculados à regulação ambiental mundial e em menor escala, movimento sociais representantes das classes mais pobres e maiores vítimas do uso exacerbado do meio ambiente. Tal cenário dá início as discussões sobre desenvolvimento sustentável com a realização de eventos internacionais, nacionais e a formulação de instrumentos normativos e regulatórios que fundamentasse a nova estratégia de crescimento.

Assim, são criadas as Reservas Extrativistas em Rondônia, dentro de um território fundamentado nos preceitos exigidos pela dinâmica do sistema econômico como modelo a ser seguido de desenvolvimento sustentável. Entretanto, a prática distancia-se da teoria no que pode considerar como Amazônia. A primeira consiste no território que balizam uma sociedade de caráter hibrido visto pelo Estado dentro de formulações exclusivamente capitalistas, tendo como pano de fundo a busca pelo desenvolvimento destas populações. Ao aproximar a escala é possível ver o processo de invisibilidade social e econômica em andamento que engendram essa sociedade tradicional historicamente fragilizada.

A figura abaixo ilustra a forma de organização do presente trabalho, auxiliando na compreensão das tensões sociais que perpassam a formação de uma área legalmente constituída para o uso comum e coletivo sob a égide do conceito de território usado.

FIGURA 1–Estrutura da pesquisa



## CAPÍTULO I: AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA: DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE O OBJETO.

A constante criação de Unidades Conservação – (UC) no Brasil tem relação com a estratégia de ter essas áreas como fomento na contribuição da conservação e preservação da biodiversidade e de progressos na gestão ambiental dessas áreas protegidas no país.

A lei nº 9.985, que institui O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC tem como objetivo "proteger os recursos necessários à subsistência das populações tradicionais" que até então, não eram contempladas em nenhum documento reconhecido, principalmente em termos de regularização fundiária e foi a resposta trazida pela Resex, de natureza jurídica, econômica e social para garantir a segurança institucional do novo modelo de unidade de conservação (TEISSERENC, 2016).

Criando-se a normatização política no que se refere à gestão e à regulamentação jurídica das Unidades de Conservação em diversas categorias. Dividindo as UC's brasileiras em dois grupos: as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e as Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Há também categorias de Unidades de Conservação que protegem os modos de vida das populações tradicionais, a fim de equalizar o acesso aos recursos naturais pelas comunidades que já ocupavam o território anteriormente a criação da UC. Tal população tem reconhecidamente acumulado ao longo dos anos as práticas e modo de vida, que visam a manutenção do uso sustentável dos recursos naturais. A Reserva Extrativista – Resex – é uma das categorias que pertencem ao grupo das UC's de Uso Sustentável.

Atualmente segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação existem 90 Resex em áreas continentais, divididos por esferas de gestão, a nível federal são 62, estadual 28, (BRASIL, 2018). Só em Rondônia são 21 Resex, distribuídas nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Campo Novo, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Machadinho do Oeste e Vale do Anari. Frente ao quantitativo de tais áreas criadas em todo país e a adoção destes territórios como estratégia para proteção da sociobiodiversidade. O termo é entendido como o estabelecimento da inter-relação entre a biodiversidade e a diversidade de sistemas culturais. Representada pelas comunidades tradicionais por meio das

relações com a forma de produzir com o uso da terra. A prática do extrativismo representa esta combinação de elementos entre a população e a biodiversidade definido pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPSB).O termo traduz o conceito de Resex e coloca questões atuais a luz da gestão ambiental com as políticas públicas que vem sendo alvo de discussão a nível nacional.

Torna-se necessário estabelecer um panorama sobre as principais discussões sobre a temática mais recorrente no campo disciplinar Resex e para isso utilizou-se como fonte de pesquisa sobre o tema os portais da CAPES e SCIELO e sites de outras Universidades, Congressos, Seminários e EMBRAPA, que tratam sobre diferentes perspectivas que vão desde ecologia, políticas públicas, território, regularização fundiária, aspectos culturais e aspectos econômicos.

Este trabalho utiliza como categoria de analise o território usado para entender a complexidade entre as diferentes relações de poder que constituem o território, compreendendo que um constitui o outro intrinsicamente, e analisar como as discussões sobre desenvolvimento incidem nas Reservas Extrativistas na Amazônia.

Becker (2005) discute o contexto da criação destes territórios em meio a uma Amazônia vista sob diferentes perspectivas: a primeira trata da Amazônia e a criação das Unidades de Conservação com a finalidade de preservação e a proteção para o futuro do planeta e da população mundial, percebidas através dos avanços tecnológicos do sensoriamento remoto que promoveu um olhar da realidade da floresta amazônica, potencializando o estudo de áreas, através da análise de imagens satélites. Sendo considerada como um alicerce de promoção de novas perspectivas para os movimentos ambientais nacionais e internacionais que ganharam força no período das décadas de 80 e 90.

A segunda trata das áreas protegidas, termo que inclui unidades de conservação terras indígenas e quilombos como reservas de recursos naturais utilizadas pelo capital conforme a necessidade, principalmente vinculada ao uso da biodiversidade para o avanço de novas tecnologias ligadas às indústrias dos ramos de fármacos e de estética, além do uso da água como fonte de energia, provenientes de usinas hidrelétricas. Os dois entendimentos continuam atuais e regem as discussões para entender as contradições no uso do território usado que se perpetuam na Amazônia.

Santos (2002) define a categoria de análise território usado, o qual é aplicado neste estudo para compreender a constituição das unidades de conservação, em especial as Reservas Extrativistas. Entendendo o território como base das transformações sociais, nele ocorrem as relações de trabalho, relações de poder por meio dos atores que vivem neste território.

O território dá os elementos de sustentação e está em constante transformação e as tensões promovidas pelas relações de poder dá novos sentidos a gestão ambiental do território, onde Haesbaert (2007) está inserido no debate das relações de poder estabelecidas na escala nacional e local sob o conceito de multiterritorialidade. Considerando as idas e vindas dos extrativistas apelidados de " siri-rua"que realizam a um processo de migração conforme suas necessidades de acesso aos serviços básicos como: saúde, educação, infraestrutura ou para estabelecer relações de trabalho como atrativos externos. Porém quando reestabelecidas algumas das condições dentro da reserva os mesmos voltam a viver no território, essa dinâmica não promove uma desterritorialização ou uma reterritorialização, e sim a continuidade das multiterritorialidades induzidas pelas condições sociais e econômicas estabelecidas na Resex.

Haesbaert (2007) conceitua o território em três categorias: jurídico-político normatizado pelo Estado, econômicoa partir das relações de produção e simbólico cultural que está ligado ao sentimento de pertencimento. Neste trabalho trataremos de forma especifica dos jurídico-político e do econômico, enfatizando que, não é proposito deste trabalho discutir questões de pertencimento e identidade.

Assim ao exemplificar a compreensão dos extrativistas sobre o território político e sua delimitação pelo estado e o sentimento de pertencimento ao território cultural. Ficando evidenciado a dificuldade de compreensão do território político que estabeleceu o rio Cautário como divisor de duas unidades de mesma categoria sob gestão de esferas públicas diferentes (estadual e federal), a Resex Estadual Rio Cautário e a Resex Federal do Rio Cautário. Todavia ressalta-se que, no momento de definir o território cultural por meio do uso dos piques de castanha e estradas de seringa a noção de divisão política aparece em segundo plano.

Ainda discutindo as abordagens sobre o território, é necessário ressaltar as discussões sobre as relações de poder, compreendendo que as Reservas Extrativistas seguem o modelo de gestão territorial semelhante ao que ocorre nas terras indígenas, onde o poder tutelar muitas vezes velado estabelecido pelo Estado

enquanto práticas administrativas e documentos regulamentadores como prática de submissão e continuidade das relações de poder e tais poderes estão imbricados na formação do Estado Brasileiro e a sua forma de colonização, conforme os estudos de Lima (2013). Que são instrumentalizados como a normatização das ações presentes estabelecidas e cristalizadas de formas desproporcionais e que incidem sobre novas normas ambientais e econômicas que sucedem sobre as relações sociais dos atores que fazem uso do território, (Silveira, 2011)

O território usado constituído, produzido e delimitado com o uso dos processos de normatização é construído como representação por meio das territorialidades estabelecidas: como tal, é uma ferramenta, um recurso para a observação do entendimento que norteia o desenvolvimento econômico. Um olhar holístico sobre a Resex aponta para um uso dos recursos naturais e propicia a formação de saberes tradicionais utilizados de forma coletiva e compartilhada nos grupos (comunidades) para o uso da terra e da floresta.

Nestes aspectos, o conceito de desenvolvimento apregoado sobre o tripé economia, sociedade e meio ambiente apresentam a égide do modelo desenvolvimento sustentável e apresenta um respaldo a permanência das populações tradicionais, principalmente do ponto de vista da normatização, utilizada pelo Estado com o uso da legislação ambiental.  Compreendo que existem parâmetros por meio de dimensionamentos escalares para entender o desenvolvimento sustentável (LEFF, 2006). O desenvolvimento entendido dentro do contexto local é apontado como um exemplo de desenvolvimento sustentável, principalmente dada a relação estabelecida com o uso dos recursos naturais baseadas na cultura saberes tradicionais das comunidades. Trata-se da importância da manutenção da continuidade do como e onde fazer.

As discussões sobre o desenvolvimento sustentável como um conceito amplo encontram opositores e defensores. Sob a perspectiva de instrumento de política pública e apontado como um caminho para a proteção da sociobiodiversidade amparado em um sistema especial de gestão, o Conselho Deliberativo forte, coeso e empoderado como principal estratégia política no fortalecimento da Resex. Porém a autora faz a diferenciação entre desenvolvimento sustentável local e o modelo de desenvolvimento sustentável em voga no planeta (TEISSERENC, 2016).

Os processos que desencadeiam as discussões sobre a Resex e suas relações com o desenvolvimento carecem de analises espacializadas referente ao que está em voga nos estudos realizados e as diferentes formas de abordagens realizadas na Amazônia. Entendendo que existem dois tipos de Resex diferenciadas pela área de localização geográfica: nas áreas costeiras e em áreas no interior do continente.

Estas unidades de conservação apresentam um amplo campo de estudos referente à ecologia, aspectos econômicos e sociais, conflitos sobre o uso dos recursos naturais na constituição das territorialidades do território e o desmatamento. Cada estudo constitui novas potencialidades e entendimentos sobre a importância da Resex.

## 1.1 OS ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA RESEX NA AMAZÔNIA

Iniciando sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável em escala local está o próximo estudo, (SOUZA, 2012) realizou comparativo entre a RESEX Federal Chico Mendes e o Projeto de Assentamento na Bacia do Rio Hidrográfica do Riozinho do Rôla – Acre. Havendo uma discrepância quanto ao uso dos recursos naturais do modelo de gestão sob a responsabilidade de criação e estruturação do Instituto Nacional de Colonização - INCRA um impacto maior sobre os recursos naturais, dado apontado principalmente em razão do modelo de gestão utilizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação –ICMBio na Resex. A normatização do território é dada principalmente sobre as legislações ambientais e a implementação do Plano de Manejo e acordo de gestão.

A Resex Chico Mendes é palco também de estudos econômicos sobre os índices de pobreza dos extrativistas, para isso realizou-se um estudo comparativo entre o período de 1995/1996 a 2005/2006 verificando três pontos principais: a diminuição da desigualdade social, não existência de unidades familiares em situação de extrema pobreza classificadas como pertencentes à classe “E” e a diminuição do autoconsumo, caracterizado com o aumento do consumo no mercado externo, causando quedas na renda líquida familiar, (MACIEL, 2014). Tal estudo está vinculado a percepção de desenvolvimento a partir das regras em escala global que regem os indicadores comparativos de diferentes países relacionando quem está dentro dos padrões estabelecidos previamente.

Trazendo as discussões para o Estado do Amazonas, o município de Lábrea fora apontado pelo estudo como fronteira de expansão do desmatamento. Neste contexto o objetivo principal está em analisar a tensão entre atores movidos por interesses difusos de uso coletivo dos recursos naturais por meio do extrativismo para a criação das Resex Médio Purus e Ituxi e a manutenção das antigas estruturas de poder de dominação com características estruturais similares as empregadas nos antigos seringais, com a relação seringalista e seringueiro. Utilizou-se como conceito central de analise para entender as tessituras que compõem o objeto de análise o conflito social, os teóricos da sociologia que se dividem em duas vertentes: a primeira entende o conflito social como um fenômeno social inerente à sociedade humana, uma patologia social, e a segunda entende como um processo transformador, ou seja, algo positivo e necessário para as transformações ocorridas. E para entender as dinâmicas que constituem as relações de poder imbricadas nesta unidade de analise o autor utilizou a Teoria dos Jogos, para perceber a capacidade de cada jogador. Os resultados da pesquisa apontam para uma nova compreensão da estrutura social local onde os conflitos coexistem, necessitando de monitoramento e entendimento das características da sociedade em questão (FRANCO,2017). As discussões sobre conflitos sociais são inerentes a Reservas Extrativistas onde a criação das mesmas dá-se em meio a entraves estabelecidos com as relações de poder entre diferentes atores e agentes sociais.

Ainda no Amazonas está a tese que discute as mudanças sociais e institucionais ocorridas na Bacia do Rio Unini, por meio da criação e implementação de três unidades de conservação em diferentes categorias e esferas de gestão, Parque Nacional do Jaú, Reserva Extrativista do Rio Unini e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Tendo como objetivo entender como populações consideradas pela jurisdição ambiental como tradicionais, compreendem padrões e ameaças representadas pelas políticas públicas que regulamentam as áreas. A relação das comunidades com o Estado foi relacionada para as três categorias e apresentou os conflitos existentes entre o uso dos recursos naturais e a normatização do Estado, principalmente na UC de Proteção Integral Parque Nacional do Jaú. Como resultado verificou-se que os paradigmas em relação a biodiversidade e a presença humana tem evoluído no ambiente cientifico, porém a prática para amparar a gestão ambiental ocorre lentamente. (CALDENHOF, 2013).

No Estado do Pará dada a vasta gama de trabalhos sobre o tema Resex, optou-se por trazer para compor o estado da arte desse estudo aqueles relacionados às dinâmicas territoriais, nesse caso a pesquisa citada está baseada na Resex Rio Xingu, onde o objetivo principal foram as relações das 12 (doze) comunidades existentes após a aprovação e publicação do Plano de Manejo da área. Gerando conflitos entre as comunidades relacionadas às regras ambientais estabelecidas, porém o trabalho ressalta que não houveram mudanças significativas relacionadas ao uso dos recursos naturais pela população tradicional. Para compreender as dinâmicas que realizam as transformações sociais fora utilizada autores para embasar a relação homem natureza desde os primórdios até a permanência de populações tradicionais em UC sob a égide do conflito (CASTRO, 2013).

O tema educação escolar no contexto das Resex aparece no portal da CAPES de forma tímida e em razão da importância do tema para pensar as questões de desenvolvimento que se entrelaçam similarmente em todas as Resex do país escolheu-se a dissertação que discute Arquipélago de Marajó, nos municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista – Pará, onde as discussões norteiam para a fragilidade e ou inexistência de métodos educacionais (educação no campo) adequados para atender as especifidades desta população tradicional. O trabalho ressalta o acesso a educação como critério fundamental para a criação das Resex, no período de gênese da nova categoria. Utilizando-se como aporte teórico conceitual o materialismo histórico dialético (CRUZ, 2014).

A Resex Lago do Cuniã fora objeto de pesquisa discutindo a produção da territorialidade pelo conflito socioambiental, através das formas como as comunidades relacionam-se com as regras estabelecidas pela figura do Estado na produção do território e como o manejo do jacaré pode ser um caminho para a sustentabilidade dos moradores que vivem no território. Concluindo-se que o conflito continua, pois há uma dicotomia entre as territorialidades estabelecidas pelos moradores e as regras impostas (ALVES, 2017).

A Resex Estadual Rio Cautário fora objeto de poucos estudos no decorrer do período de 2013 a 2017, sendo necessário recorrer a pesquisas realizadas em 2011. Encontrou-se apenas dois estudos que apontam para analises sócio econômicas e ambientais. O primeiro discorre sobre a análise da viabilidade econômica, social e ambiental da exploração comercial do Plano de Manejo Florestal pelos extrativistas. E tendo como resultados a pouca eficiência como fonte alternativa de renda para a

comunidade em decorrência das dificuldades de gestão do recurso por parte da associação, co-gestora da Resex e representante dos moradores. E de instrumento fomentador de conflitos internos entre os moradores e externos com os donos das empresas madeireiras responsáveis pela exploração dos talhões (SANTOS, 2013).

Sobre os aspectos ecológicos a relação entre os extrativistas e a fauna da Resex, apontou a existência de uma pressão sobre intensidade considerável. As comunidades vivem em regime de subsistência utilizando a carne de animais silvestres como fonte de proteína animal e ainda há a ocorrência de ataques de animais aos roçados gerando conflito principalmente como porcão (como é chamado o queixada), o que acarreta prejuízos econômicos. Foi abordado também o medo de espécies de grande porte como as onças que fazem com que os moradores façam o abate do animal. A pesquisa pontou como solução medidas mais eficientes do Estado no auxílio para diminuir a pressão sobre a fauna, com orientações de medidas para afastar os animais das plantações (BELCHIOR, 2011). O estudo aponta a relação entre atores que vivem na Resex e os agentes que criam as normas perpetuando relações conflituosas entre o uso dos recursos naturais. Do ponto de vista da preservação a relação estabelecida entre os moradores e a fauna silvestre já vem sendo discutida desde a primeira versão do Plano de Utilização em 1996. Em 2016 foi publicada a versão atualizada do documento, elaborado com a participação dos extrativistas, que atualmente tornou-se um compendio do Plano de Manejo. Tal instrumento mantém as regras outrora estabelecidas e mostra que a relação conflituosa permanece, principalmente devido a continuidade das regras e normas previstas para o acesso aos recursos naturais.

No âmbito das políticas públicas que vem sendo desenvolvidas para auxiliar na gestão ambiental das Resex, está o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – PLANAFE 2017 a 2019, lançando em abril de 2018, que tem como meta elaborar estratégias de fortalecimento para as comunidades tradicionais, com destaque para as comunidades extrativistas que pertencem a Resex. A relevância do documento para este estudo e para a gestão ambiental da UC está no levantamento sobre as principais cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, entre elas a borracha e a castanha, encontrados na Resex Estadual Rio Cautário. Demonstra a figura do atravessador e o escoamento da produção como entraves para a melhoria na renda das famílias.

Conforme levantamento bibliografia a Resex Estadual Rio Cautário apresenta um pequeno número 2(duas) dissertações, fato verificado no portal da CAPES. Indicando a relevância do presente estudo com a análise dos processos que antecedem e criam uma Reserva Extrativista e como está se encontra inserida num contexto que divide-se entre a conservação baseada em princípios utilizados pelo Estado fundamentados no conceito de desenvolvimento sustentável e a segunda trata do estabelecimento de conflitos internos relacionados as territorialidades dos atores que definem o uso do território.

De forma geral a Resex está nas discussões pautadas e ou relacionadas aos conflitos, ora pelo detrimento do uso dos recursos naturais em normatizações. O conflito está presente na constituição da Resex enquanto território em disputa constante entre diferentes atores e agentes pelo uso dos recursos naturais. Tais relações dão – se dentro na área protegida com o estabelecimento de normas, falta de acesso às políticas públicas prioritárias como acesso a educação e saúde e principalmente a relação de ter o uso concedido pelo Estado de um território que onde a territorialidade é base para o entendimento e continuação da população no território.

## CAPITULO II: APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa tem como área de abrangência a Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, localizada nos municípios de Costa Marques e Guajará-Mirim, sudoeste do Estado de Rondônia. O estudo pretende abordar as principais configurações territoriais que constituem a Reserva e a zona de amortecimento enquanto objeto alvo de formulação de políticas ambientais na produção do território caracterizando os vetores de ocupação e seu perfil socioeconômico e ambiental de avaliar quais os instrumentos de gestão aplicados.

Este estudo fundamenta-se na importância da análise dos processos que antecedem e criam uma Reserva Extrativista e em como esta se encontra inserida num contexto de conservação baseada em princípios utilizados pelo Estado fundamentados nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável.

Além da sua localização de linha de frente para vetores de desmatamento, protegendo um mosaico de Terras Protegidas compostas pelas Unidades de Conservação, Parque Nacional, Serra da Cutia, Reserva Extrativista Federal Rio Cautário, Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. E pertence ao Corredor Ecológico Guaporé-Mamoré-Itenez, formado pelas seguintes áreas: Unidades Estaduais: Parques Estaduais (Corumbiara, Guajará-Mirim e Serra dos Reis); Estações Ecológicas (Antônio Mojica Nava e Serra dos Três Irmãos); Reservas Biológicas (Ouro Preto e Traçadal) Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado (Rio Vermelho B);Reservas Extrativistas (Jaci-Paraná, Curralinho, Cautário, Pedras Negras e Pacaás Novos).Unidades Federais Parque Nacional (Pacaás Novos e Serra da Cutia);Reserva Biológica (Guaporé);Floresta Nacional (Bom Futuro);Reservas Extrativista (Rio Ouro Preto, Barreiro das Antas, Rio Cautário e Lago do Cuniã); Estações Ecológicas (Cuniã I e Cuniã II).Terras Indígenas Territórios Indígenas (Sagarana, Uru-Eu-Wau-Wau, Rio Negro Ocaia, Massaco, Rio Mequéns, Guaporé, Rio Branco, Pacaás Novos, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karipuna, Kaxarari e Karitiana). Estando localizadas na bacia dos rios Guaporé e Madeira, considerado como estratégico para a gestão ambiental com a conectividade de biomas.

Dentre os vetores está a pavimentação da Rodovia Federal BR 429, principal via de acesso para os municípios de Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques que faz fronteira com a Bolívia, pode causar configurações na dinâmica territorial a partir

da expansão do fluxo demográfico, aumento do rebanho bovino, chegada da soja e incidir no avanço e aumento do processo da conversão da floresta.

Desta forma, nos aparamos a luz do conceito de Território Usado segundo Milton Santos para entender as dinâmicas territoriais desta Unidade de Conservação localizada em um dos Estados que mais desmata a floresta e enfrenta nos últimos trinta anos uma rápida expansão demográfica, materializando assim as forças econômicas e o poder do Estado.

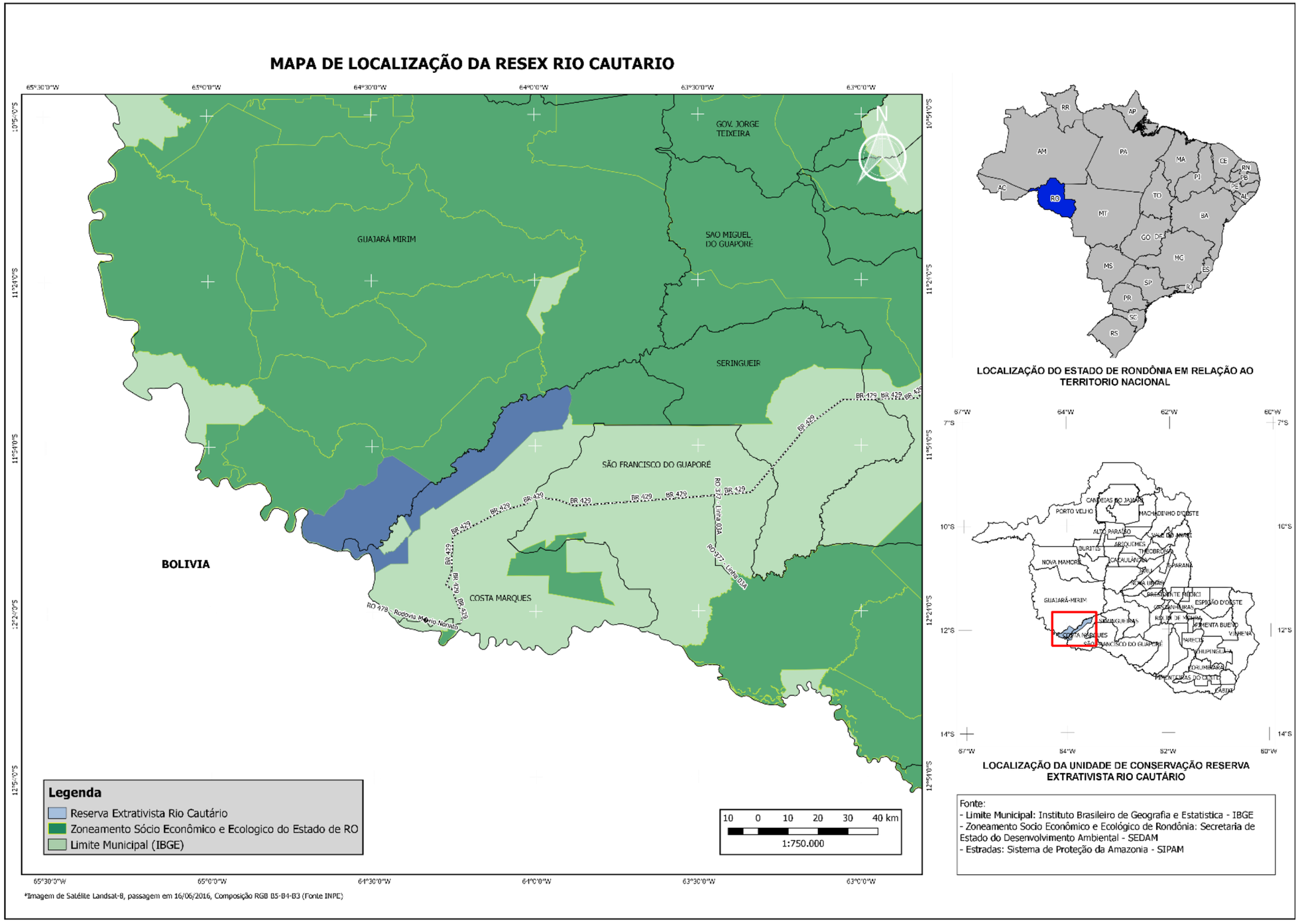
Analisar a Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário como área amostral permite identificar quais as principais tendências e formas de uso do território e pensar estratégias a partir do prisma da gestão ambiental.

## 2.1 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 2.1.1 Histórico

A Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário foi criada em 1995 pelo decreto 7028 de 08 de agosto de 1995, possui uma área de 146.400 km², localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Costa Marques, tendo como áreas de influência os municípios de São Francisco do Guaporé e Costa Marques e o distrito de São Domingos, para os quais parte das comunidades residentes na Resex se dirige para acessar os serviços básicos de saúde, educação e outros como bancos e supermercados.

MAPA 1–Localização da Resex Estadual Rio Cautário




Fonte:SEDAM,2017.

A RESEX Estadual do Rio Cautário é resultado da fusão de três seringais: Canindé, Ouro Fino e Renascença que apresentavam altos índices na produtividade da borracha abertos no início do século XX por uma empresa conhecida como *Rubber Company,* ligada ao empresário americano Percival Farquar. Porém, no início dos anos 80 ocorreu um declínio do ciclo da borracha.

Com a decadência do segundo ciclo da borracha, trouxe o fim dos financiamentos dos bancos e muitos seringalistas venderam seus seringais para fazendeiros que chegavam à região. Outros criaram o sistema de arrendamento com os seringueiros. Os seringueiros pagavam parte da produção para o seringalista, além do percentual de 10% referente à tara da produção, justificada com base em uma possível perda durante a desidratação da borracha que ocorria no processo de defumação, o que gerou os conflitos ocasionando os empates (forma coloquial usada pelos extrativistas para definir embates).

Os extrativistas tinham o conhecimento sobre a real situação da titularidade dos seringais e que estes não pertenciam aos seringalistas. Estas informações somadas a situação de subalternidade estabelecidas com o sistema de exploração via arrendamento, o que gerou repercussões de alta intensidade entre os seringueiros do Estado de Rondônia, sensibilizando lideranças de outros estados.O que culminou em 1989 com o incentivo de Chico Mendes para a realização de um grande encontro em Guajará-Mirim, para discutir os rumos dos seringais, na qual estiveram presentes os órgãos governamentais para discutir as possibilidades da posse dos seringais passarem para os seringueiros e promover o rompimento com o sistema de arrendamento e o pagamento da tara.

A mobilização dos seringueiros mostrou lados opostos, de um lado fortaleceu a causa e de outro fragilizou a permanência dos seringueiros com a da paralisação da compra da borracha feita pelos seringalistas. Promovendo o deslocamento de muitos seringueiros dos seringais para as cidades, trazendo a figura dos atravessadores para a compra da borracha e outros produtos.

Os seringueiros que permaneceram em seu território iniciaram as articulações junto ao Conselho Nacional dos Seringueiros –CNS e devido às divergências, criou-se em Rondônia a Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR para representar as demandas sociais, territoriais e ambientais. Articulados aos movimentos ambientais locais, nacionais e internacionais, além do acesso aos

recursos financeiros advindos do PLANAFLORO que viabilizaram a criação de todas as Resex Estaduais, inclusive a Rio Cautário (Governo de Rondônia, 2016).

A Reserva foi regulamentada com base em documentos que seguem a normas técnicas e que tem o Estado como principal agente regulador dos objetos que ajudam a entender o território. O Zoneamento Socioeconômico e ecológico tem o cunho orientador de cenários possíveis para regulamentar o uso do solo e as alternativas econômicas como ferramenta de gestão territorial e ambiental do Estado, tendo como principal destinação a resolução de conflitos econômicos, fundiários e ambientais.

Na perspectiva do zoneamento, a Resex Rio Cautário está inserida na zona 3.1 e se trata de uma zona destinada ao uso sustentável, onde na primeira aproximação correspondiam a uma área 34.843,42 km², cerca de 14,6% do estado e na segunda aproximação a área passou para 25.611,0504km², apresentando uma redução nas áreas destinadas para o uso sustentável. A diferença foi anexada a zona 3, onde estão localizadas as UC de enquadradas pelo SEUC como de proteção integral (Rondônia, 2010).

Semelhante a função do zoneamento em escala local da Resex está o Plano de Manejo da Unidade e este é um documento orientador de cunho voltado para a gestão ambiental e territorial da Resex.

## CAPITULO III: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA DISCUSSÃO RELACIONAL

Para iniciar as discussões que incidem sobre uma área protegida de uso sustentável em Rondônia e na Amazônia, torna-se necessário conceituar o espaço como um elemento que busca um resultado e não apenas ações ocasionais, estando sempre vinculados a relações estabelecidas de forma desigual, não sendo possível uma formação idêntica. Pois o espaço é compreendido como totalizante e nele estão contidos a natureza, técnicas, objetos, a sociedade e o território. Os quais são constituídos das relações de poder estabelecidas através das territorialidades, e tornam-se instrumento de materialização do seu uso, com o estabelecimento de regulações racionais para atender ao uso do sistema capitalista (SAQUET, 2008).

O espaço torna-se aquele que contém as transformações sociais e econômicas e permite novas dinâmicas nos territórios. Outra compreensão está no espaço pensado de forma dividida, tempo, absoluto, relativo e relacional dependendo do contexto, porém, a sua compreensão está vinculada às subjetividades políticas (HARVEY, 2012). Falar de política é falar do uso do poder e o espaço nesta concepção precisa ser destrinchado em várias dimensões, para desse modo, explicar os fenômenos que constituem as discussões sobre o uso dos recursos naturais de forma irracional, o qual é respaldado pelo discurso de desenvolvimento econômico engendrado pelo sistema capitalista. Ou seja, o avanço do desflorestamento na Amazônia não é um fenômeno em si, e sim das causas sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais que permitem discutir sobre o que está sendo esgotado e ainda sua relação com o global e local.

O território está contido dentro do espaço e é onde as relações de poder se estabelecem, por meio da economia, política e social. A essência do que ambos se referem está na apropriação e dominação pelas ações impostas por agentes no território, tornando-o território usado que, de modo intrínseco, estão também às relações de poder (Cavalcanti, 2002). Os agentes têm papel crucial no território usado, pois neste caso, os servidores públicos atuam como o braço do Estado dentro do território. O alcance do conceito de território usado ganha protagonismo quando pensado para entender as dicotomias produzidas pela relação entre atores e agentes, não de forma fragmentada e sim de forma totalizante, permitidos com a compreensão do todo.

> Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutualmente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso a materialidade e suas diversas formas; as ações e as suas diversas feições (SANTOS, 2002, p. 54).

É dentro do território que ocorrem as transformações que tencionam as relações de poder entre os atores e agentes. E, nesse contexto, que está a base para entender como estão constituídos os processos do desenvolvimento sustentável. Desta forma, cabe relacionar as discussões entre território e o desenvolvimento na perspectiva local como discussões complementares entre si.

## 3.1DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

A crise ambiental como marco temporal inicial para as discussões sobre os recursos naturais trouxe uma nova perspectiva da situação do Planeta Terra perante o sistema econômico capitalista com as previsões de exaurimento dos recursos naturais. Tal cenário ascendeu as discussões sobre os rumos do desenvolvimento econômico em escala global e como este poderia ser alcançado do ponto de vista ambiental.

Sachs (2005) discute inicialmente, a teoria do desenvolvimento de forma analítica com a utilização de uma abordagem histórica até o surgimento desenvolvimento sustentável, enquanto conceito multidimensional e pautado em aspectos econômicos, sociais e culturais. No entanto, historicamente, os debates éticos não encontram pontos de convergência entre conservação ambiental e formas de exploração econômica.

As discussões sobre o desenvolvimento como padrão a ser atingido por determinadas sociedades para definir quais os rumos com base em instrumentos de planejamento não exprimem a realidade dos mais pobres, apenas dá respaldo a situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental perante o capitalismo como aqueles que estão à margem dos padrões estabelecidos por um sistema nivelado a partir de critérios majoritariamente econômicos.O desenvolvimento sustentável está assentado sob o signo do desenvolvimento e embute parâmetros econômicos baseados em uma racionalidade econômica hegemônica (AYALA, 2005) a qual fica na parte de baixo da pirâmide.

Sachs (2000) critica a ideia de desenvolvimento sustentável, realizando um panorama das discussões sobre o conceito. O desenvolvimento estabelece um padrão a ser seguido, com base em indicadores socioeconômicos que definem quem está na categoria de desenvolvimento na lógica capitalista.

> Na linguagem coloquial, o desenvolvimento descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo para que esse alcance sua forma natural completa e amadurecida. Daí o uso metafórico do termo para explicar o crescimento de plantas e animais (SACHS, 2000, p.62).

O conceito usado na biologia foi usado como metáfora no campo social e econômico, sendo visto pelos governos como referencial a ser valorado durante as gestões, o mesmo vincula-se principalmente ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Este utiliza os indicadores de economia, saúde e educação, por meio de média estatística utilizada como exemplo de parâmetro para medir o grau de desenvolvimento de determinado país.

Pensar a questão socioeconômica da Resex do ponto de vista do desenvolvimento é pensar a questão socioeconômica à luz da concepção do desenvolvimento. Portanto, torna-se necessário a abordagem sobre esta sociedade ter características relacionadas à obtenção de renda, arroladas as regras impostas pelo sistema econômico internacional com a definição da cotação de preços, principalmente da venda da castanha e da borracha. Porém, no que se refere ao modo de produção baseado nos saberes tradicionais firmados pelas territorialidades, as características são fundamentadas nas sociedades tradicionais. As sociedades híbridas se dão com a construção e reconstrução das tradições em coexistência com os sistemas econômicos hegemônicos difundidos com a globalização (FLORIANI, 2006).

Desta forma, para efeito deste trabalho a Resex não pode ser considerada enquanto e somente os padrões do desenvolvimento baseados em lógicas racionais de mercado e sim de acordo com as suas singularidades que configuram o território. As características de uso racional na configuração da Resex pelo Estado enquanto modelo de desenvolvimento sustentável dos recursos ambientais é utilizado como argumento de esteio para a Leff (2004), que traz a discussão sobre uma racionalidade ambiental como uma alternativa para a atual e insustentável racionalidade econômica engendrada pelo sistema capitalista com a utilização de forma irracional dos recursos naturais. Seria um desenvolvimento sustentável pensado a nível local para

populações que desenvolvem ações relacionadas ao uso dos recursos naturais baseada em concepções culturais.

E ainda trazendo como concepção a formação do pensamento ambiental e suas imbricações do colonialismo, baseado na exploração dos recursos naturais advindos da América Latina. Deixando a mercê as populações que fazem uso dos recursos. O ponto de resolução de tais tensões estaria nos povos tradicionais, com a difusão dos saberes tradicionais em busca de uma nova racionalidade ambiental. (LEFF, 2016). Os atores que vivem na Resex Estadual Rio Cautário são reconhecidos legalmente como população tradicional e materializam suas ações e objetos com a produção e reprodução dos saberes sobre o uso da floresta para remédios, qual é a época certa para o corte da seringa sem prejudicar a produção do leite, quais são as árvores utilizadas para remédios naturais para cura dos males.

Na abordagem de Leff (2004), a crise ambiental está assentada sobre a racionalidade econômica e representa um risco para continuidade da humanidade, considerada como um paradigma a ser superado baseado na racionalidade ambiental fundamentada na observação de respostas oferecidas pela natureza e na valorização do conhecimento tradicional e cultural como caminhos para o desenvolvimento sustentável. O modo de vida das populações tradicionais e as formas de uso dos recursos naturais são observados como parâmetro para a busca do desenvolvimento sustentável.

O conceito de sociedades sustentáveis em substituição ao conceito de desenvolvimento sustentável considerado como uma ação paliativa de mitigação dos malefícios ambientais e sociais causados por projetos de desenvolvimento coloca as populações tradicionais em evidência.Este conceito possibilitaria a continuidade do empoderamento nas relações econômicas e o respeito aos saberes tradicionais de definir seu próprio bem-estar social, possibilitando a diversidade de sociedades sustentáveis (DIEGUES,1992). Desta forma, não existe um modelo de desenvolvimento nas sociedades consideradas tradicionais, pois cada uma tem modos de utilizar os recursos naturais e perceber o desenvolvimento ambiental.

Há tempo estão as discussões sobre a importância de entender o desenvolvimento a partir da construção do redimensionamento de forma interescalar do desenvolvimento global para desenvolvimento local. Neste sentido torna-se necessário a contextualização por meio das influências de processos e das políticas ambientais internacionais e nacionais (DANSERO, *et al*, 2009).

Tal recorte tem atuação direta sobre o território local, com a definição de novos arranjos de normatizações que estabelecem as legislações ambientais e formando novas tensões culminando em constantes transformações.

As escalas vinculadas aos processos históricos permitem entender a dimensão do território usado e as disputas de poder que o constituem. A exemplo está a criação das áreas protegidas sobre as perspectivas do local e do global, neste caso as Reservas Extrativistas Estaduais como objetos de compreensão.

Entendendo que, a nível global estão as leis que regem o capitalismo, orquestrado por uma pequena parcela da população mundial que rege o sistema econômico vigente. Já o local é regido por mecanismos de dominação dos agentes sobre os atores que vivem dentro do território (SANTOS, 2005). A definição de mecanismos de financiamento a nível mundial para as questões ambientais de países considerados subdesenvolvidos e somado as pressões sociais decorrentes aos tensões por terras, culminam na criação das Reservas Extrativistas e mostra as verticalidades agindo sobre o território usado e as horizontalidades reagindo por meio dos objetos, surgindo desse modo disputas entre seringueiros e fazendeiros. “O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p.14). E exemplifica a criação do território com base nas horizontalidades percebidas enquanto a formação da Resex na divisão dos limites das colocações como unidades de produção.

Assim, as políticas ambientais têm a função estabelecida pelo Estado de responder e acalmar os questionamentos dos atores sociais que enfrentam graves crises sociais e disputam a utilização dos recursos naturais com grandes corporações globalizadas engendradas pelo capitalismo econômico. Este por sua vez, buscou transmutar-se em direção a nova configuração mundial que se desenhava em torno da utilização racional do meio ambiente.

A partir da política nacional de unidades de conservação, o Estado absorve a Resex como uma categoria de Unidade de Conservação, no qual fica claro que não foi apenas um território para garantir o uso coletivo, mas o Estado interferindo como gestor e normatizador da organização do território com base em dados ambientais e disposições de terras sem títulos definitivos.

O caso das Reservas Extrativistas corrobora a intenção de assimilação deste território enquanto categoria para o uso sustentável, estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e no âmbito de Rondônia com o

Sistema Estadual de Unidades de Conservação apresentando de forma intrinsicamente a nova formulação do Estado através do neoliberalismo em fase crescente pelo país, principalmente no governo Collor 1992 e dado continuidade nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso 1994/1998 e 1998 a 2002. O novo formato do Estado adotado pelos países da América Latina após a assinatura do Protocolo em Washington reduzia o papel do Estado e aumentava o alcance do capitalismo com a privatização de estatais (CARINHATO, 2008).

Com a nova formulação do Estado, a Amazônia tornou-se palco deste cenário de exclusão social das classes mais pobres, majorado com a pressão por terras nas áreas de incentivo as ocupações que ocorriam na década de 70, durante os governos militares. A busca por novas áreas para a expansão agropecuária somada as pressões dos movimentos orquestrados pelos seringueiros, foram tidas como mola propulsora para o estabelecimento de conflitos socioambientais.

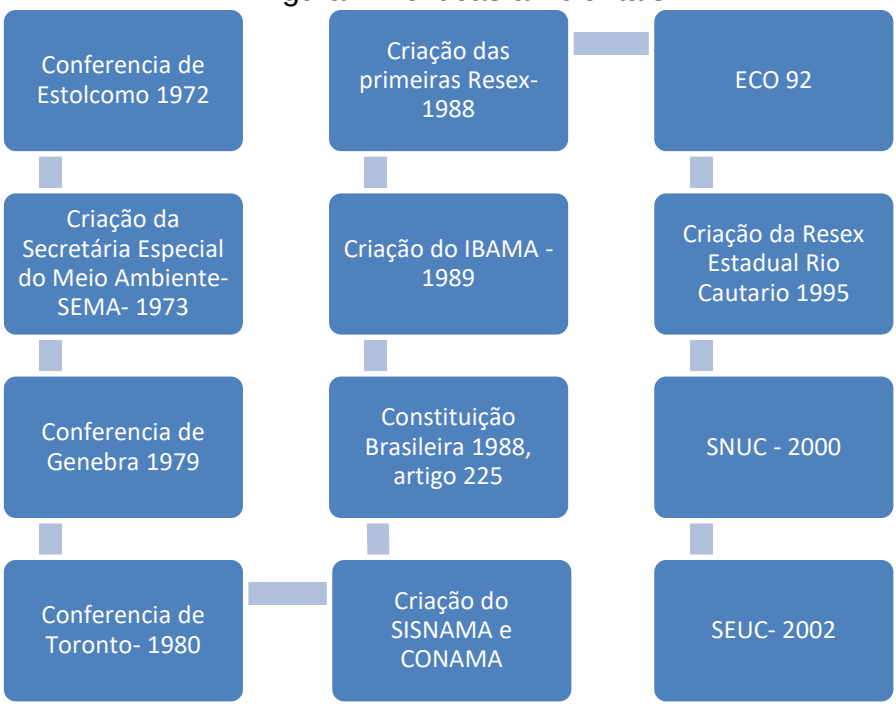
Becker (1997) aponta para a existência de dois vetores de transformação: o tecno-ecológico e o tecnoindustrial. Estes, por sua vez combinados as características históricas e geográficas. Desse modo, o Estado passa a ser figura coadjuvante para impulsionar a economia, abrindo novas oportunidades para o capitalismo, vinculado aos vetores, por meio das redes e assim aflora uma nova estrutura. Essa nova configuração, propulsora dos modelos de ocupação principalmente na Amazônia culminando nos altos índices de desmatamento, leva a pressão dos agentes internacionais por meio do Fundo Monetário Internacional- FMI para a formulação de estratégias para tonar os atores sociais mais favoráveis a nova reformulação do Estado onde o capital é figura central.

Na trajetória dos processos formuladores destas políticas como vetores de ações e verticalidades impostas pelas políticas econômicas via Banco Mundial, está a realização de empréstimos a fundo perdido para a implementação das políticas de gestão ambientais e territoriais na Amazônia. No Estado de Rondônia foram significativas para a realização da 1ª aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico e a implementação da política de Unidade de Conservação Estadual e, a partir destes, a regulamentação das áreas passiveis para usos econômicos, áreas prioritárias para preservação, conservação e orientação para a gestão ambiental e territorial do Estado.

Em busca de analisar essas políticas e suas imbricações na Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, enquanto objeto de estudo, elaborou-se um

desenho organizativo dos principais eventos. Onde os mesmos resultaram na formulação das políticas de cunho ambiental por meio de um esquema de processos de vieses políticos e econômicos que iniciaram as discussões sobre a criação da Resex como categoria de unidade de conservação autóctone para o uso dos recursos naturais de forma racional, balizada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, conforme a figura 01 a seguir.

Figura2–Políticas ambientais




Fonte**:** Elaborado a partir de Kohlhepp (1992)

A trajetória estabelecida para pensar a complexidade das questões ambientais perpassa o âmbito internacional, nacional e local, tendo como intenção de principalmente compreender as influencias dos documentos relacionados ao meio ambiente e sua ação a nível local.

A Conferência de Estocolmo organizada pelas Nações Unidas – ONU em 1972é considerada como um marco para as discussões ambientais sobre as mudanças climáticas a nível global. Foi o primeiro documento a atrelar as questões do desenvolvimento dos países pobres ao meio ambiente (STIL, 2013). Considerada a percursora das discussões sobre as formulações pertinentes ao desenvolvimento sustentável.

A conferência teve forte impacto sobre os países da América Latina, inclusive o Brasil formulou neste período a Política Ambiental Nacional e no ano seguinte criou a Secretaria Especial de Meio ambiente – SEMA em 1973, com interesses em cumprir

acordos internacionais para o recebimento de recursos financeiros. E em conjunto, criou-se em 1981 o Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente, concluindo a estruturação da Política Ambiental Brasileira (KOHLHEPP, 1992), no entanto esta estava pouco articulada com as políticas de desenvolvimento em curso, principalmente na Amazônia (BECKER, 2005).

Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com intuito de estabelecer uma relação mais robusta com a gestão dos recursos naturais e gerir programas financiados pelo Banco Mundial (KOHLHEPP, 1992). Mostrando o meio ambiente como uma questão estratégica para o Estado no estabelecimento do território.

As discussões acerca do uso dos recursos naturais em países da América Latina são consideradas como empecilho para o desenvolvimento econômico e social, bem como o fator de aumento da pobreza, entendido a partir da noção de mercado o que viabiliza a globalização do sistema capitalista e impõe o avanço das populações do campo para a cidade. Deixando um saldo de problemas socioambientais (LEFF, 2004). Os movimentos que buscaram uma equidade socioambiental tiveram um papel fundamental na interlocução para a criação das Reservas Extrativistas com a reconquista e manutenção dos seus territórios ancestrais.

No sentindo de compreender as diferentes variáveis que compõem os processos que influenciam na dinâmica do território que constitui a Resex Estadual Rio Cautário e sua Zona de Amortecimento, a interdisciplinaridade aparece como questão crucial para entender as imbricações entre meio ambiente e desenvolvimento. Tendo como objetivo principal a junção de diferentes saberes na formulação de novas respostas, que não seriam possíveis caso não houvesse esse diálogo entre diferentes campos do saber científico(FLORIANI, 2000), pois ao pensar a constituição de uma unidade de conservação sob a perspectiva da gestão do território pelos agentes enquanto detentores da proteção e manutenção integridade ecológica da floresta e os atores enquanto usuários (população tradicional) requer a compreensão da complexidade do objeto por diferentes olhares.

Em meio às discussões sobre quais os modelos de desenvolvimento sustentável e a pressão social e ambiental na Amazônia pela posse de territórios, surge a formulação do modelo de Reserva Extrativista, tendo a Reserva Extrativista Federal Rio Ouro Preto como a primeira decretada no Estado de Rondônia. O formato deste novo território foi pensado inicialmente sobre a prerrogativa da existência de

organização social firmadas no associativismo para o estabelecimento de territórios políticos e tendo como gestão principal os seringueiros, deixando o IBAMA com a função de auxiliar na interlocução para o acesso as políticas públicas como educação e saúde (CUNHA, 2009). No entanto, atualmente a gestão das Resex está sobre a tutela do Estado, sendo as associações consideradas legalmente como co-gestoras.

Ainda no percurso decorrente a 1992, a realização da ECO 92 no Brasil teve grande impacto para o fortalecimento das discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável podendo ser como mola propulsora para criação de outras Reservas Extrativistas. Em 1995, foi criada a Resex Estadual Rio Cautário e cinco anos depois foi incluída no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. No âmbito Estadual, foi criado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Rondônia, a fim de normatizar a nível local as Unidades de Conservação do Estado. Neste sentido cabe destacar toda a movimentação orquestrada para a criação de área de reserva de recursos naturais para o capital com o estabelecimento de normatizações de uso. Pois mesmo depois de 20 anos, as discussões em busca de alternativas sustentáveis que equilibrem economia e meio ambiente continuam estagnadas na definição dos limites políticos dos territórios.

Após a etapa de criação, corrobora-se a necessidade de discutir os rumos a serem definidos pelo Estado para estes atores, agora legitimados como usuários de um território. O SNUC tem em seu art. XIII o objetivo “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”.

Assim o sistema hegemônico dentro deste cria novas configurações territoriais a partir da junção entre os sistemas naturais e a sua apropriação pelos atores sociais (SANTOS, 1996). Os extrativistas então, se apropriam e se configuram enquanto atores que exprimem a materialização na formulação do território da Resex Rio Cautário por meio do estabelecimento de novas organizações do território A exemplo disso está a chegada de novos moradores, e, consequentemente, o crescimento dos núcleos de ocupação nas comunidades Jatobá, Canindé e Laranjal, bem como a formação das comunidades Vitória Régia, Ouro Fino e Lago Verde. As três primeiras possibilitadas com o acesso à energia elétrica via convencional (postes) e as demais com a possível chegada de placas solares. O acesso à energia entendida como técnica traz novas perspectivas globais para a compreensão das relações dos atores com a inovação que tem vieses sociais e econômicos distintos. As quais culminam em

novas dinâmicas territoriais e causam alterações aleatórias espaciais em cada comunidade (SANTOS, 1988). O aumento populacional, observado nas comunidades exemplifica a heterogeneidade que o acesso à infraestrutura por meio das técnicas causa sobre a dinâmica territorial.

As discussões acerca do uso dos recursos naturais em países da América Latina são consideradas como empecilho para o desenvolvimento econômico e social. E o aumento da pobreza, este entendido a partir da noção de mercado, o qual viabiliza a globalização do sistema capitalista e impõe o avanço das populações do campo para a cidade e deixando um saldo de problemas socioambientais (LEFF, 2004). Os movimentos que buscaram uma equidade socioambiental tiveram um papel fundamental na interlocução para a criação das Reservas Extrativistas com a reconquista e manutenção dos seus territórios ancestrais.

A regulação é feita por instrumentos legais embasados pela gestão territorial das Reservas Extrativistas que seguem o modelo semelhante que ocorre nas terras indígenas. Onde o poder tutelar muitas vezes velado, é estabelecido pelo Estado, enquanto práticas administrativas e documentos regulamentadores como práticas de submissão. Desse modo, mantendo as relações de poder e, tais poderes estão imbricados na formação do Estado Brasileiro desde a sua forma na época de colonização (SOUZA LIMA, 2013). Mesmo não sendo juridicamente visível, é estabelecida nos padrões de domínio do Estado sobre o território ocorrendo uma relação onde o dominante entende como necessário e estabelece mecanismos que permitem que o dominado dê continuidade à dominação perpetuando o controle. São constituídos como uso normativo do território: o Plano de Manejo, Contrato de Concessão Real de Uso, Conselho Gestor e Plano de Utilização. Tais documentos são exemplos que regimentam a tutela velada.

O Plano de Utilização merece um adendo, pois foi inicialmente pensado como um documento elaborado pelos extrativistas a fim de estabelecer regras comuns de uso dos recursos naturais e regras de convivência. Entretanto, após a publicação da portaria 116/2017, Diário Oficial de 02/05/2017, o qual valida a implementação do Plano de Manejo e o Plano de Utilização passa a ser um apêndice do Plano de Manejo. Oque gera, por ocasião da denominação de Plano de Manejo e Plano de Uso, uma contradição de assimilação do objeto dos planos propostos e o mesmo dificulta a compreensão dos atores sobre a validade das regras estabelecidas pelo agente.

## 3.2 “HOMEM NATUREZA”: A CRIAÇÃODAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Neste tópico são abordadas algumas nuances na criação das Unidades de Conservação, partindo da noção que as UC são territórios naturais protegidos, tendo como principal pano de fundo o sistema hegemônico e o Estado (KEITH, 1983), fez sua abordagem sobre a questão histórica da relação homem natureza a partir dos primórdios da revolução industrial no período de 1.500 a 1.800, e como a influência da moral religiosa com a contemplação do natural para a elevação do espírito, desde que não podem sobrepor as necessidades de alimento do homem na relação de dominação do homem sob o mundo natural e a alternância do que deve ser preservado e o que deve ser extinto ou considerado sem importância. No período de abundância e pela primazia da agricultura foram dizimados milhares de pássaros e um século depois graças a novos naturalistas e a publicação de estudos teológicos imputando as criaturas um caráter divino passam a ser contemplados e protegidos como seres que remetiam a presença de Deus.

Outrora, os animais como leões e coelhos, eram servidos com a cabeça, e então passam a serem servidos destituídos de suas características enquanto vivos para formar uma ilusão de preservação. Crianças dormem com coelhos, mas os comem ensopados no almoço. A sociedade europeia estabeleceu a perpetuação da dominação e continuou criando mecanismos de proteção com os oásis para a contemplação (KEITH, 1983). Desta forma, surge a gênese das unidades de conservação, como locais onde o homem mantém a natureza, mas sempre tenta moldá-la conforme os discursos teológicos, científicos e ou econômicos de cada época.

O conceito de unidades de conservação teve como embrião a criação dos Parques Nacionais. Surgindo inicialmente nos Estados Unidos, a preservação emerge como ideia de contemplação da natureza e a mesma povoou o imaginário romântico através dos escritores com seus relatos de lugares maravilhosos ainda intocados pela sociedade, principalmente durante o período da revolução industrial.

A ideia de conservação americana está atrelada ao preservacionismo, porém, trata do uso controlado dos recursos naturais, vinculados a usos racionais para fins econômicos. Tal enfoque vem sendo considerado como precursor das investigações sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, sem considerar a existência de

populações tradicionais que residiam nestas áreas e assim, gerando conflitos. A partir deste fato, passa a ser uma das referências dos debates sobre os direitos das populações tradicionais (DIEGUES, 2001).

A criação das unidades de conservação tem sido vista mundialmente como uma estratégia para a conservação da biodiversidade e neste sentido a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) tem como papel o de organizar as informações sobre as experiências para indicar alternativas para que assim, cada pais realize a conservação da biodiversidade (BRITO, 2000). O Governo Brasileiro, em 2016, realizou um estudo de monitoramento da biodiversidade e apontou a diminuição da mesma tendo como um dos principais causadores o desmatamento.

Os estudos científicos sobre a natureza no Brasil tiveram início com a vinda da Família Real Portuguesa (1808) Porém, anteriormente, naturalistas luso-brasileiros, durante o período colonial, já pesquisavam em terras tupiniquins. Entre eles está Alexandre Rodrigues Ferreira e Manuel Arruda Câmara (1772), que vieram por meio de um programa da Universidade de Coimbra e incentivados pelo vínculo do desenvolvimento das ciências naturais, bem como da abertura de novas frentes de expansão da exploração econômica da metrópole sobre a colônia brasileira. Arruda Câmara elaborou os primeiros estudos históricos geográficas, estabelecendo a relação das plantas com o solo, clima, e a domesticação de espécies exóticas. Tais riquezas minerais presentes na então colônia portuguesa (PRESTES, 2000). Porém, a exploração econômica dos recursos naturais que ocorria desde o século XVI, gerou preocupações em 1797.A rainha de Portugal, devido a perca da cobertura florestal da Mata Atlântica, ordenou ao governador da Capitania da Paraíba o fim do desmatamento na colônia (MITTERMEIER, 2005). O Brasil, como colônia portuguesa, tinha a função de fornecer madeira, ouro e especiarias para movimentar a economia da metrópole, sendo visto apenas como reserva de recursos naturais. Sendo assim, ocorria a relação de exploração em prol do desenvolvimento.

A criação das unidades de conservação tivera início na década de 30, com os Parques Nacionais de Itatiaia, Iguaçu, Serra dos Órgãos e Sete Quedas, seguindo o modelo da conservação americana (DIEGUES, 2001). O país, relacionado a conservação e preservação ambiental, estava muito aquém de outros países e destacava-se pelos programas de desenvolvimento e expansão das fronteiras agrícolas. O quantitativo era considerado incipiente para números de proteção da

biodiversidade e só com o avanço do desmatamento na Amazônia, devido aos programas de incentivo de colonização do governo militar (1960 a 1980) é que houve medidas para a criação de novas unidades de conservação e terras indígenas(MITTERMEIER, 2005).Em grande parte, devido ao interesse de agentes financiadores internacionais na manutenção da floresta em pé, os mesmos incentivados pelas discussões a nível mundial sobre a crise ambiental e possível aquecimento global.

Neste ponto cabe desmistificar a questão ambiental em Rondônia, com a inserção de capital estrangeiro para a preservação e conservação da floresta na Amazônia ao longo dos programas de desenvolvimento, através do prisma da gestão ambiental das UCS em Rondônia.Dentre as definições do conceito de gestão ambiental, está “uma atitude prática do poder público, aparelho estatal, cujo objetivo é a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas ao meio ambiente do país” (NUNES, 1998, p.6).Ou seja, a execução, com o auxílio de planejamentos de instrumentos normativos que norteiam o uso dos recursos naturais e, inclusive, a mediação de possíveis conflitos socioambientais entre atores e agentes. A gestão ambiental operacionalizada no país está diretamente ligada com os problemas ambientais e as complexidades entre os agentes que estabelecem as relações de poder e a racionalização econômica em prol do desenvolvimento (MORAES, 2007).

Neste contexto, está inserido o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, o qual foi dividido em componentes e estruturação que envolvia o incentivo a migração e o asfaltamento da BR 364. Tal incentivo foi percussor do avanço do desmatamento com a intensa migração desordenada e utilizando como critério de posse da terra a derrubada da floresta em áreas de ocupação tradicional e terras indígenas em Rondônia. Desta forma, o componente ambiental de conservação não obteve êxito e gerou forte repercussão internacional. Então, o Banco Mundial solicitou em 1988, um estudo sobre os projetos co-financiados pelo Banco (MARGULIS, 1991). Rondônia passou a ser vista como o novo eldorado, atraindo milhares de migrantes. Principalmente das regiões sul e sudeste do país, gerando conflitos socioambientais com as populações que já viviam no território (BECKER, 2001). Então, a população que estava concentrada nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim presenciou o crescimento vertiginoso do Estado.

Neste cenário mundial de crise ambiental e às vésperas da ECO 92, foi criado pelo Banco Mundial, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, caracterizado como o primeiro programa de desenvolvimento sustentável. O objetivo principal era corrigir os erros do POLONOROESTE, fomentando o acesso a assistência técnica rural, e também a implantação de cultivos permanentes, consórcios agroflorestais, incentivos ao crédito rural e melhorar a logística do transporte rodoviário (FERREIRA et al, 2006). Em relação ao meio ambiente, tiveram como principais resultados a primeira aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia ZEE-RO, reconhecido como instrumento norteador de políticas públicas para o uso do solo e a criação das 21 Reservas Extrativistas – RESEX Estaduais e 11 Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado – FERS. O PLANAFLORO tem sido tido alvo de críticas e elogios, primeiramente apontando erros na execução administrativa e financeira e a continuidade da fragilidade dos órgãos institucional dos órgãos ambientais gestores perante os conflitos socioambientais (FERREIRA *et al*, 2006) e como fator positivo a continuidade da política de criação de unidades de conservação e áreas protegidas.

Em Rondônia, as Unidades de Conservação estão sob a jurisdição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, criada em 1991, resultado entre a fusão do Instituto Estadual de Florestas- IEF e Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia – SEMARO. Após a criação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia ser criado em 2002, “com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC e proteger mais de 60 milhões de hectares”(WWF, 2017) a inserção das unidades de conservação estaduais foi ocorrendo gradualmente e hoje, das 40 existentes estão inclusas no Programa a nível estadual: Parque Guajará Mirim, Parque Corumbiara, Parque Serra dos Reis, Estação Ecológica Três Irmãos, Estação Ecológica Samuel, Reserva Extrativista Rio Cautário, Rio Ouro Preto e Pacaás Novos, ou seja, cerca de 25% recebem recursos do ARPA para a gestão ambiental.

A Resex Estadual Rio Cautário foi inserida no Programa em 2013o que apresenta um grande avanço para a preservação da UC, segundo o gestor responsável, Jorge Lourenço, os três primeiros anos foram destinados a proteção com ações de fiscalização que ocupavam praticamente todo o recurso do Plano Operativo Anual e após este período, as ações voltaram-se para a construção de viveiro para reflorestamento com mudas de açaí e castanha, continuidade das ações do conselho

deliberativo da unidade. Atividades cujas características da fase de implantação da Resex, incontido fortalecimento da gestão ambiental da UC. Todos os processos relacionados à gestão ambiental a vontade política de cada governante, onde uma determinada política ambiental pode ficar mais ou menos evidencia de acordo com as estratégias de desenvolvimento e a atuação de agentes, a exemplo do que ocorre com os agentes financiadores internacionais com base em critérios estabelecidos pelo sistema econômico vigente.

## 3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

### 3.3.1 Procedimentos metodológicos

Por tratar-se de um território dinâmico e em constante transformação, a análise foi feita sob duas vertentes:

1. Interna: com a análise dos aspectos socioeconômicos (economia, saúde, educação e migração) e ambientais dos atores que vivem dentro da Resex;

2. Externa: dos atores e agentes que fazem uso do solo da zona de amortecimento da Resex e os conflitos sociais e ambientais mediados pelos agentes/Estado.

Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico para dar suporte teórico-conceitual e informações técnicas, as quais consistem nas principais legislações ambientais que consubstanciaram os processos de criação e implementação do uso e regulamentação do território pelos atores e agentes sociais. Bem como a pesquisa documental, no Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia, Plano de Manejo, Contrato de Concessão Real de Uso e Plano de Utilização.

Após esta fase, foi realizada a pesquisa de campo em junho de 2017, quali-quantitativa com preenchimento de questionários, a fim de correlacionar as informações dos seguintes estudos: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, realizado utilizando o censo como metodologia, Plano de Manejo, Componente Socioeconômica, estabelecendo assim, um intervalo de 3 anos entre os estudos. Os indicadores comparados entre os entrevistados foram: valor da renda, diversidade da produção extrativista e agrícola, escolaridade, migração, acesso aos documentos de gestão ambiental da Resex, uso dos recursos naturais (peixe e caça) e a percepção

sobre os principais problemas ambientais. A metodologia com a aplicação dos questionários deu-se das seguintes formas conforme a tabela abaixo:

Tabela1 – Base de dados comparativos da pesquisa

| Estudo | Definição de Universo de Pesquisa | nº de famílias entrevistadas. | Ano da Realização do Estudo (campo) |
|---|---|---|---|
| Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia (em prelo) | Censo | 48 | 2011 |
| Plano de Manejo | Amostragem | 14 | 2014 |
| Dissertação | Censo | 58 | 2017 |

Fonte: SEDAM. Adaptado pela autora 2018.

Cabe aqui salientar as metodologias utilizadas em cada estudo. A utilização de censo para retratar a Resex no estudo realizado em 2011 foi em razão do desconhecimento no período pelos gestores de estudos atualizados mais abrangente da Resex. Em 2014, optou-se apenas pela amostragem, como forma de atualizar as informações obtidas em 2011. Para a pesquisa de campo referente a este estudo foi utilizada o censo devido ao aumento populacional e acesso a políticas públicas ocorridas depois da fase de campo do Plano de Manejo.

Para estabelecer a correlação dos estudos elaborou-se um questionário semelhante aos utilizados em 2011 tendo como objetivo obter um panorama das informações gerais de todas as Resex estaduais sob os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Em 2014 o objetivo era subsidiar o componente socioeconomia, utilizando como padrão as informações obtidas no diagnóstico gerado em 2011. Cada estudo estava em função das demandas técnicas sob a gestão do Estado, impossibilitando o estabelecimento de comparativos de todas as perguntas. De modo que, segue o quadro do questionário aplicado e qual o objetivo de cada item:

Quadro 1 – Demonstrativo do questionário da pesquisa de campo

| Pergunta/ Abrangência | Possibilidade de análise |
|---|---|
| Identificação | Perfil socioeconômico e ambiental dos entrevistados, acesso aos serviços públicos de educação e saúde. |
| Infraestrutura | Transformações com o acesso a energia elétrica |
| Economia | Renda, produção, migração. |
| Meio Ambiente | Uso e pressão dos recursos naturais |
| Migração | Ancestralidade, conflitos socioambientais. |
| Gestão | Verificar o acesso aos documentos normativos e a compreensão sobre o conteúdo do documento |

Fonte: autora, 2017.

As respostas obtidas das perguntas fechadas possíveis de ser comparadas aos outros estudos realizados serão expostas em formas de figura, já as demais serão discutidas no texto conforme a pertinência.

No que concerne ao universo populacional, não foi possível obter junto a SEDAM uma listagem oficial atualizada com o quantitativo de famílias que vivem na Resex. Para tanto, de forma a solucionar tal impasse, buscou-se a definição de um interlocutor com confiabilidade para fornecer a informação. Recebeu-se a indicação de um morador nascido na Resex e que conhece toda a região. Este definiu o universo populacional de 66 famílias. Porém, destas, somente foi possível entrevistar, em razão de problemas de deslocamento via fluvial ser inviabilizado devido a falta de recursos financeiros para a compra de combustível. O período de campo compreendeu o período de 08 a 15 de junho de 2017.

### 3.3.2 Aquisição e georreferenciamento das imagens de satélite

3.3.2.1Satelite Landsat

A série Landsat (Land Remote Sensing Satelite), iniciou em 1972 com o lançamento do satélite ERTS-1. Ela teve sequência com os Landsat 2, 3, 4 e sobretudo com o Landsat 5, que operou até meados de 2013, e em operação temos o landsat 7 e 8. O principal objetivo do sistema Landsat foi o mapeamento multispectral em alta resolução da superfície da Terra. Esse foi e é de longe o sistema orbital mais utilizado no Monitoramento por Satélite no mapeamento da dinâmica espaço-temporal do uso das terras e em todas as aplicações decorrentes.

3.3.2.2 Satelite Landsat

Por falhas no satélite Landsat 5até o ano de 2013 para continuidade dos dados sobre a cobertura terrestre, foi utilizado a imagens de satélite Resourcesat, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que iniciou a recepção, processamento e distribuição dos dados do satélite indianoResourcesat-

Os dados brutos do Resourcesat-2 são recebidos na Estação de Recepção e Gravação do INPE em Cuiabá (MT).

### 3.3.2.3 Satélite Landsat

O programa utilizado para realizar a combinação das bandas espectrais de tons de cinza para o modelo RGB (Red/Green/Blue) das imagens em cores coloridas e a vetorização dos polígonos é o QUANTUM GIS (ou QGIS) gratuito e de código aberto.

A composição das imagens em tons de cinza foi feita utilizando as bandas: 4 5 3 do satélite Landsat 5 e 7, para realce da vegetação, com pixels de 30 metros, e a composição das imagens do satélite Landsat 8 utilizando as bandas 6/5/4 com a fusão da pancromática da banda 8 para obtenção de imagens com pixel de 15 metros.

A composição das imagens do satélite Resourcesat são as bandas 4/5/3.

### 2.3.2.4Arquivos Vetoriais (shapes)

Os arquivos referentes aos limites das Unidades de Conservações, em questão a RESEX do Rio Cautário foi obtido através do *shape* do Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico do Estado de Rondônia, onde possui os limites das unidades de conservação e das áreas agricultáveis do estado, agrupados em Zonas 1 (com uso: agropecuário, agroflorestal e florestal), Zona 2 (com uso: conservação e manejo sustentável) e 3 (com uso: Unidades de Conservações e Terras Indígenas).

Para a criação do raio de 10 km para gerar a área de entorno da Unidade de Conservação foi utilizado o recurso BUFFER, que cria uma segunda linha no raio determinado pelo usuário, gerando um polígono maior que o primeiro, no qual mostra até onde se irradia a área de abrangência do polígono menor.

3.3.2.5Fotointerpretação das imagens

O resultado da combinação da composição das imagens resulta em imagens de tons coloridos, no qual se destaca a coloração verde para cobertura vegetal mais densa, no caso de florestas, e o tom vermelho para as áreas onde não há cobertura vegetal, pois não há refletância da cor verde e reflete o vermelho.

Ao utilizar a imagem do satélite *Landsat* com passagem em 14 de julho de 1997, é criado um arquivo no formato *shapefile* e vetorizado as áreas de vegetação e áreas sem cobertura vegetal em seguida comparado com a imagem do ano seguinte, no caso 28 de julho de 1999, e criado um segundo arquivo vetorial com as informações do primeiro com um adicional do incremento das áreas onde houveram a intervenção em sua cobertura vegetal.

3.3.2.6 Fotointerpretação das imagens

Os arquivos vetoriais do Limite da Unidade de Conservação Reserva Extrativista do Rio Cautário foram disponibilizados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, site: www.sedam.ro.gov.br.

Limite Municipal disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE www.ibge.gov.br.

Imagens dos Satélites Landsat e Resourcesat, disponibilizados gratuitamente pelo site do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, site www.inpe.br.

## CAPÍTULO IV: A GESTÃO AMBIENTAL E O USO DO TERRITÓRIO

As abordagens sobre a categorização das formas de gestão e dos diferentes usos do território Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário estão sustentadas em parâmetros utilizados pelo Estado como normatizadores, com base na lógica de gestão administrativa abordando os aspectos ambientais, sociais e econômicos e compulsoriamente influenciando nas relações de poder e nos processos de desenvolvimento local. Salientando que a regulação dos modos de produção está entre os principais alvos dos documentos normativos para o ordenamento do território que incidem sobre as territorialidades com a formação e ou definição de quem pode e como pode fazer uso dos recursos naturais.

Para tanto, iniciaremos as discussões sobre o que são as Reservas Extrativistas do ponto de vista da legislação como territórios tradicionais.

Os atores sociais denominados legalmente como população tradicional que residem na Resex Rio Cautário são peça chave para a constituição da Resex enquanto território legal reconhecido como os princípios do desenvolvimento sustentável que estaria vinculado à noção de uso dos recursos naturais por meio das práticas socioeconômicas e culturais consideradas menos agressivas a natureza. “População tradicional” carrega uma carga de valores culturais coletivos vinculados às percepções das relações estabelecidas com meio ambiente que orientam a definição de políticas (ADAMS,2006).

Do ponto de vista da legislação ambiental, o conceito População Tradicional tem sua definição amparada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

> O Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC XI população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (RONDÔNIA, 2002).

A comunidade estabelece relações de uso do território com o estabelecimento de territorialidades simbólicas por meio dos piques de castanha, estradas de seringa e roçados, e, não existem dentro da Resex delimitações fixas como cerca. Cada morador entende sua área de trabalho, porém, sabem que existem delimitações de tamanho estipuladas pelos documentos que servem como normatizadores.

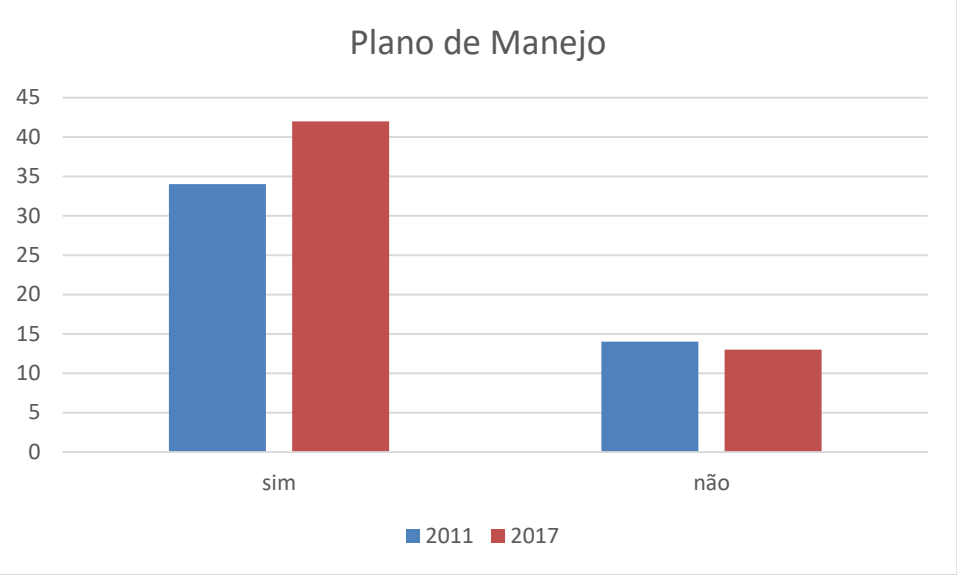
A Reserva foi regulamentada com base em documentos que seguem a normas técnicas e que tem o Estado como principal agente regulador dos objetos que ajudam a entender o território. O Zoneamento Socioeconômico e ecológico tem o cunho orientador de cenários possíveis para regulamentar o uso do solo e as alternativas econômicas como ferramenta de gestão territorial e ambiental do estado, tendo como principal destinação a resolução de conflitos econômicos, fundiários e ambientais.

Semelhante à função do zoneamento em escala local da Resex está o Plano de Manejo da Unidade e este é um documento orientador de cunho voltado para a gestão ambiental e territorial da Resex.

O Plano de Manejo tem como objetivo nortear o uso dos recursos naturais do território visando o desenvolvimento social, cultural e econômico de forma a garantir a viabilidade ambiental no território. Enquanto norma, o PM está vinculado aos usos das técnicas e como conseguinte o estabelecedor de objetos técnicos e a partir deles as relações sociais que estabelecem com os extrativistas.

Como verificado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que estabelece critérios para a implementação da Unidade/Resex e considera o Plano de Manejo como uma das normas de caráter orientador para o uso socioeconômico, ambiental e cultural. Sendo considerado um instrumento de gestão ambiental e territorial das ações que compõe o interior e a zona de amortecimento da Resex. Existindo, assim, a interdependência entre as variáveis. Tornando um ciclo entre objetos técnicos, regulação social e o estabelecimento de normas. (ANTAS, 2004). O plano de manejo é a principal ferramenta norteadora e regulamentadora das relações atores e agentes dentro do território. Para entender se houve um avanço no acesso dos moradores ao documento, elaborou-se uma figura comparativo com um intervalo temporal de sete anos.

Figura 3–Conhecimento dos moradores sobre o conteúdo do plano de manejo




Fonte: AUTORA, 2017.

Em 2011 foi realizado o levantamento de campo e na abordagem os entrevistados informaram saber da existência do plano de manejo, porém, no período em questão estava em fase de execução o Plano de Manejo Florestal Comunitário voltado para a exploração florestal e ainda não havia sido elaborado o Plano de Manejo da unidade (Plano de gestão), com a publicação datada de 2016, o que gerou conflito durante as respostas. Já em 2017 os dados demonstram o conhecimento da existência do documento, porém 100% dos entrevistados não tiveram acesso ao Plano de Manejo da Resex. Citado como algo que faz falta na hora de saber o que pode ou não ser manejado na Resex. Pois até a data de realização do campo do presente estudo, não havia sido entregue para os extrativistas uma versão impressa do resumo executivo. Dificultando o acesso as novas normas estabelecidas levando os seringueiros a considerar que tal fato potencializa a possibilidade do estabelecimento de conflitos, sobretudo em razão da necessidade de informações regulamentadas no Plano de Utilização, principalmente quando se refere à solicitação de autorização do uso do fogo para o roçado e devido ao período de estiagem, estes necessitam de autorização para a queima e limpeza de seus roçados.

Os extrativistas citam o receio da punição (notificação e multa) pela falta de autorização. A multa, conforme o decreto 6.514, define o valor mínimo de R$ 5.000 por hectare queimado com a possível inserção nos valores analisados com base em possíveis fatores agravante e isso sucessivamente incide na dispensa de recursos financeiros. Criando uma situação de conflito e fragilidade, pois que os mesmos vivem

das atividades vinculadas ao extrativismo e agricultura familiar e não dispõem de renda fixa mensal.

A discussão sobre o Contrato de Concessão Real de Uso (uso de cedência para o extrativista) está entrelaçada intrinsicamente nas discussões sobre regularização fundiária por meio estabelecimento de instrumentos de caráter normativo utilizando como base os resultados dos processos de territorialização. Consiste em um instrumento legal definido por meio de critérios redigidos na legislação ambiental brasileira, com a vigência de 25 anos e tem para os extrativistas o papel de garantir juridicamente a permanência na Resex. Todavia ,o documento permite duas abordagens a primeira trata do caráter normatizador que define as ações e punições, além de definir por meio de estabelecimento de perfil de quem são os beneficiários, utilizando como método a aplicação de questionários que abordam as relações econômicas e principalmente o critério ancestralidade a partir de 3(três) gerações, tendo o extrativismo como principal fonte de renda conforme definido pelo SEUC.

A segunda trata do estabelecimento da identidade por meio dos processos de territorialização. A Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário segundo o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental realizado em 2011 dentre as Resex estaduais, possui o maior grau de permanência na área protegida estando entre 30 e 50 anos, salvo alguns casos que serão discutidos posteriormente. Haesbaert (2007) entende que o território Econômico, no qual o território é estabelecido a partir das relações de produção econômica e das forças produtivas, evidenciando o embate entre classes sociais e a relação capital-trabalho. O território econômico é entendido a partir do controle de recursos dos processos de territorialização, especificamente voltado para as comunidades tradicionais e indígenas que dependem economicamente das condições físicas do seu território, ou que fazem uso da própria natureza, na construção de suas identidades.

Concomitantemente ao processo de territorialização dos atores o Estado cria objetos por meio das normas e dificulta o acesso aos recursos naturais impossibilitando o uso deste pelos atores por meio das ações, perpetuando os mecanismos de controle de acesso a informação e perpetuando as relações de poder entre atores e agentes.

Neste cenário dinâmico ocorreu a inserção de novos atores que interferem nas transformações territoriais e vêm alterando a dinâmica das relações entre os atores

que vivem no território. A chegada de atores de outras Unidades de Conservação traz consigo territorialidades baseadas em princípios fundados na criação de gado que divergem dos atores que já estavam estabelecidos. Tais atores sofreram o deslocamento da Floresta Nacional do Bom Futuro, após a sua ampliação em 2005 e de forma a tentar resolver o conflito pela posse da terra com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodibersidade –ICMBio foram enviados a Resex. O que gera divergência quanto ao critério de ancestralidade, pois a pesquisa apontou que não há ancestrais que praticavam exclusivamente atividades extrativistas, conforme aponta o questionário aplicado pelo Estado como pergunta homônima a utilizada para este estudo para fins de comparação. Porém, a definição de ancestralidade baseado em critérios de práticas econômicas aparece fragilizada, considerando os aspectos históricos da Amazônia, onde Rondônia era constituída por várias unidades de produção da borracha, onde a modalidade de arrendamento de seringais, consorciada a criação de animais foi prática comum após a crise da borracha em 1960 com o fim dos financiamentos públicos.

O Estado criou critérios para definir a identidade dos atores com base, sobretudo, em critérios da produção, tendo o extrativismo como atividade principal e as demais, como agricultura e trabalhos de empreita, como atividade complementares, porém, definir a identidade com base neste critério mostra a fragilidade do ator e sua inserção no sistema econômico globalizante, durante a venda dos produtos extrativistas e agrícolas.

A questão fundiária sob a dominialidade da área a questão torna-se complexa perante a gestão ambiental que, mesmo com a existência de decretos de criação com delimitação da área reconhecida com documentos jurídicos, ainda está pendente a posse. Das 21 Reservas Extrativistas Estaduais apenas 3 (três) localizadas em Machadinho do Oeste estão sob a dominialidade do Estado e já foram entregues os CCDRU aos extrativistas. As demais possuem seus processos tramitando na Superintendência do Patrimônio da União – SPU.  A falta desses documentos permite um entendimento dubio sobre quais as consequências para a efetiva gestão ambiental. Com a demarcação das áreas por meio de georreferenciamento e homologadas posteriormente pelos decretos dá ao Estado de Rondônia a dominialidade sobre a Resex Estadual Rio Cautário, porém não dá respaldo legal para a celebração de contrato com os extrativistas. O Estado tem a gestão, mas a união continua tendo a titularidade sobre as áreas. Figurando como entraves para o acesso

aos instrumentos normativos que validam a posse aos extrativistas. Fornecer o contrato dá respaldo à permanência e valida a identidade baseada em processos territorializantes, e constitui o acesso a regularização fundiária para os atores.

Ainda do ponto de vista de instrumentos de gestão ambiental está a Comissão de Proteção da Resex, instituída na primeira versão do Plano de utilização em 1996, sendo composta por moradores respeitados pela comunidade e com a função de orientar e realizar fiscalizações dos atos ilícitos ambientais. Entretanto, após um incidente com um membro da comissão no Estado do Pará, passou a exercer apenas a função de orientação. Na atualização do Plano de Utilização da Resex em 2013 foi reativada pelos moradores e hoje tem a função de auxiliar no monitoramento da área e estabelecer a gestão dos conflitos de uso dos recursos naturais pelos atores dentro de cada comunidade, colocando aos moradores pertencentes à comissão a função de fiscalizar a atuação de outros moradores.

O Conselho Gestor discute a possibilidade de auxiliar para a elaboração de um regimento que enquadraria e regulamentaria as ações da comissão. A Comissão de Proteção novamente em atividade mostra o poder de domínio da tutela do Estado na elaboração de normas para o enquadramento e o acumulo de instrumentos norteadores dos usos dos recursos naturais. Os moradores sabem que existem, mas não sentem segurança para discutir sobre a sua real aplicação no seu espaço de uso. As normas transformam o território e muitas vezes vão de encontro às práticas tradicionais de uso dos recursos naturais. A aplicação de normas regulatórias de orientação ecológica é considerada como a origem de conflitos difíceis de serem sobrepujados, sobretudo sob o ponto de vista legal (MARQUES, 2013). Esta nova postura do Estado só consubstancia a tutela da manutenção do poder por meio do controle de quem vive dentro e, assim, garantir a manutenção do território político. Neste sentido, a Resex perpetua a função de reserva de capital/território usado.

As dinâmicas que transformam o território precisam ser vistas sob duas escalas: a global, com a influência do sistema capitalista hegemônico que dita as regras para o uso dos recursos naturais, com a formação de reservas de capital, e a perspectiva da escala local que estabelece as territorialidades por meio dos modos de produção com o uso do território, os processos de desenvolvimento local estão sujeitos à interferência dos atores globais.

São duas relações de poder em constante conflito, onde os atores que vivem na Resex não estabeleceram processos fortalecidos para garantir a continuidade da

permanência, influenciados pelas relações de poder, os constantes deslocamentos das famílias para as áreas de entorno ou centro urbano estabelecem o território usado como uma reserva de capital dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações, com base nos atrativos econômicos que são estabelecidos ou oferecidos pelos atores externos por meio de projetos e ou a injeção de recursos.A qual se caracteriza pelo uso dado o que conceituamos como reserva de capital/território usado.

## 4.1 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

A geração de recursos financeiros provenientes da formação ou adequação das áreas de trabalho é caracterizada pelo regime econômico vigente, porém, existe a manutenção das características culturais baseadas nos saberes tradicionais vinculados aos modos de vida.

Os dados econômicos na Amazônia das atividades consideradas rurais seguem caminhos diferentes das demais regiões do país, onde o extrativismo tem forte entrelace cultural com a produção agrícola, caracterizando alternâncias produtivas de acordo com estabelecimento das terriorialidades. Pois, no tempo de quebra da castanha, entre dezembro a janeiro (período de chuvas), tempo da seringa, que chega quando as chuvas diminuem e a várzea seca, permitindo assim, o corte da seringueira para extrair o látex (borracha) e, nesse intervalo, acontece o roçado da mandioca para o fabrico da farinha.

O plantio de milho, feijão, abacaxi, abóbora e banana é considerado, em sua maioria, uma atividade agrícola de subsistência e é utilizado como complemento para o peixe e a caça, e principalmente, para aquilo que o poder aquisitivo não alcançou naquele período.

Quando ocorre a venda destes produtos, o mesmo é realizado em pequenas quantidades e não ocorre uma valoração exata quanto ao lucro obtido. Porém, com a inserção cada vez maior dos sistemas de objetos e sistemas de ações, por meio das técnicas, a produção extrativista e agrícola tem se voltado para as demandas do mercado. Tornando assim o extrativista cada vez mais dependente do consumo de produtos industrializados.

Para entender em que contexto está inserido a Resex, foi elaborado em 1997 com recursos do PLANAFLORO o Plano de Desenvolvimento da Resex Estadual Rio

Cautário, o qual surgiu para compatibilizar os problemas de desperdício de recursos financeiros devido a processos burocráticos e a falta de sistematização e priorização das ações pelas organizações sociais. Tendo como objetivo, as estratégias de ação para as diversas áreas de desenvolvimento comunitário (PLANAFLORO, 1997). A mudança a nível macro para a elaboração de novos objetos onde a Resex aparece entendida subjetivamente. O sistema hegemônico mudou as regras e o território é transformado com anuência do Estado e aos atores passam a ser coadjuvante sob o aspecto político, econômico e social.

Atualmente o Estado de Rondônia em parceria com o Governo Federal, baseado na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, elaborou o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável –PDES, que trata do planejamento com base em estratégias econômicas e sociais para diversos temas. A Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário passa a ter caráter coadjuvante e aparece beneficiada indiretamente dentro do Programa de Gestão Ambiental com a definição de projetos/ações voltados para o fomento dos produtos da sociobiodiversidade e do Programa Bolsa Floresta que trata de pagamento por serviços ambientais. Para (SANTOS, 1997, 57)“a formação socioeconômica é o conceito mais adequado ao estudo da sociedade ou espaço*”.* Seguindo a lógica do capitalismo e eficiência do Estado enquanto regulador das normativas para o uso do território.

Neste sentido, cabe a análise da constituição de vetores de desenvolvimentos em Rondônia com base em aspectos socioeconômicos que auxiliam na percepção das novas dinâmicas que alteram os territórios. O extrativismo, na percepção da configuração do território deu-se em dois períodos distintos marcados pelo ciclo econômico da borracha e da exploração comercial da castanha, que hoje representa a maior produtividade e variável econômica relacionada à renda anual.

A exploração da borracha teve um caráter fundamental para a criação do território enquanto Resex, originando-se de uma demanda econômica com a vinda dos seringueiros para a produção de borracha, a partir do estabelecimento do ciclo da borracha, após este período ocorre as disputas entre atores (extrativistas) e agentes (empresa agropecuárias) pela apropriação do território usado. As forças globalizantes por meio do capital influenciaram as transformações da Resex em território usado que garantem a reserva de recurso natural.

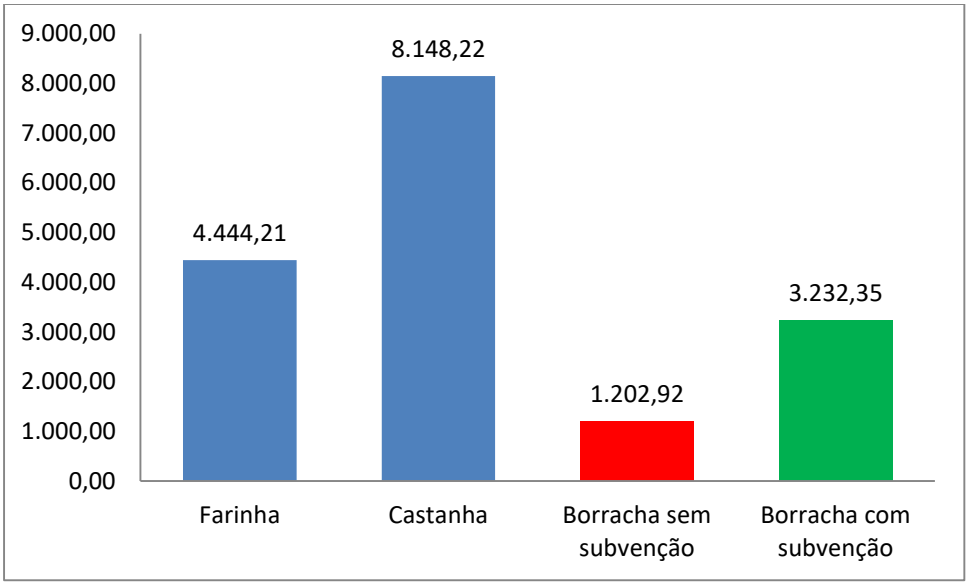
O estabelecimento das colocações formadas por estradas de seringa é ainda resquício da territorialidade econômica estabelecida pelos seringalistas e que

permanece até os dias atuais. Os seringueiros estabelecem nova dinâmica de territorialidade dentro da normatização estabelecida pelo Plano de Utilização do uso coletivo. A organização se dá de acordo com a disponibilização das seringueiras espacializadas em estradas que se desenvolvem tanto nas margens do rio ou na parte alta da floresta, chamada de colocação central.

A borracha deriva do leite extraído da seringueira, depois de coalhado e prensado manualmente, forma o cernambi. Tal atividade demanda tempo, principalmente por causa das distâncias necessárias a serem percorridas entre as árvores, sendo apontada como um dos fatores relacionados à falta de estimulo para a continuidade da exploração. A lucratividade é outra dificuldade enfrentada pelos extrativistas para a exploração, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB realiza o pagamento da subvenção de R$ 2,49/kg com a Política Nacional de Garantia do Preço Mínimo de R$ 5,49 por quilo da borracha, estabelecido pela Lei nº 11.775 de 2008, que permitiu a modalidade de Subvenção Direta que prevê ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal (BRASIL, 2008), entretanto, existe um limite máximo de 800 quilos por produtor, para o pagamento considerado como obstáculo para a expansão da produção em maior escala. Os extrativistas emitem a Declaração de Aptidão Agrícola- DAP que tem a função de nota fiscal para o agricultor familiar com o quantitativo limite e envia a companha para o recebimento do fomento. Porém, a definição do pagamento limitado a uma quantidade de quilos deve ser considerada como uma ferramenta de controle da produção, evitando que haja uma superprodução e com isso a diminuição da venda do látex pelos seringais de cultivo, localizados principalmente no Estado de São Paulo.

A figura do atravessador aparece como terceiro fator negativo que ainda exerce uma relação de exploração econômica sobre o trabalho do extrativista, considerando que o preço médio pago é de R$ 2,31 pelo kg da borracha. A figura abaixo demonstra um comparativo na renda entre a existência ou não do incentivo financeiro do Governo Federal como também avalia a renda obtida para o ano de 2016 de outros produtos extrativistas de subsistência com um universo de 58 entrevistados.

Figura 4–Média da renda anual e a participação da subvenção




Fonte: autora, 2017.

O menor valor relacionado à borracha, sem o pagamento da subvenção, refere-se ao quantitativo pago pela figura do atravessador ao extrativista. O maior quantitativo refere-se ao pagamento via CONAB para a garantia do preço mínimo. Exemplificando quando o extrativista não consegue vender o produto conforme a média do preço estabelecido pelo Governo Federal, este tem acesso via associação à complementação de recursos financeiros. A figura apresenta a dependência dos extrativistas em relação aos recursos financeiros advindo do Governo Federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. O Repasse trata-se de fomento para incentivar a permanência das populações no interior da Resex.

Mesmo com a aparente estratégia de contenção da produção estabelecida pela CONAB, o acesso aos recursos financeiros apresenta-se muito mais vantajosa sob a perspectiva financeira do que a figura do atravessador que mantém até os dias atuais o círculo de exploração perante os extrativistas.

Em Rondônia, houve a normatização da política de fomento produtivo da produção da borracha com a Lei 996 de 27 de julho de 2001 e regulamentada no ano seguinte com o decreto 10.134 de 1ºde outubro, que autorizava o pagamento de subsidio a 0,20 centavos por quilo da borracha natural bruta produzida. A demanda social surgiu dos extrativistas que viviam nas Resex, representado pela Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR, entidade de classe que representava a categoria politicamente, tomando como exemplo o pagamento realizado pelo Estado

do Acre que já ocorre desde 1999, por meio da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Borracha.

No Estado do Acre (Silva, 2013) traz a discussão o Subsídio da Borracha e sua Relação com os Moradores da Resex Chico Mendes, faz uma análise das contribuições socioeconômicas e ambientais dos incentivos à produção da borracha para os extrativistas. Tendo como principal conclusão a resposta positiva para o incentivo do aumento da produção de Borracha Natural Bruta no Acre e a importância para o aumento da renda dos extrativistas que vivem nas Resex. No Acre é uma política de fomento que gera resultados.

Porém, no Estado de Rondônia o pagamento nunca foi realizado, dificultando a melhoria na renda dos extrativistas advindas deste benefício. As hipóteses para a não realização do início do pagamento em 2003 podem estar vinculadas ao fim do PLANAFLORO e a mudança de estratégia política vinculada ao fortalecimento do Agronegócio e com o início do mandato do ex. Governador Ivo Cassol, que dá baixa prioridade aos projetos ambientais, embasados nas mudanças do cenário econômico estadual, nacional e mundial, em relação à conservação ambiental, tendo rebatimento direto nas unidades de conservação, inclusive no aumento dos índices negativos das Resex sob a gestão ambiental do Estado de Rondônia.

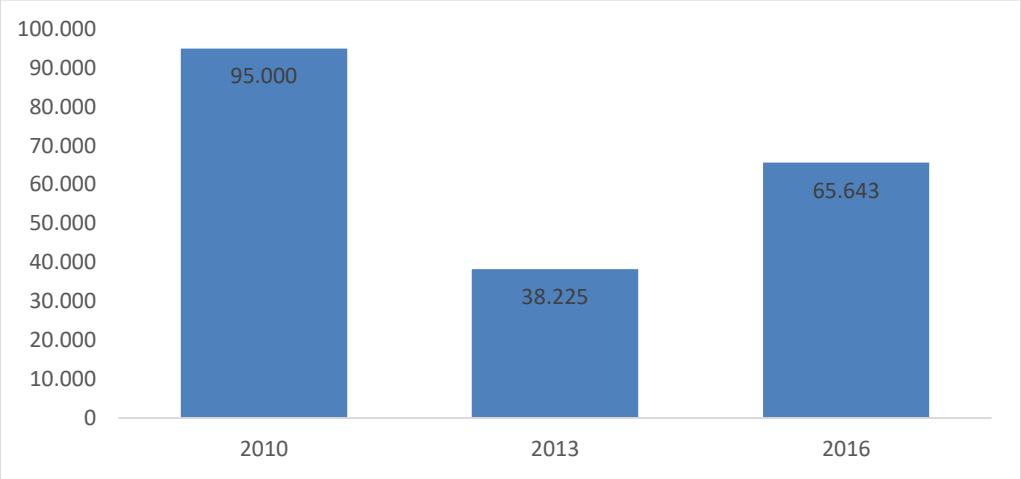
A nível nacional, as discussões sobre os produtos advindos do extrativismo formaram novas vertentes nas políticas públicas, entre elas está a Política Nacional dos Produtos da Sociobiodiversidade sancionada pela Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09 e são considerados pelo Governo Federal como um mecanismo de valorar as atividades das cadeias produtivas exercidas por meio do extrativismo.

A castanha dentre esses produtos, tem ganhado mercados internacionais e aparece nos dados obtidos pela pesquisa de campo como principal fonte de renda. Na Resex é vista pelos extrativistas como fonte de ganho rápido, funciona como uma poupança, onde foi possível verificar casos em que houve empréstimos baseados na possível safra e até troca da soma total da produção por rancho (aquisição de alimentação).

Em relação ao quantitativo da produção de 2016, segundo os moradores, foi considerada muito abaixo as dos anos anteriores gerando dificuldades financeiras para muitos. Essa produtiva está relacionada a diversos fatores tais como:

O regime hídrico deficiente das chuvas, principalmente no início do período da floração dos castanhais, é apontado como uma das possíveis causas para a queda de cerca de 70% na produção de castanha. Outro fator para a queda no quantitativo relacionada à disponibilidade no mercado está no preço baixo, o que inviabiliza a retirada do produto da floresta pelos extrativistas (EMBRAPA, 2018). A figura abaixo analisa o comparativo entre Diagnostico Socioeconômico e Ambiental das Reservas Extrativistas Estaduais 2011(prelo), Plano de Manejo 2014 e a Pesquisa de Campo realizada em 2017, os estudos são relacionados à produção do ano anterior a fase do levantamento de campo, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 5– Produção de castanha em kg




Fonte: SEDAM. Adaptado por AUTORA, 2017

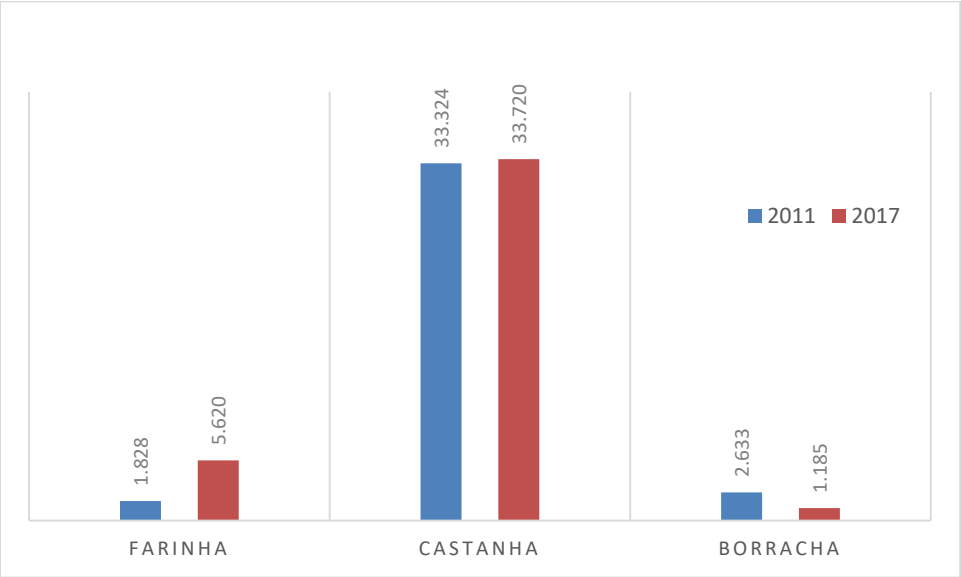
Os atores citam um aumento no quantitativo de produção a cada dois anos. Ao analisar os dados apresentados na figura, podemos verificar que 2010 foi apontado como um ano de super safra, e nos anos subsequentes houve os declínios observados. A quantificação desta informação tem em si embutida a dificuldade de quebra de paradigma quanto aos dados da produção e a renda obtida que está vinculada a traços culturais. Como alternativa para o melhoramento da gestão produtiva está em curso um projeto para o fortalecimento da cadeia produtiva desenvolvido pela Organização Não Governamental Pacto das Águas em parceria com o Serviço Florestal Americano, que tem como ação a construção de barracões para o armazenamento da castanha e o mapeamento dos castanhais e seus usuários, baseado em conceitos de boas práticas para melhorar a qualidade do processo e a melhoria do preço no mercado. Isso está gerando uma transformação na reorganização e distribuição de posses dos castanhais, ou seja, o espaço produtivo.

Anteriormente cada pique era explorado por um núcleo familiar. Entretanto, com a possibilidade de valoração da castanha, vem ocorrendo uma divisão dos piques (unidades produtivas) entre os filhos e em muitos casos, a formação de novas unidades familiares em detrimento do crescimento das famílias e retorno de famílias.

A Resex, como bem representa o conceito de território usado, encontra-se em constante transformação e quando analisando da perspectiva do indicativo da renda como forma de compreender a estrutura socioeconômica na qual está inserida a população, foi realizado o comparativo de dados de três pesquisas realizadas em período diferentes para percepção dos possíveis gargalos.

Para finalizar as abordagens sobre as atividades econômicas realizadas pelos extrativistas estabeleceu-se uma relação comparativa entre as rendas obtidas com a farinha e castanha entre os anos de 2011 e 2017, na qual foi possível perceberas nuances que definiram possíveis mudanças com o aumento demográfico ocorrido com a chegada da energia elétrica e internet em quatro das 7 comunidades existentes, que apresentaram melhorias e ou retrocessos quanto ao acesso a recursos financeiros por unidade familiar. Conforme a figura abaixo.

Figura 6 – Comparativo de renda anual por unidade produtiva




Fonte: SEDAM adaptado pela Autora 2017.

A variabilidade da renda no decorrer do intervalo temporal de seis anos apresenta o aumento expressivo da produção e comercialização de farinha incidindo sobre a renda dos extrativistas, ao analisar os dados foi possível verificar que em 2011 eram 25 unidades produtivas de farinha e em 2017 foram 24, entretanto a renda teve um crescimento exponencial, isso ocorreu em razão algumas variáveis. A primeira

trata da diminuição de plantio de outros produtos como milho e feijão, fator ocorrido devido ao aumento do preço que em 2011 estava em R$ 2,00 e em 2017 R$ 4,00, aumento de 100%.A demanda crescente pelo produto e a questão econômica traz o aumento da produção e diminuição da diversidade de plantio de culturas para a subsistência, vinculando a dependência cada vez maior de produtos industrializados o que incide sobre a renda liquida dos extrativistas.

A renda da castanha apresenta uma equiparação entre 2011 e 2017, comparado a figura anterior houve uma queda na produção, porém o preço pago pelo mercado chegou a R$ 7,80 no final da safra, gerando um aumento na renda com a diminuição da oferta do produto no mercado e com a armazenagem nos barracões construídos nas comunidades extrativistas pelo Projeto Cadeias Produtivas à espera de um preço melhor. Outro fator que pode ter interferido na renda proveniente da castanha está o aumento dos extrativistas que passaram a atuar como atravessadores na compra antecipada da produção.

A quantidade de unidades produtoras permaneceu em 35 extrativistas a mesma de 2011. Mostrando que não houve um aumento ou diminuição do acesso aos castanhais, mesmo tendo havido um crescimento demográfico de 14 famílias entre os anos de 2011 a 2017. O acesso aos castanhais é tema de conflitos entre os extrativistas, com reclamações de invasão de atores externos e até dos próprios comunitários. Quando um extrativista volta a morar na Resex ele busca pela compra de castanhais ou em casos mais raros a divisão com vizinhos que não tem condições físicas e ou financeiras de explorar satisfatoriamente todo o potencial do pique.

A borracha continua apresentando quedas na produção, conforme as figuras anteriores, porém ao analisar o quantitativo de extrativistas explorando o recurso houve um aumento de 11 para 19. Acredita-se que tal fato da renda e do quantitativo da produção deva-se ao baixo preço pago pelo quilo, que não obteve melhora no decorrer dos anos permanecendo com a média de R$ 2,60. Um dos apontamentos para a baixa produção está vinculado à maior destinação de tempo para a produção da farinha que é tradicionalmente realizada por toda a família.

O comparativo mostra o aumento da renda e traz conotações de melhoria sob a gestão ambiental do território com a chegada de novas perspectivas econômicas para os extrativistas, vinculadas novamente ao apoio de recursos financeiros de ordem internacional provenientes da ONG Pacto das Águas com o financiamento do Serviço Florestal Americano e o apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia –

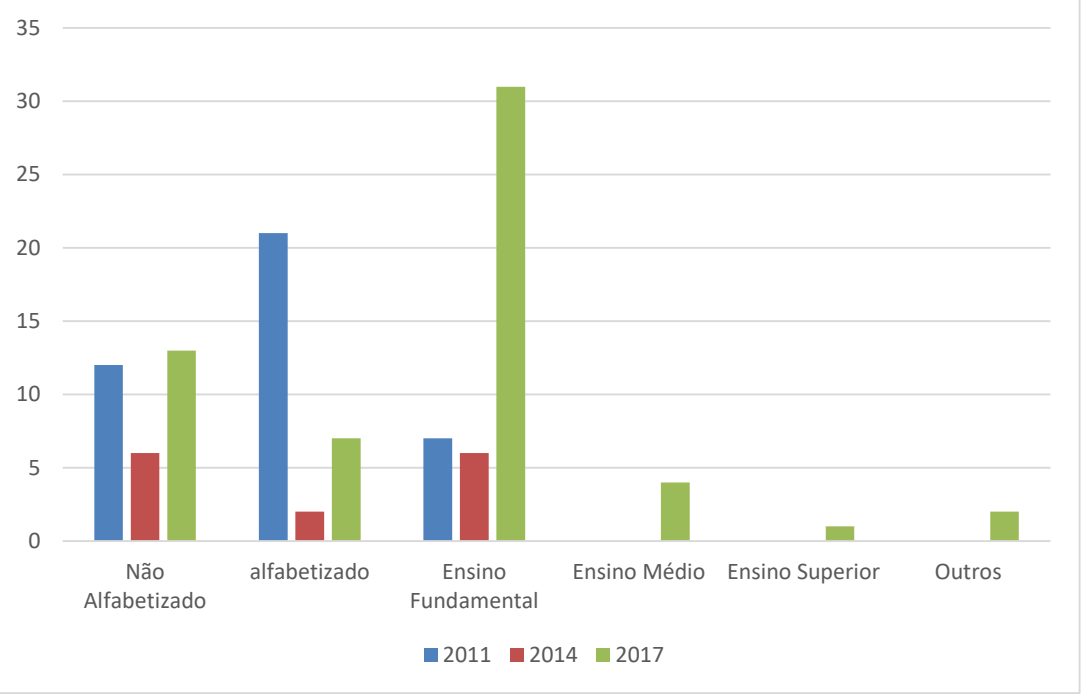
ARPA, financiado por organismos internacionais, mostrando novamente a interdependência dos recursos advindos do exterior para o fortalecimento da gestão ambiental e fomento de atividades produtivas, semelhante ao ocorrido no período da vigência do PLANAFLORO(1992 a 2002) quando havia recursos financeiros específicos para a gestão da Resex.

## 4.2 ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE E AS NOVAS TENSÕES

Além dos aspectos estabelecidos com o auxílio das informações econômicas, as transformações apresentadas com o acesso ou não aos serviços públicos a esta população de 66 famílias denotam importantes instrumentos para compreender as territorialidades vivenciadas em processo neste território.Diante das constantes transformações do território e dos sujeitos que consubstanciam tais dinâmicas Haesbaert (2007) está inserido do debate das relações de poder estabelecidas dentro do território, na escala nacional e local sob o conceito de multiterritorialidade. Citando o objeto de estudo deste trabalho, a Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário, os extrativistas apelidados como “siri-rua” (como são vistos aqueles que vivem fora ou os que residem temporariamente) realizam a migração conforme suas necessidades de acesso aos serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura ou para procurar emprego, porém, quando reestabelecidas algumas das condições internas,os mesmos voltam a viver no território, não existindo uma reterritorialização, e sim, a continuidade das multiterritorialidades induzidas pelas condições sociais e econômicas estabelecidas na Resex.

Iniciando as discussões estão os dados referentes à educação. A figura 07 abaixo demonstra a baixa escolaridade dos entrevistados.

Figura 7 – Escolaridade dos entrevistados




Fonte: SEDAM adaptado pela autora, 2017

O acesso aos serviços básico de educação e saúde foi considerado ponto chave nas discussões para a criação da Resex, requeridos na gênese da Resex como demandas do movimento social seringueiro para o Estado. É importante ressaltar que as informações são provenientes dos entrevistados maiores de 18 anos, tendo a Resex uma média de idade de 41 anos.

Correlacionando as informações da figura, é possível perceber um aumento nos índices de escolaridade dos entrevistados no decorrer de oito anos. Tal fato pode ser observado com o aumento dos atores com faixa etária entre 25 e 40 anos vivendo na Resex.

A educação na Resex enfrenta problemas semelhantes aos estudantes de áreas rurais no país. Para entender a complexidade na análise educacional neste território, utilizou-se como recurso o uso de figura para pensar a educação na Resex Estadual Rio Cautário de forma correlacionada sob três prismas: a escola na forma de infraestrutura disponível; a baixa escolaridade e o fator transporte escolar.

Até o ano de 2013 havia uma escolinha que atendia 04 alunos (crianças) de 1ª a 4ª série de forma multisseriada e estava sob a responsabilidade da prefeitura municipal de Costa Marques, porém, segundo o prefeito, o reduzido número de alunos foi a opção financeira e, como conseguinte, de gestão mais viável a disponibilização

de transporte escolar até as duas escolas que atendem os moradores e estão localizadas no Município de Costa Marques uma no Distrito de São Domingos e outra escola polo na área rural.

O fechamento das escolas na área rural tem sido crescente e representa as características do Estado Neoliberal com o avanço do agronegócio e o êxodo dos pequenos produtores da área rural do país (Entrevista MST/Revista Fórum, 2017).

No que tange ao acesso dos entrevistados,na escola não foi possível identificar a existência de um padrão de faixa etária relacionado à baixa escolaridade apresentada no figura, verificando a apresentação do percentual de 38% que frequentaram a escola apenas de 1ª a 4ª série.Assim, a evasão escolar aparece como questão chave a ser pensada como consequência social e não como uma ação determinada pelos atores sociais que faziam uso deste serviço público e sim do sistema econômico na qual está inserido. A estrutura da sociedade baseada no modo de trabalho capitalista onde o extrativista está condicionado a vender a sua força de trabalho dificultando a continuidade do acesso à educação (FORNARI, 2010).

Neste sentido, os baixos índices apresentados podem ser pensados como resultado de um sistema econômico que favorece a expansão do agronegócio e oprime aqueles que produzem em pequena escala.

A localização da Reserva distante a 15 quilômetros da escola mais próxima é outro fator a ser pensado para inferir o baixo grau de escolaridade, pois os alunos saem às 9h da manhã e voltam somente as 19h30, impossibilitando o estabelecimento das atividades extrativistas e agrícolas para aqueles que já constituíram família, mesmo com o estabelecimento de um calendário diferenciado durante seis meses que compreendem o período da seca. A definição do calendário está associada à importância dos alunos no auxílio do trabalho da família e devido as más condições de trafegabilidade das estradas vicinais que dão acesso a Resex no período das chuvas.

As condições que levam a pensar a educação da Resex não estão vinculadas apenas a falta de infraestrutura e sim a condições impostas pelo sistema econômico vigente que condiciona os atores a transformações voltadas a produção e o estabelecimento do valor troca da borracha, castanha e farinha por recursos monetários. O fato de esses atores fazerem parte de um território com várias territorialidades culturais, econômicas e políticas, e possuir um quantitativo

populacional pequeno e desarticulado, principalmente quando comparados a outros povos tradicionais no que se refere ao acesso aos serviços públicos.

Iniciemos a abordagem sobre a questão de saúde, não apenas do ponto de vista do problema em si, mas também como uma questão intrínseca a estrutura econômica, ambiental e social estabelecida pelo sistema econômico para os extrativistas da Resex Estadual Rio Cautário. Trataremos da saúde definida com base na gravidade e urgência do atendimento de baixa e média complexidade, e principalmente, das quais os atores citados tem acesso.

## 4.2 SAÚDE

A percepção dos atores sociais entrevistados a partir da noção da saúde percebida por meio daautoavaliação. Neste sentido, as questões que versam sobre as principais doenças ou as dores que compreendem os problemas que acometem os atores sem especificamente terem um diagnóstico médico, seguindo do acesso aos serviços públicos, o que falta na Unidade Básica de Saúde e a existência dos Agentes de Saúde.

A saúde vem sendo pesquisada e considerada pelo IBGE por variável na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2003, tais informações são vinculadas a fatores socioeconômicos para definir a percepção de saúde e verificar o acesso à saúde vinculado à renda e escolaridade tem despontado como um importante instrumento na análise sobre concepção de saúde e doença.

> A autoavaliação do estado de saúde é um importante indicador do construto multidimensional da saúde e consiste na percepção que os indivíduos possuem de sua própria saúde. É, portanto, um indicador subjetivo e engloba tanto componentes físicos quanto emocionais dos indivíduos, além de aspectos do bem-estar e da satisfação com a própria vida. A percepção do paciente de se sentir doente não advém apenas das sensações físicas de dor e desconforto, mas, sobretudo, das consequências sociais e psicológicas da presença da enfermidade (PAVÃO, *et al*, 2013).

Durante as pesquisa de campo de 2017, foi possível verificar mediante questionários que, quando questionadas sobre as doenças que acometem o entrevistado e a família,as mulheres citam sempre mais moléstias, e inclusive, o alcoolismo como doença presente na família, aparecendo outros problemas que acometem as famílias sendo principalmente dores na coluna, pressão alta, diabetes, estas são consideradas doenças crônicas e acometem homens e mulheres e pessoas

acima de 45 anos, com exceção da diabetes que foi citada por uma entrevistada de 33 anos. As gripes e conjuntivites são citadas num grau menor de preocupação como algo passageiro. Referente a doenças tropicais, a malária aparece como uma doença que já ocorreu muito na localidade salientando-se que a Resex já foi catalogada como região endêmica da doença.

Na percepção sobre as doenças devido à baixa escolaridade e falta de informação sobre sintomas, muitos moradores citaram não possuírem problemas de saúde, mesmo citando dores no estomago e ou dores nas costas. Pois só consideram doenças aqueles problemas que geram impedimento para a execução das atividades relacionadas a produção econômica.

No que tange ao acesso a infraestrutura de saúde da Resex, foi construído com recursos do PLANAFLORO um posto de saúde, porém com a finalização do Plano, a casa foi tomada pela floresta. Nos dias atuais a comunidade tem acesso aos serviços públicos de saúde de baixa complexidade na área urbana do município de Costa Marques e no Distrito de São Domingos, os casos de média e alta complexidade são atendidos pelo Hospital Regional de São Francisco do Guaporé. Relacionado a percepção dos atores (usuários) do Sistema único de Saúde sobre as principais deficiências da saúde no município de Costa Marques está a falta de médicos e remédios.

O Programa Saúde da Família- PSF determina o atendimento das famílias nas residências pela figura do Agente Comunitário de Saúde – ACS, porém o acesso ao atendimento está fragmentado nas comunidades, tendo um ASC na comunidade Jatobá e outro que atende as comunidades Laranjal, Canindé, Lago Verde e Vitória Régia. Nestas comunidades houve uma grande reclamação da falta da presença do ACS.

Das tantas dificuldades apontadas pela percepção dos atores entrevistados vinculam-se a globalização e o avanço das técnicas na saúde. O sistema econômico estabelece as regras mercadológicas baseadas na doença e não na causa, interferindo assim no acesso dos extrativistas (FARIA, *et al*, 2009) que percorrem distancias de 15 a 100 quilômetros em busca dos serviços de saúde. As causas dos problemas de saúde estão relacionadas aos processos históricos, econômicos e sociais que constituem a estrutura da Reserva Extrativista Estadual do Rio Cautário. Um território que se encontra em um processo de invisibilidade perante o Estado que trata a questão do acesso a este fundamental serviço público com descaso, do ponto

de vista da gestão administrativa, com base nas características econômicas dos municípios que compõem o entorno. Essas evidências se aplicam à região estudada.

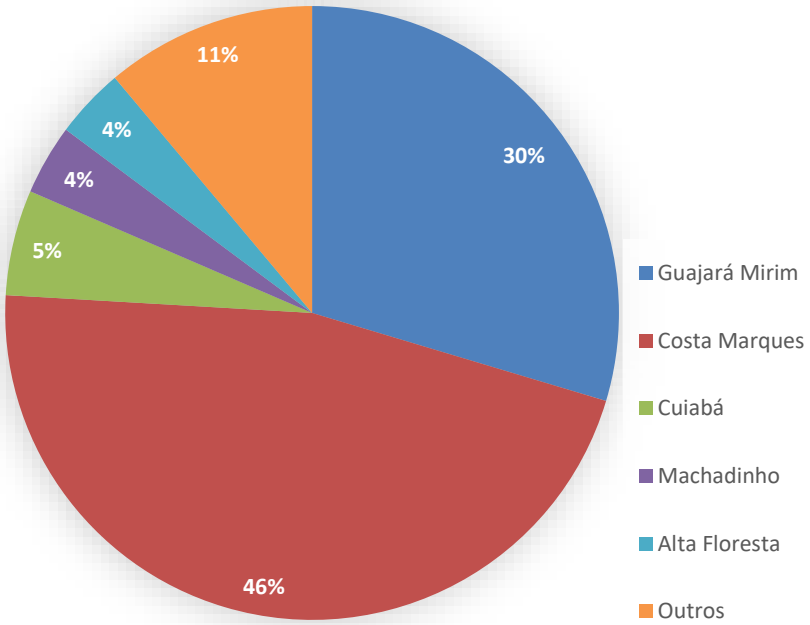
O município de Costa Marques possui 9 (nove) estabelecimentos de saúde, enquanto o município de São Francisco possui 12 (doze), incluindo o Hospital Regional, caracterizando a fragmentação da infraestrutura dos serviços de saúde nos municípios considerados mais desenvolvidos do ponto de vista econômico e incidindo na fragilização do acesso ao serviço pelos atores que vivem no município de Costa Marques, inclusive os moradores da Resex Rio Cautário.

A disponibilização dos serviços públicos como educação e saúde indicam as territorialidades que incidem no estabelecimento do território dos atores sociais que vivem dentro da Resex, pois estes saem e voltar a viver dentro do território conforme há necessidade de acesso dos serviços citado acima.

## 4.3MIGRAÇÃO

Ao realizar a abordagem por meio dos dados relacionados à migração, dando ênfase às cidades de origem, fica clara a continuidade dos deslocamentos dos atores entre os territórios. A migração é vista de forma física com o aumento populacional, porém denota os fenômenos sociais, políticos e econômicos que regem cada período. Os conflitos territoriais entre indígenas e seringueiros, busca por melhores saldos (salários pagos aos seringueiros pelos seringalistas), casamentos e atualmente melhores condições de acesso aos serviços públicos são apontados como principais causas de migração. A figura abaixo denota a maior incidência nos municípios de Costa Marques e Guajará-Mirim. Conforme a figura da cidade de nascimento dos entrevistados.

Figura 8– Origem dos entrevistados




Fonte: autora, 2017

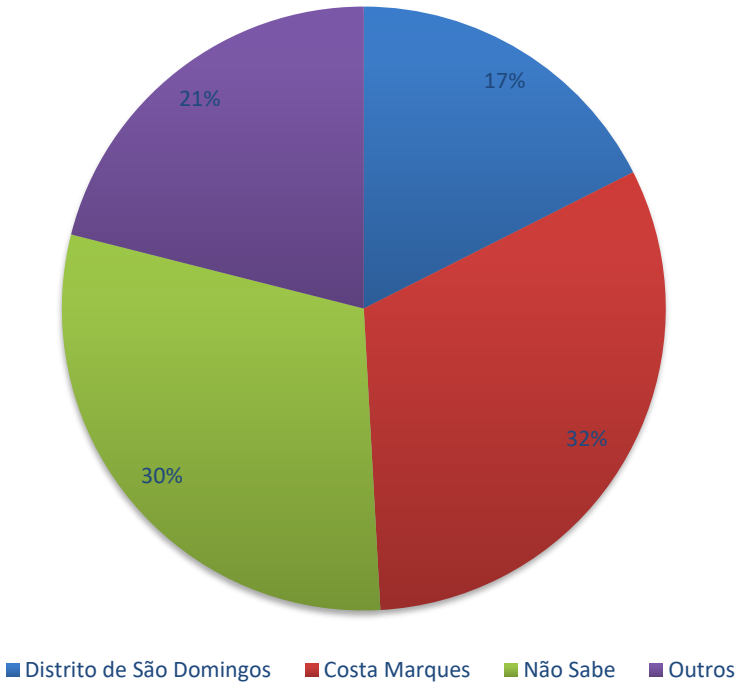
As informações caracterizam o período de forte migração interna que existia na região constituída de seringais, onde os atores no período denominados como seringueiros (atores) deslocavam-se entre os locais de antigos seringais: Rio Branco (Guajará-Mirim), Paraty (Guajará-Mirim), Canindé (Costa Marques), Ouro Fino (Costa Marques). Formando uma média de tempo de ocupação acima de 25 anos, que somado a Resex Pacaás Novos (Guajará-Mirim), apresentam a população mais antiga dentre os territórios que permitem a ocupação humana (SEDAM, 2011). Nos demais casos, são atores que viviam em outras regiões com seringais nos municípios de Alta Floresta, Machadinho do Oeste, São Miguel, Vila Bela de Santíssima Trindade, Jaru, Vila Plácido de Castro (Acre) e 3(três) advindos do município de Cuiabá-MT, que são casados com mulheres que nasceram na Resex Rio Cautário.

Ao questiona-los sobre a ordem das cidades em que o ator já viveu a migração entre os seringais Paraty, Guajará-Mirim e Canindé, Do Branco em Costa Marques aparecem de forma significativa.Apenas os atores do município de Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, citaram não terem desenvolvido atividades extrativistas no estado de origem, porém ao chegar a Rondônia, passaram a exercer o extrativismo nas propriedades rurais onde viviam.O estabelecimento da territorialidade com base

no território econômico denota a obtenção de renda como principal argumento para o desenvolvimento de determinada atividade.

Concomitante a esta discussão está o interesse em permanecer ou não dentro da Resex. Ao serem questionados sobre para onde iriam caso saíssem do território, as repostas diferem entre aqueles que buscariam viver nas áreas rurais dos municípios de Costa Marques e Guajará-Mirim. Conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 9 – Intenção de migração




Fonte: Autora 2018

A intenção de migração aparece como ponto chave, pois trata de perspectivas de futuro quanto à continuidade da Resex. Primeiro enquanto categoria de UC embasada no desenvolvimento sustentável e que depende da existência e reconhecimento de população tradicional para continuar com a mesma normatização, além da importância desses como vigilantes da área, prevenindo a inserção de novos invasores. Esta última entendida estratégia de preservação com a criação de novas comunidades em diferentes localidades do território.

Desta forma, entender quais seriam os deslocamentos, torna-se ponto chave da discussão. Conforme a figura apenas 2(dois) dos entrevistados citaram que buscariam outras Resex para viver e aqueles que viveriam nas áreas urbanas das cidades de Costa Marques e Guajará-Mirim. Ainda 17 (dezessete) casos de

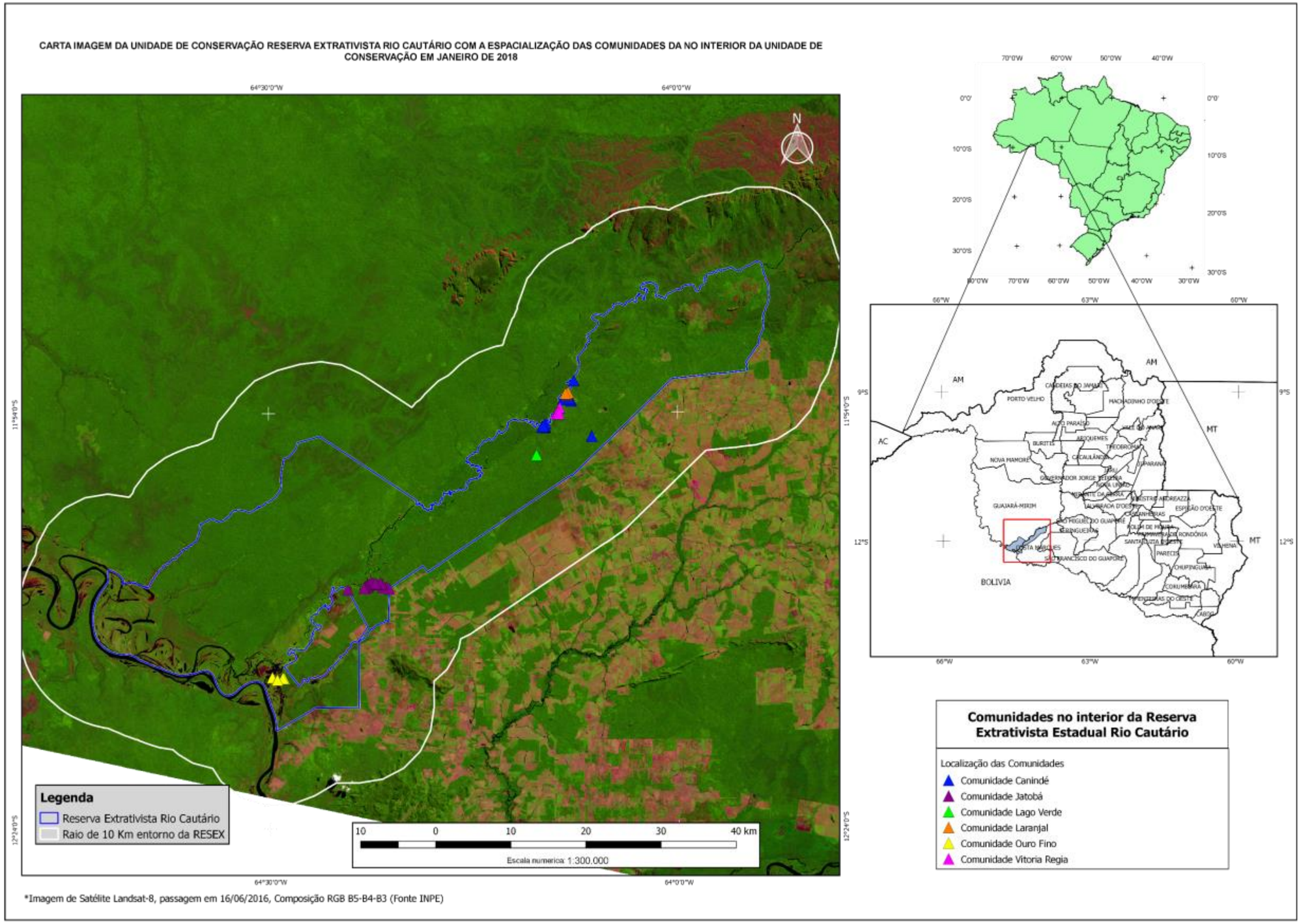
entrevistados que não conseguem pensar em outro lugar para viver, incidindo na importância da continuidade do território enquanto área protegida, não conseguir pensar na possibilidade evidencia os vínculos e mostra a fragilidade desta população, principalmente quando associado ao êxodo rural em direção as cidades, fator gerador comumente conhecido como aumento dos índices de pobreza nas áreas urbanas.

Os 12 (doze) entrevistados que voltariam para os municípios de origem que incluem a compra de novas áreas em áreas rurais ou a ida para as cidades, incidem nas dinâmicas territoriais destes moradores sobre outras localidades, principalmente nas áreas urbanas, onde frequentemente vivem nas zonas periféricas em condições de pobreza e sem o acesso aos recursos naturais como fonte de renda e fortalecimento da segurança alimentar. Neste quesito, está a importância da manutenção da Resex enquanto território protegido por leis ambientais. A extinção desta área compreenderia o fenômeno do êxodo rural e como conseguinte o aumento da pressão por serviços públicos, principalmente saúde, educação na zona urbana, além do grande impacto na renda destes atores.

Ao analisar a nova dinâmica que rege o território, a mudança na infraestrutura utilizada na construção das casas com cobertura de telhas de amianto e madeira, em substituição da telha de cavaco (pedaços de madeira) palha de paxiúba nas paredes e telhados denota as transformações por meio do avanço dos objetos e ações mudando singularmente a constituição do território, pois os materiais industrializados tem uma durabilidade maior que a paxiúba e o cavaco, permitindo o uso do tempo para as atividades econômicas. Os equipamentos eletrônicos e o acesso aos meios de comunicação de rádio e TV, vinculadas intrinsicamente a disponibilidade de energia elétrica nas comunidades, e assim, tais pontos somados aos serviços públicos de educação e saúde, além das fontes de renda para garantia dos itens de consumo auxiliam na compreensão nos processos de transformação do território capazes de influenciar na permanência dos extrativistas nas comunidades.

As dicotômicas que regem as transformações da Resex permitem uma análise fragmentada por comunidade, pois das 7 (sete) comunidades existentes, 3 (três) não possuem a distribuição da energia elétrica, sendo as comunidades Lago Verde, Vitória Régia e Ouro Fino. Conforme é demonstrado no mapa abaixo.

Mapa 2–Carta imagem da espacialização das comunidades no interior da UC



No entanto, as comunidades Jatobá, Laranjal e Canindé vivenciam a aglutinação com o aumento do número de casas e a reabertura/divisão ou compra de colocações de seringa e piques de castanha. A recente formação destes núcleos populacionais formados por extrativistas que outrora já viveram na Resex e saíram devido à falta de acesso a infraestrutura e com a possibilidade da chegada da energia elétrica e aquisição de equipamentos eletrônicos voltaram a ocupar colocações ou dividiram as já existentes transformando a dinâmica das comunidades.

Dentre as comunidades que não tiveram acesso à energia elétrica, está a comunidade Ouro Fino, que, além de possuir o menor número de famílias (04), duas apresentam dados relacionados ao tempo de moradia de 1 a 3 anos, devido a sua formação recente ter sido incentivada pela SEDAM com fins de ocupar a localidade onde anteriormente funcionava uma fazenda de atores externos a Resex retomada via judicial. Outro fator é o isolamento das demais comunidades, estando localizada a uma distância de 20 km da comunidade Jatobá.

O processo estabelecido na dinâmica que constitui a compreensão dos meandros que definem a Resex aborda desafios, principalmente na geração de tensões e aponta as contradições da realidade atual, como consequência do papel do Estado na configuração territorial do local. O estabelecimento das territorialidades transformam-se com o avanço da técnica por meio da energia elétrica (linhões) que cortam a floresta entre as comunidades transformando as comunidades e trazendo novas discussões sobre quem tem direito de viver na Resex .O território está em constante modificação com a chegada de novos moradores e a reorganização do espaço, as mudanças decorreram também nos aspectos socioeconômicos, apontando para melhorias, principalmente do ponto de vista de renda por entrevistado. Tais transformações incidem em outra discussão.

Não há estudos que fundamentem a específicos que respondam a real capacidade de suporte populacional da Resex, sem que os princípios norteadores do uso racional dos recursos naturais sejam exacerbados. Uma vez que do ponto de vista da gestão ambiental os critérios normativos (Plano de Utilização e Plano de Manejo) e a anuência do Estado não tem conseguido frear e filtrar a entrada de novos atores, enquanto moradores e os critérios utilizados pela co-gestora legal, Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé –AGUAPÉ para o aceite indicam critérios abstratos e emocionais que atendem aos anseios de cada comunidade. O Estado cria a

normatização, porém os atores criam novas formas de relação com o território e quem faz uso dele, tornando o conflito velado uma situação permanente.

## CAPITULO IV: TERRITÓRIOS EM DISPUTA

A criação das Resex permitiu uma nova configuração de poder, onde o Estado passa a dividi-lo com as populações tradicionais nos territórios, porem atualmente tal modelo encontra dificuldades por conta da falta de integração entre as políticas de desenvolvimento de fomento econômico e conservação ambiental (Ricardo, 2010)

Assim as abordagens acerca do território que circunda e interage com a Resex Estadual Rio Cautário, carecem de uma análise sobre a dinâmica do desmatamento e quais são os vetores econômicos, sociais e ambientais que conduzem a transformação. O capital enquanto sistema hegemônico regido pela lógica econômica discute o desenvolvimento como mecanismo de evolução alicerçado sob o uso dos recursos naturais. As ferramentas de gestão ambiental fazem a interlocução entre os atores e agentes disputam em um conflito perene o uso do território, sob os aspectos da zona de amortecimento, regularização fundiária, fiscalização, acesso a políticas públicas.

Ao atravessar o território político entre a Resex Estadual Rio Cautário e a zona de amortecimento que compreende populações rurais vivenciando diferentes realidades que transitam entre pequenas propriedades rurais de 52 (cinquenta e dois) hectares, conforme a definição do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) ou entre grandes fazendas que margeiam e mudam radicalmente a paisagem em uma distância de metros.

Neste sentido, cabe iniciar as discussões com a exposição da figura abaixo que ilustra a divisão entre as duas Amazônias, a Resex com suas características relacionadas à proteção ambiental e a área de pastagem com a dinâmica de uso do solo fundada na lógica de mercado com a produção de *commodities* da carne bovina.

Figura 10 – Acesso Resex Estadual Rio Cautário

Fonte**:** AUTORA, 2017

Ao centro da figura está a estrada vicinal, linha 33 (trinta e três) que dá acesso à comunidade Jatobá. Salienta-se a abertura de estradas como um dos vetores para o desflorestamento, questão que será abordada neste capítulo. Iniciemos as discussões sobre a definição de zona de amortecimento e como as transformações territoriais baseadas principalmente nas características do uso do solo vinculadas a informações socioeconômicas tem produzido o estabelecimento de conflitos sociais entre os atores de diferentes territórios.

A zona de amortecimento (ZA) é considerada pela legislação como parte da Resex, mesmo não estando inclusa nos limites estabelecidos fisicamente em seu decreto de criação, torna-se necessário exercer a gestão ambiental e territorial nas comunidades vizinhas. Tendo a função legal de diminuir a pressão sobre a UC e aproximar as relações, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região (Manual de Gestão de Unidades de Conservação) O SNUC a define em seu artigo 2:

> XVIII- zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas as normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, SNUC, 2000)

Os estudos provenientes do instrumento normativo de gestão da Resex, o Plano de Manejo estabelece a delimitação de um raio de 10 km a partir dos limites físicos da Resex. O SEUC enquanto Sistema Integrado que estabelece ações para a criação, implementação e gestão de Unidades de Conservação e caracteriza como responsabilidade do órgão gestor, no caso, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM em seu parágrafo 1º tem a responsabilidade

de desenvolver ações de integração de cunho socioeconômico nas comunidades vizinhas.

Entretanto, a ZA da Resex tem sua gênese assentada sobre um território em tensão, onde visualmente é possível ver a falta da observância do limite citado pelo Plano de Manejo no desflorestamento das propriedades que circundam o território. Tal demarcação deveria, perante a lei, ter sido definida e principalmente, monitorada no ato da criação para que houvesse um controle e regulamentação da área conforme exige a legislação ambiental na garantia das características ecológicas e formação de barreira de proteção para a UC. Porém devido a estratégia de enfraquecimento da Resex como reserva de recursos ambientais com a escassez de recursos financeiros e técnicos não houve um acompanhamento e monitoramento da zona e desta forma o avanço da criação de gado.

Ao realizar uma análise sobre a caracterização dos atores sociais que vivem na zona de amortecimento da Resex Rio Cautário com base nas principais atividades econômicas desenvolvidas e uso do solo torna-se possível observar quais são fundamentos necessários para a compreensão dos contextos sociais, econômicos e ambientais em que UC está inserida e se existe uma vetorização relacionada ao desmatamento, além de pensar em possíveis medidas de contingenciamento dos vetores.

As discussões sobre a definição dos limites físicos antes ou posteriormente a criação, quando a zona de amortecimento já estaria consolidada é discutida por vários pesquisadores. Partindo da ideia de até que ponto é possível o Estado realizar a gestão ambiental e territorial com restrições de uso em uma área com atividades econômicas já consolidadas. O monitoramento da zona de amortecimento tem papel crucial para que a mesma possa cumprir sua função ambiental (THERY, 2011). Sob os aspectos ecológicos a continuidade da floresta que compõem a faixa de conectividade biológica tem o papel crucial na proteção da unidade de conservação.

Os padrões de ocupação aliados ao uso do solo nas zonas de amortecimento sua configuração a partir da noção de um território que deveria estar condicionado a legislações para a proteção ambiental. Tomaremos como ponto inicial o desflorestamento, para entender quais os vetores que desencadearam os processos. As ações dos atores locais nessa região têm fomentado a continuidade do processo de desflorestamento, onde áreas de florestas são suprimidas e passam a ter outros tipos de cobertura e usos da terra como pecuária e agricultura. Tal prática na

Amazônia representa um problema global e acarreta prejuízos que incidem no agravamento das mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade. A região está dentro de um planejamento global para a expansão do uso dos recursos naturais como estratégia logística na América do Sul (BECKER, 2005).

As causas do desflorestamento são apontadas dentro de um ciclo composto por abertura de novas estradas, ampliação do crédito rural, as altas no preço dos insumos agrícolas, dificultando o acesso de pequenos agricultores e viabilizando o abandono ou venda das áreas para grandes produtores. Atualmente a pecuária extensiva tem-se apresentado como causa da perda da cobertura vegetal que se utiliza de condições propicias de clima, precariedade na regularização fundiária, grilagem de terras, preços baixos, rentabilidade alta dos lucros e a fragilidade na fiscalização ambiental (MARGULIS, 2000), (FEARNISIDE, 2006). A falta de atualização da base cadastral do Imposto Territorial Rural – ITR, facilita a especulação imobiliária com a venda de terras abaixo do valor do mercado (SILVA E BARRETO, 2014). Em Rondônia, os municípios que compõem o entorno da Resex Costa Marques não informaram os valores arrecadados com o ITR (2014) e o município considerado como área de influência São Francisco do Guaporé informou a arrecadação de 25.000,00 (2014), (IBGE, 2015). O ITR atualizado além da função de arrecadação, mantem a valorização real das terras diminuindo a pressão sob novas áreas compradas com um valor abaixo do mercado.

Desse modo, o monitoramento da floresta e análise da dinâmica do desflorestamento é fundamental para a gestão territorial que visem à conservação dos recursos naturais. Verificados na carta imagem a seguir onde demonstra a evolução do desflorestamento no período de 1997 a 2014:

Mapa 3 – progressão do desflorestamento de 1997 a 2016

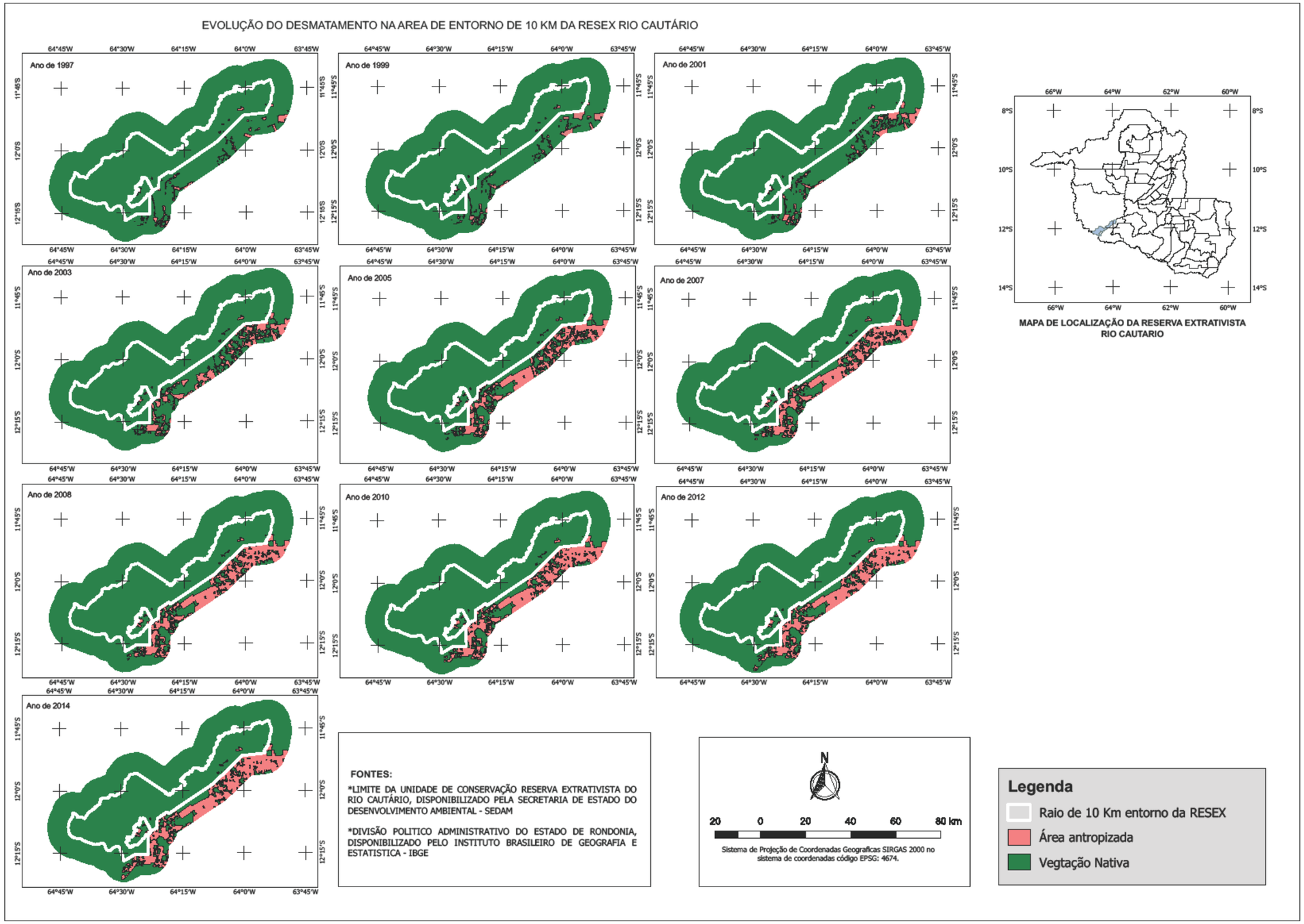
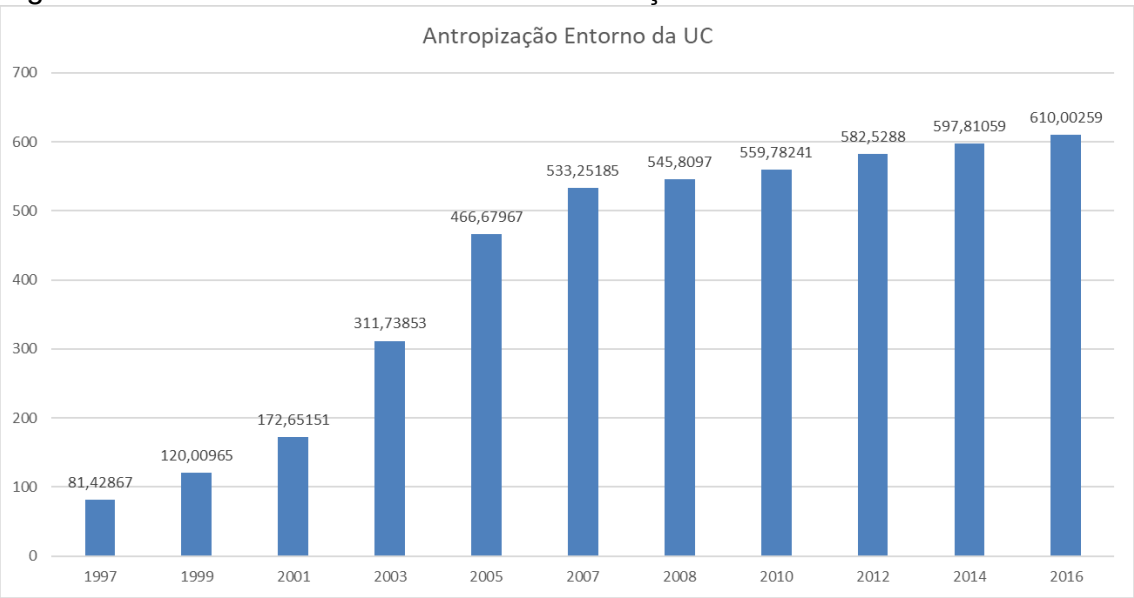


Figura 11 – Entorno da Unidade de Conservação




Fonte: SEDAM, 2017.

A conversão florestal teve seu pico em 2003 e as causas para este aumento atrelado as seguintes causas: o fim do PLANAFLORO em 2002, que destinava recursos ao governo do Estado de Rondônia para o controle do desmatamento, a eleição do novo governador com uma política de governo, baseado no fortalecimento e avanço do agronegócio, título de estado livre da febre aftosa em 2003 e aumento da população bovina de seis milhões em 1999 para 11 milhões em 2004 e a partir de 2005 o crescimento diminuiu chegando a 13,6 milhões(Governo do Estado de Rondônia, 2017). Os dados do desflorestamento no período de 2001 a 2012 na região estudada seguiram na contramão da Medida Provisória 2.166 -167 de 24 de agosto de 2001, que tornou mais rígidas as regras para o corte florestal na Amazônia. Tal legislação só foi revogada com o Novo Código Florestal em 2012.A continuidade da progressão do desmatamento no período estudado caracteriza que mesmo com uma legislação ambiental considerada coerente com a questão ambiental seguiu padrões formulados pela economia globalizada com a definição de títulos e o interesse no aumento das exportações. O desenvolvimento econômico permitindo a flexibilização das leis ambientais a serviço do capital.

Trazendo a discussão para a área estudada e preciso citar o processo de conversão das florestas para áreas de exploração para o mercado voltado principalmente para as *commodities*, ocorrido por meio de políticas vinculadas aos processos de desenvolvimento econômico com o uso intensivo dos recursos naturais, principalmente solo, florestas e água. A criação dos assentamentos rurais deu-se a

partir de tensões socioambientais ocorridas em outras regiões do país, principalmente sul e sudeste, a idéia de colonização sistemática foi a transformação da região considerada no período como vazio demogáfico (ESTERCI, 2010).

Neste contexto, os assentamentos rurais estão como categorias intermediárias sendo considerados agentes do modelo explorador, visto que a falta de acesso as aporte técnico e financeiro incentiva a pecuária, e está vinculada ao desmatamento e a concentração fundiária e compulsoriamente a novos deslocamentos e explorado com o insipiente e ineficiente acesso as políticas públicas agrarias de permanência na terra, além do isolamento em períodos de intensas chuvas.

A área que compõem a zona de amortecimento da Resex Estadual Rio Cautário está inclusa no histórico de instalação de projetos de ocupação da Amazônia, pois as faixas de desflorestamento monitoradas após a criação da Resex em 1995 permite verificar um padrão quanto a cobertura florestal, mostrando grandes áreas confirmadas em campo como fazendas e outras áreas menores que compõem os assentamentos do INCRA em diferentes fases que vão desde criados e em fase de estruturação, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 – Projetos de assentamento

| **Projeto de Assentamento** | **Situação** | **Capacidade/famílias** | **Famílias assentadas** | **Ano de Criação** |
|---|---|---|---|---|
| Conceição | Em estruturação | 153 | 149 | 1998 |
| Rio Azul I | Criado | 55 | 38 | 2012 |
| Rio Azul II | Criado | 59 | 45 | 2012 |
| Rio Azul III | Criado | 23 | 15 | 2012 |
| Serra Grande | Em estruturação | 129 | 129 | 2001 |

Fonte**:** Adaptado da Superintendência Regional Rondônia INCRA– S17, 2017.

Os projetos são criados conforme a demanda dos atores locais e são compostas pelas seguintes fases: criação, acesso a modalidade de crédito rural para a produção, infraestrutura (estradas de acesso, água e energia elétrica) e por fim, a entrega de títulos definitivos. No caso dos assentamentos em fase de criação, o fator crucial para a definição da área foi a disponibilidade de terras da união e estas estarem ocupadas desde a década de 90 (INCRA, 2017). O Estado cita a regulamentação uma situação que permanecia há mais de 20 anos, porém quando comparadas as informações ao mapa com a progressão do desflorestamento na região dos assentamentos Rio Azul I, II e III a área sem cobertura vegetal era menores do que a área atual do P.A.

Outro caso está na criação do P.A Serra Grande em 2001, pois no mesmo período já estava em vigor a Portaria MEPF 166-67 de 6 de outubro de 1999, onde proíbe a aquisição ou desapropriação de terras com cobertura florestal na região amazônica, com base no documento elaborado “Terra que te quero verde” em conjunto entre os Ministros do Estado Extraordinário de Política Fundiária e do Meio Ambiente. A ação integrada vai de encontro com as estratégias do Governo Federal em demonstrar ações efetivas para coibir o desmatamento, visto que o ano de publicação da lei o PLANAFLORO estava em pela execução. E os assentamentos rurais são apontados como uma das causas para o aumento do desmatamento em Rondônia, devido principalmente a falta de acesso às políticas públicas aos assentados (FEARNISIDE, 2005). A continuidade da percepção dos assentamentos rurais como vetores do desmatamento na Amazônia, comparados sob a média histórica (IPAM, 2016). Como fator preponderante para a diminuição está o acesso as políticas sociais e econômicas desenhadas pelo INCRA conforme o avanço das fases, entre elas está a disponibilização na fase de estruturação das políticas de crédito (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e fomento (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA). Porém, existe uma morosidade para o acesso a tais políticas, conforme acima. Os Projetos de Assentamento Rio Azul I, II e III encontram-se na mesma fase de quando foram criados.

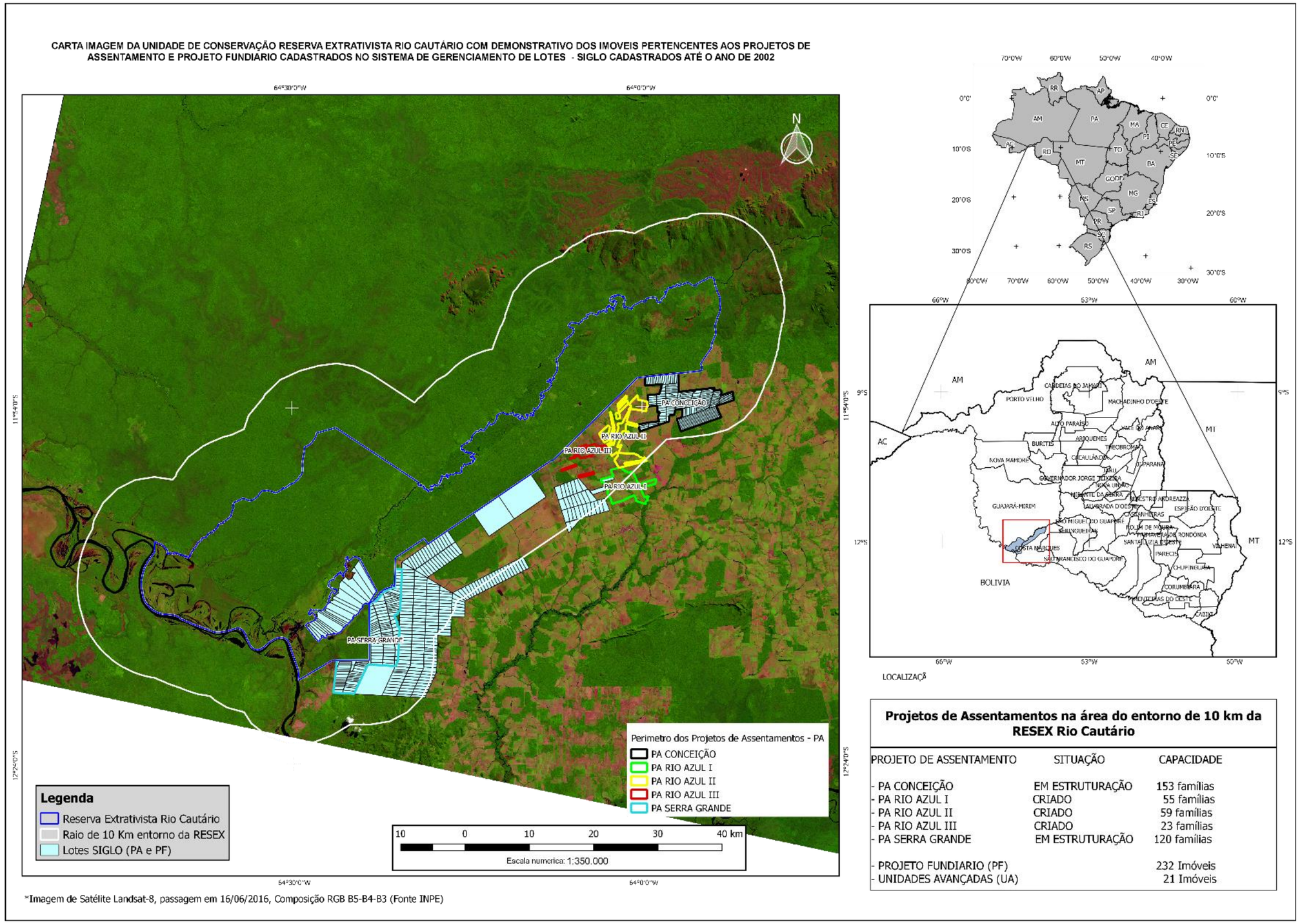
Ao confrontarmos as informações das localizações dos Projetos de Assentamento e a carta imagem com o desflorestamento é possível associar padrões de degradação ambiental na ZA aos programas formulados pelo INCRA, em favor da reforma agrária, principalmente nos PA’s Conceição e Serra Grande. Para os demais caracterizados como projetos fundiários não foi possível a verificação do nome, porém seguem a mesma lógica quando comparados a progressão do desflorestamento, confirmando um dos fatores considerados como vetores do desmatamento.

Neste sentido, a abordagem sobre o vetor tecnoindustrial (VTI) está relacionada à economia de fronteira, com o fortalecimento de atores e agentes sociais na formação de estratégias para a captação de recursos naturais com o auxílio dos incentivos financeiros dos grandes bancos nacionais e internacionais respaldados pelos Projetos de Desenvolvimento de cunho estrategicamente econômico, formulados a partir da década de 70, baseados na lógica do Neoliberalismo (BECKER, 2010). Este não tem como objetivo principal beneficiar os pequenos agricultores, inclusos na definição de

agricultura familiar. Impulsionando os índices sobre a concentração de terras e os deslocamentos dos pequenos agricultores para outras áreas ou para áreas urbanas.

O mapa abaixo demonstra duas informações; 1ª localização dos Projetos de Assentamento, 2ª áreas que são denominadas de projetos fundiários.

Mapa 4 – Carta imagem localização dos projetos de assentamentos



O incentivo a colonização na década de 70, teve o INCRA como um dos agentes fundamentais na progressão dos índices do desflorestamento, no que se refere a criação dos assentamentos e a derrubada pelos assentados da cobertura vegetal como garantia de posse (FEARNISIDE,1991). No caso da Resex Estadual Rio Cautário a informação relacionada à ocupação enquadra-se no período de 25 anos (PM, 2014), ou seja, anterior a criação da Resex, o que configura o início do estabelecimento dos conflitos entre os atores.

A concentração de terra, o êxodo rural e os conflitos pela busca do acesso à terra, geraram os princípios do Estatuto da Terra de igualdade de direitos e acesso as políticas públicas que consubstanciam a Reforma Agrária no Brasil.

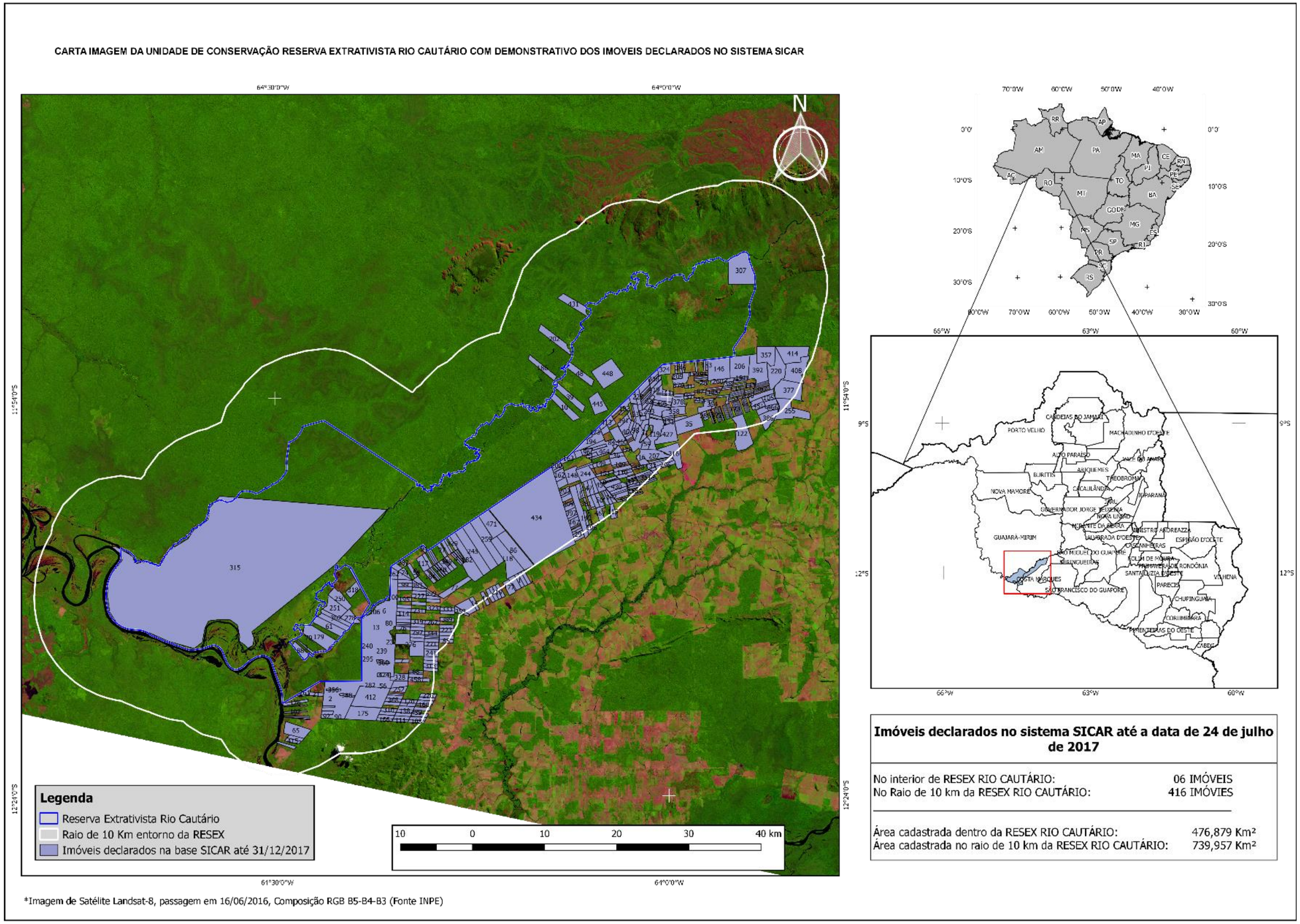
> Sem recursos, mínima infraestrutura e com alto grau de isolamento físico de outros povoados, os assentados rurais se deparam com uma situação de grande vulnerabilidade socioeconômica. Condição fortemente agravada pela falta de identidade sociocultural (isolamento cultural) com a terra em que vivem, em decorrênciado deslocamento de sua terra natal situação dos Projetos de Assentamento retratam os problemas na agricultura brasileira. (CALANDINO, *et al*, 2012, 166).

Neste sentido, a existência de Projetos de assentamento na ZA da Resex só evidencia a situação conflitante pelo acesso aos recursos naturais. Porém, devido aos problemas já apresentados, está ocorrendo o êxodo rural, gerando a transformação do território com a aglutinação de lotes por um único proprietário gerando as fazendas que são vistas nas estradas vicinais que formam as linhas de acesso.

A identificação dos processos em andamento e os atores deste território que nasce em meio a conflitos pela posse das terras, com a fragilização dos assentamentos devido à demora no acesso às políticas de fomento e sociais. Além de a Amazônia possuir um grande número de assentamentos inversamente proporcional ao número de habitantes da região.

A regularização fundiária, para além da criação de Projetos de Assentamentos rurais, ganhou força com a publicação do Novo Código Florestal, instituída pelo decreto 7.730 em 2012, conjuntamente com o fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural. O mapa abaixo demonstra as propriedades que foram declaradas.

Mapa 5– Carta imagem informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR)



O CAR foi criado como forma de iniciar o processo de regularização fundiária e para fins de monitoramento da cobertura vegetal das propriedades que possuem um passivo ambiental e assim, conter o avanço dos índices de desmatamento. Sendo pauta para a discussão de pontos positivos e negativos (LAUDARES, *et al*, 2014). A ferramenta de controle após a confirmação dos dados passa a valer como registro de propriedade em substituição aos registros emitidos pelos cartórios, inclusive para a obtenção de crédito rural, porém ainda demonstra fragilidades do ponto de vista jurídico, tendo sido usado para evidenciar processos de reivindicação de posse de área, neste caso na Resex Estadual Rio Cautário, conforme a figura acima demonstra a suposta posse de quase um terço da área total da UC e que foi corroborada com a emissão de medida de segurança em favor do suposto proprietário, pela Justiça do Estado do Mato Grosso.O fato vem causando insegurança aos atores que vivem nas comunidades Ouro Fino e Jatobá, com medo de uma nova demarcação da área da Resex e a perca do território.

Tratando dos conflitos da zona de amortecimento, o Cadastro Ambiental Rural – CAR corrobora as discussões sobre a concentração de terras, quando comparadas à carta imagem que faz referência aos assentamentos, mostrando que na realidade há um maior quantitativo de grandes propriedades, diferente da base de dados do INCRA.As informações do cadastro têm fins de regulação das propriedades e para o acesso a financiamentos bancários, porém necessitam da homologação dos órgãos fiscalizadores, neste caso a SEDAM.

Caracterização econômica segundo o Plano de Manejo, 2016, o modelo de ocupação segue o desenvolvido na região amazônica com a criação de gado, principalmente nas fazendas e o gado leiteiro nos assentamentos associado às práticas de agricultura familiar, como demonstra a tabela 02.

Tabela 3: Uso do solo (hectares)

| Área Total | Área Preservada | Pasto/Gado de Corte | Pasto/Gado leiteiro | Agricultura |
|---|---|---|---|---|
| 300 | 152 | 75 | 0 | 2,5 |
| 52,5 | 37,5 | 0 | 10 | 2,5 |
| 106 | 70 | 0 | 0 | 3 |
| 500 | 250 | 287 | 150 | 1 |
| 250 | 120 | 115 | 0 | 0 |
| 52,5 | 0 | 52,5 | 52,5 | 3,2 |
| 52,5 | 40 | 0 | 0 | 0 |
| 52,5 | 50 | 0 | 0 | 1 |
| 450 | 30 | 0 | 42,5 | 2,5 |
| 52,5 | 5 | 47,5 | 0 | 0 |
| 130 | 8,75 | 123,75 | 0 | 0 |

Fonte**:** Rondônia – Plano de Manejo, 2016.

A configuração territorial tomando como referência o uso do solo pelos assentados e produtores rurais baseiam-se na produção de gado de corte e leiteiro, apresentando pequenos percentuais voltados para a agricultura. As características para o uso do solo estão vinculadas a implantação das técnicas e a dinâmica do mercado pela *commodities* da carne e o crescimento da exportação do leite.

A Agência de Defesa Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia- IDARON elaborou levantamento de dados sobre a produção leiteira em 2013 e o município de Costa Marques aparece em 16º lugar referente ao quantitativo de leite. Cita também a necessidade das ações de incentivo para o aumento da produção, fomentando os estímulos na criação de técnicas e normas que consolidem o mercado e possibilitem a sua expansão.

Diante dessa possível expansão, torna-se preciso pensar em aspectos demográficos migracionais a dinâmica de mutação territorial da Amazônia encontra-se consolidadas, seguindo os padrões de crescimento estabelecidos pela intensificação da pecuária (BECKER, 2009). A estagnação do contingente migracional representa o aprimoramento das técnicas de mecanização do meio rural e o avanço do agronegócio sobre as propriedades da agricultura familiar, aumentando as taxas migracionais impulsionadas pelo êxodo rural no campo.

Desta forma, a ZA da Resex Estadual Rio Cautário está inclusa dentro de uma complexidade de fatores econômicos, sociais e ambientais que incidem sobre o esgotamento dos recursos ambientais provenientes principalmente as mudanças de uso do solo em detrimento da coletividade (HARDIN, 1968). A conjuntura é de conflito perene entre os diferentes atores e ação dos agentes sociais que estabelece uma dinâmica das transformações em andamento no território em maior ou menor grau de pressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender quais os caminhos percorridos para a criação de uma Reserva Extrativista na Amazônia, fundamentando o estabelecimento de conexão com interesses e escalas geográficas difusas não caracteriza tarefa fácil. Mostra sim, a importância de mais pesquisas, tendo como objeto as Resex, principalmente em Rondônia, onde foram encontrados disponíveis poucos estudos que permitissem a análise comparativa.

Desta forma, cabe iniciar as discussões entendo que se trata da afirmação de tensões socioambientais, decorrentes da lógica do conceito de Território Usado.

No Brasil e em especial em Rondônia as Reservas Extrativistas criadas no período correspondente à década de 90 estão baseadas nas políticas ambientais impulsionadoras, aliadas as concepções culturais e socioeconômicas levantadas pela bandeira dos movimentos ambientais.Tais discussões incidem sobre o contraste de sobreposições entre as políticas públicas agrárias e migracionais para a expansão agrícola na Amazônia e as políticas ambientais incentivadas financeiramente por organismos internacionais impulsionando as tensões socioambientais.

O estabelecimento de normas com os documentos reguladores do território e da vida dos extrativistas fortalecendo e perpetuando as formas de tutela velada de poder exercida pelo Estado enquanto agente normatizador. Os extrativistas no estabelecimento das suas relações com seu território e tem de dificuldade de distinguir as diversas normas e qual o seu papel enquanto corresponsável pela Resex.

Os dados de campo permitiram a comparação entre estudos realizados em 2011, 2014 e 2017 sobre os aspectos de renda, produção, escolaridade, saúde e migração, apresentaram uma crescente melhora em todos os aspectos citados, porém ao verificar as variáveis que compõem cada comparação percebemos que, para a ocorrência desse avanço está o fortalecimento da gestão ambiental por meio dos recursos financeiros e estruturais permitidos de acordo com o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, evidenciando a inserção de recursos internacionais como fundamentais para fortalecer o Território, assim como ocorrido no PLANAFLORO.

Porém, não basta relatar que houve uma melhora, pois, a lógica do sistema econômico hegemônico define critérios, com princípios evolucionistas para a definição

de desenvolvimento baseados em critérios econômicos, sobrepujados aos recursos naturais. Mesmo a Resex estando fundamentada normativamente sobre os princípios do desenvolvimento sustentável, esse só acontece dentro do território da Resex de forma hibrida, pois, o modo de produção é feito conforme os saberes tradicionais e a comercialização funciona com base nas regras de mercado.Os produtos extrativistas dependem de fatores externos e o aumento da produção

E finalmente, atrelado as discussões está a caracterização dos atores que vivem dentro dos 10 quilômetros quadrados estabelecidos como limites físicos pelo Plano de Manejo da Unidade como Zona de Amortecimento. Visualmente a zona de amortecimento é a imagem de cabeças de boi e o pasto, circundando toda a Resex.

A agricultura familiar aparece de forma tímida tipificando a sua transição para a pecuária leiteira, devido ao maior grau de dificuldade para a produção do leite e as possibilidades oferecidas pelos laticínios para o armazenamento e transporte do produto.

A fragilidade do território é consubstanciada pelos conflitos ambientais recorrentes, especialmente a questão fundiária com o aparecimento de supostos títulos de posse de terceiros que desestabilizam os atores que fazem o uso do território tradicional. Assim, a lógica do território usado como reserva de recursos naturais do sistema capitalista não permite o acesso pleno dos atores as políticas públicas, ocorrendo apenas melhorias tímidase movidas por cenários curtos com a inserção de capital internacional, permitindo a continuidade do processo de invisibilidade desses atores, principalmente em tempos de crise econômica e política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ADAMS Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org). **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

ALENCAR, A.;PEREIRA, C.;CASTRO, I.*et al*. 2016. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia**: Histórico, Tendências e Oportunidades. IPAM, Brasília, DF, 93p.

ANTAS. Jr; MENDES, Ricardo. **Território e Regulação**: **Espaço Geofigura, fonte formal e não formal do direito**. Associação Editorial Humanitas. FAPESP. 2005. Disponível em: http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads.Acesso em: 15/12/2017

AYALA, Caroline; FEHLAUER, Tércio. **Considerações críticas sobre o conceito etnodesenvolvimento: para pensar a condescendência na relação intercultural**. Tellus, ano 5, n. 8/9, p. 37-51, abr./out. 2005. Campo Grande, 2005. Disponível em http://www.tellus.ucdb.br/index.php/tellus/article/view/94/101. Acessado em 28 de setembro de 2017.

BECKER. Berta. K. **Amazônia Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro. Garamount, 2009.

_____. **Tendências de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos**. Revista Território**,** 1997. Disponível em http://www.revistaterritorio.com.br/pdf. Acesso em: 05 de junho de 2018

_____.Novas Territorialidades na Amazônia:O desafio as Políticas Públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**. Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1 Acesso em 03 de outubro de 2017.

_____. Geopolítica da Amazônia.**Estudos avançados** - 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf. Acesso em 05/01/2018

BELCHIOR. V.**Comunidades de Seringueiros das Reservas Extrativistas do Rio Cautário, RO**: Aspectos Socioeconômicos, Percepção Ambiental e Potenciais Conflitos na Interação com a Fauna.Dissertação de Mestrado em Ecologia. Universidade Federal de Juiz de Fora Disponível em: http://www.ufjf.br/ecologia/. Acesso em 05 de junho de 2018.

BENITEZ, Ivo. **Legislação Ambiental Federal e de Rondônia**. 3ª Edição Revisada e Ampliada. Editora JusPODIVM, 2009.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA**. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Índice Básico de 2013. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em:05 de junho de 2018.

BRITO. M.C.W; PINTO. L.P.**Unidades de Conservação**: intenções e resultado. São Paulo, ANABLUME/ FAPESP, 2000. Pg.19 a 47. Disponível em: https://books.google.com.br/books. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

CALANDINO, Danielle; WEHRMANN, Magda; KOBLITZ, Rodrigo. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia: um olhar sobre o Estado do Pará. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 26, dez. 2012. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/made/article/view/26017/19677. Acesso em: 08 de outubro de 2017.

CALDENHOF, S.B.L. **Mudanças Sociais, Conflitos e Instituições na Amazônia**: O caso do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 2013.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.**Revista Aurora**, Dezembro de 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas
Acesso em: 05 de junho de 2018

CASTRO. C,R.C. **Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação no Pará**.A influência da Criação das Reservas Extrativistas Rio Xingu – Terra do Meio nos modos de vida das famílias locais. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2013. Disponível em: http://ppgaa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS. Acesso em 16 de junho de 2018.

CAVALCANTE. M. M. A.**Transformações Territoriais no Alto rio Madeira: Hidrelétricas, Tecnificação e (re)organização**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação Mestrado em Geografia/PPGG, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2007.

CRUZ, W.P,S. **Educação e Conservação da Biodiversiadade no contexto escolar da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuuba**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2014. Disponível em:http://repositorio.ufpa.br. Acesso em 20 de junho de 2018.

COHEN. P. **A Floresta em Jogo:** O extrativismo na Amazônia Central. Laure Emperaire, São Paulo. 2000.

CUNHA. C C;LOUREIRO, C, F, B. **Reservas Extrativistas**: Limites e Contradições de uma Territorialidade Seringueira.XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25. Disponível em:http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Cunha_CC.pdf.Acesso em: 05 de junho de 2018

DANSERO, R. GIACCARIA, P. GOVERNA. F**.** Desenvolvimento Local: Contextos Nacionais em Confronto.Orgs. SAQUET.M.A, SPOSITO, E, S. *In:***Teorias e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. 1ª ed.Editora Expresso Popular, 2009. Disponível em:http://www2.fct.unesp.br. Acesso em 25 de junho de 2018.

DIAS.R.S.**Reserva Extrativista Estadual do Rio Cautário – RO**: O Manejo Florestal como Uso Sustentável no Território. Dissertação de Mestrado.UniversidadeFederal de Rondônia – UNIR, 2012. Disponível em: http://www.ri.unir.br/jspui/. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

DIEGUES, A,C. S. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação:** O Mito da Natureza Intocada. Série: Documentos e Relatórios de Pesquisa. Nº 1.Núcleo De Apoio À Pesquisa Sobre Populações Humana S E Áreas Úmidas Brasileiras-NUPAUB. Universidade De São Paulo. São Paulo. 1993. Disponível em: http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br. Acesso em:Acesso em 25 de junho de 2018.

_____. **Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em Perspectiva. Disponível em: http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/Diegues_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

DURAN S. E. **Afirmação Identitária, Ressignificação Territorial e Multiterritorialidade Urbana das Famílias Cassupá/Salamãi Residentes em Porto Velho-RO**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia/PPGG, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2016.

FARIA, R M; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde:contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no brasil. **Raega– O Espaço Geofigura em Análise**, [S.l.], v. 17, jun. 2009. ISSN 2177-2738. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br. Acesso em: 04 de outubro de 2017.

FEARNISIDE. P. M.**Desmatamento na Amazônia brasileira**: história, índices e consequências, 1991. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br. Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

_____. **BR-319: A rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de unir o arco de desmatamento com a Amazônia Central**, 2005. INPA. Disponível em http://philip.inpa.gov.br. Acesso em 05/01/2018.

FERREIRA,L, R. a, ARAÚJO, P, F, C. MARQUES, R, W,CAvaliação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável em Rondônia.**Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 2 (27), p. 401-408, ago. 2006. Disponível em: http://periodicos.sbu.unicamp.br/ Acesso em 18/02/2018.

FLORIANI, D.HEVIA, E. A.As Retóricas da Sustentabilidade na América Latina: Conflitos Semânticos e Políticos no Contexto de “Modernidades Múltiplas”.*In:***América Latina Sociedade e Meio Ambiente**: Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento. FLORIANI. Dimas;. (Orgs.). UFPR, Curitiba, 2016.

_____**La ConstruiciónDel Campo Socioambiental EmAmérica Latina:** Teoria Política Del Pensamento Ambiental Latinoamericano.América Latina Sociedade e Meio Ambiente. Teorias, Retóricas e Conflitos em Desenvolvimento. Editora UFPR, Curitiba, UFPR, 2016.

FORNARI, T, L. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo,p.112-124,jan./jun.2010. Disponívelem: http://www.seer.upf.br/index.php/. Acesso em 03 de outubro de 2017.

FURLAN. S. **Manual de Gestão de Unidades de Conservação**. Zona de Amortecimento. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/.../Manual_do_Gestor-Zona_de_Amortecimento_SAF.pd. Acesso em 03 de outubro de 2017.

FRANCO, M,H,M. **Conflito Social e a Criação de Reservas Extrativistas no Município de Lábrea – AM**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2017.Disponível em:http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123. Acesso em 15 de junho de 2018.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Levantamento de Dados Sobre a Produção Leiteira**.Disponível em: http://www.idaron.ro.gov.br/Multimidia/downloads/docs/ Acesso em 03 de outubro de 2017.

GOVERNO DE RONDÔNIA. Superintendência de Comunicação – SECOM. Disponivélem:http://www.rondonia.ro.gov.br/valor-da-producao-agropecuaria-de-20. Matéria divulgada no Portal do Governo do Estado de Rondônia em 05/07/2017. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia. Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável e Proteção Ambiental**, 2009

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Agência de Defesa Agrossilvilpartoril de Rondônia. Disponível em http://www.idaron.ro.gov.br/portal/. Acesso em 18/02/2017.

HARDIN. G. **The Tragedy Of the Communs**. Revista Science, 1968, publicado em 13 de dezembro. Disponível em: http://www.garretthardinsociety.org/articles/art Acesso em: 14 de junho de 2018.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Dossiê América Latina**. Estud. av. vol.6 n.16, São Paulo Setembro/Dezembro. 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.Acesso em 03 de outubro de 2017.

LAUDARES.S. S. A; SILVA. K. G, B. L. A. **Cadastro Ambiental Rural: uma análise da nova ferramenta para regularização ambiental no Brasil.** Disponível em: file:///C:/Users/diego/Downloads/33743-138900-1-PB.pdf. Acesso em 18 de fevereiro de 2017

_____ M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo:EDUSP, 2006.

LEFF. H**. A Racionalidade Ambiental e a Reapropriação Social da Natureza**; tradução Luis Carlos Cabral- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. p. 121 a 157.

MACIEL,R.C.G,CAVALCANTE, P.G.F,SOUZA, E,F.Distribuição de Renda e Pobreza na Floresta Amazônica: Um estudo a partir da Reserva Extrativista(Resex) Chico Mendes**.RES- Revista de Estudos Sociais**. V. 16, nº 32- 2014. Disponivel em: http://periodicoscientificos.ufmt.br. Acesso em 10/06/2018.

MARGULIS. S. **O desempenho do Governo Brasileiro, dos ÓrgãosContratantes, e do Banco Mundial em relação à questão ambiental do POLONOESTE**. Agosto de 1991. IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

MITTERMEIER. R.A;FONSECA.G.A. B;RYLANDS.A. *et al.***Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil**. Revista Megadiversidade. volume 1, nº 1, julho de 2005.

MORAES. A.C.R. **Contribuições para a Zona Costeira no Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. ANABLUME, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

**PLANAFLORO**. Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Rio Cautário. Costa Marques. 1997.

POPPER, Karl. A Lógica de Pesquisa Cientifica. Cultrix, São Paulo, 2007.
PRESTES, M. E. B. **A investigação da natureza no Brasil Colônia**. São Paulo, ANABLUME, FAPESP, 2000. p.17 a 23. Disponível em: https://books.google.com.br Acesso em 10 de janeiro de 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. LITEC, Paris, 1980.

ROJAS, S, R. **Manual da Pesquisa Social**. Tradução Ricardo Rosenbush- Petrópolis, Vozes, 2004.

SAQUET, M, A; SILVA, S, S, SANTOS, M: **Concepções de Geografia, Espaço e Território**. Geo UERJ.Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em:www.geouerj.uerj.br/ojs. Acesso em 03 de outubro de 2017.

SILVA, D. BARRETO. P. **O potencial do imposto territorial rural para conter o avanço do desmatamento especulativo na Amazônia**. Belém, PA, IMAZON, 2014. Disponível em: http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2016/04/Imazon. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

SILVA, G.C. **Resex Lago Cuniã em Rondônia**: Uma Produção de Territorialidade pelo Conflito Socioambiental. Dissertação de Mestrado.Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS. M. **Espaço e método**, 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. O retorno do território. *In*: **Observatório Social da América Latina – OSAL**, Ano 6, nº 16 junho de 2005, Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível

em:http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica.São Paulo: EDUSP, 1978.

SILVEIRA, M, A. O Brasil: **Território e Sociedade no início do século 21 - a história de um livro.**ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.151-163. Disponível em https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/556/586. Acesso em 08/06/2018.

SOUZA LIMA. A, C.O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo**.** LACED/DA-Museu Nacional-UFRJ**. Revista De Antropologia**, São Paulo, USP, 2012, V. 55 Nº 2. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/59301/62337.

SOUZA, M. V.M. **Sistemas socioecológicos em comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes e Projeto de Assentamento, na bacia hidrográfica do Riozinho do Rôla, Acre, Brasil:** Diagnóstico Participativo sobre usos impactos diferenciados sobre os recursos naturais. Dissertação de Mestrado.INPA, Manaus, 2012. Disponível em http://bdtd.inpa.gov.br. Acesso em 08 de junho de 2018.

STEIL, C, A. TONIOL, R. **Além dos Humanos**: Reflexões Sobre O Processo De Incorporação Dos Direitos Ambientais Como Direitos Humanos Nas ConferênciasDas Nações Unidas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 283-309, jul./dez. 2013.

TEISSERENC, M. J. S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas.**Dossiê. Caderno CRH**, v 29, nº 77, pg 229-242, Maio/ Agosto de 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29n77/01
Acesso em 08 de junho de 2018.

THERY, N, A, M. **Território de Gestão Ambiental na Amazônia**: Terras Públicas e os Dilemas do Estado. Annablume, São Paulo, 2011.

THOMAS. K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação às plantas e as animais. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/mariafro
Acesso em 03 de outubro de 2017.

**ANEXOS**

Questionário Socioeconômico e Ambiental Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário.

Resuma as principais partes da entrevista: informações básicas sobre a família, renda, educação e saúde.

Entrevistador_____data:_____/_____/____

1.IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Coordenadas Geográficas da moradia na Resex:
Latitude_____
Longitude_____
1.01. Nome_____Idade _____

1.02. Colocação_____

1.03. Comunidade_____

1.04.Estado civil: Casado ( ) Solteiro ( ) possui companheiro ( ) viúvo ( )
1.05.Sexo: F( ) M ( )
1.06. Até que ano estudou?
_____
1.07. Qual a sua região de origem?
( ) Norte ( ) Sul ( ) Centro Oeste ( ) Nordeste ( ) Sudeste
1.08.Cidade_____
1.09.Seringal:_____
1.05. Em quais os municípios já morou (por ordem cronológica).....
.....
2. INFRA-ESTRUTURA.
2.01. Comunicação
( ) rádio, ( ) telefone fixo, ( ) telefone celular, ( ) televisão, ( ) internet
2.02. ENERGIA

2.03. Existe energia elétrica na sua comunidade? sim ( ) não ( )

2.04. A energia é: pública ( ) tenho meu próprio gerador ( ) solar ( )

2.05. A energia atende a todos os moradores da linha? sim ( ) não ( )
3. EDUCAÇÃO

3.01 - Existe escola nas proximidades? sim( ) não ( )

3.02. As crianças estudam em escolas de qual zona? urbana ( ) rural ( )

3.03. Quais os níveis escolares presentes na família?
Analfabeto ( ) Alfabetizado( ) de 1ª a 4ª serie ( ) de 5ª a 9 ano Ensino Fundamental completo( ) Ensino médio incompleto( ) Ensino médio

completo( ) Ensino superior incompleto( ) Ensino médio completo ( ) Ensino técnico ( )

3.04 – Até que séries a escola atende?

De 1ª a 4ª serie( ) de 5ª a 9 ano ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino médio ( )

4. SAÚDE:

4.01 – Qual a distância da Unidade Básica de Saúde mais próxima?

Menos de 1 quilometro? ( ) de dois ( ) mais ( )

4.02 - O que falta para que o serviço da UBS possa atender melhor à população?

Médicos ( ) remédios ( )melhorar o atendimento ( ) dentista ( )matérias de primeiros socorros ( ) ambulâncias ( ) mais profissionais em saúde ( ) melhorar a infraestrutura da UBS. ( ) diminuir a espera ( ) vacinas.( ) nenhuma das alternativas ( ) não sabe ( ).

4.3 - Existe agente de saúde atuando na comunidade?

Sim ( ) Não ( )

4.4. Quais os principais problemas de saúde?

Malária ( )
Dengue ( )
Febre Amarela ( )
Epilepsia ( )
Gastrite ( )
Derrame ( )
Problemas cardíacos ( )
Doenças da pele ( )
Verminoses/diarreia( )
Doenças respiratórias ( )
Doenças mentais (nervos) ( )
Tuberculose( )
Problemas renais ( )
Alcoolismo ( )
Hanseníase ( )
Nenhuma ( )
Outras: ( )_____

5. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL E ESTRUTURA DA TERRA

5.01. Tempo de moradia na colocação:

Até 1 ano ( ) 1 - 3 anos ( ) 3 – 5 anos ( ) 5 - 10 anos ( ) 10 anos a 15 anos

( ) 15 a 20 ( ) 20 a 30 ( ) 30 a 40 ( ) acima de 50 anos ( )

5.02. Como foi adquirida a colocação?

01- Compra/troca de outro proprietário anterior ( )
02- Compra/troca de terceiros não proprietário( )
03 – Colocação estava vazia ( )
04- Nenhuma das alternativas ( )

5.03. Comprou o uso?

Vizinho ( ) amigo ( ) parente ( ) não conhece ( ) não comprou ( ) arrendada( )

6.ECONOMIA:

6.01. Qual a sua atividade no seu local de origem?(No caso de moradores que não provem de outras Resex)

Agricultura ( ) pecuária ( ) atividade urbana ( ) funcionário público ( ) Nenhuma das alternativas ( )

6.02 - Produção (da última safra) extrativista vegetal e da silvicultura:

| Produtos | Quantidade Produzida ( KG) | Quantidade Vendida ( KG) | Preço do KG |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

6.03 - Qual a modalidade de produção extrativista?
( )Comercial
( )Subsistência
( )Mista
( )Não informou

6.04 - Qual a principal fonte de renda da colocação?
( )Agricultura
( )Pecuária
( )Extrativismo
( )Outro:_____

6.05 - Pretende continuar morando na reserva nos próximos anos?
( )Sim ( )Não ( )Não sabe informar?

6.06.
Porque?
_____
_____

6.0. Caso resolver vender a colocação, onde irá morar?

( ) na zona rural do município ( ) na sede do município ( ) outro município de Rondônia ( ) em outro Estado.

7. MEIO AMBIENTE:

7.01. A família ou alguém da família se alimenta de caça? ( ) sim ( ) não

7.02.Quais? Cite as três principais espécies.
_____

7.03. Qual o período que se alimenta mais de caça? ( ) inverno ( ) verão

7.04. A família ou alguém da família se alimenta de peixe? ( ) sim ( ) não

7.05. Qual o período que se alimenta mais de peixe? ( ) inverno ( ) verão

7.06. A família ou alguém da família se alimenta de produtos da floresta?
( ) sim ( ) não

7.07. Quais? Cite as três principais espécies.
_____

7.08. Alguém já foi procurado por madeireiros na RESEX?
Sim ( ) Não ( )

Se sim, quem? Próprio responsável ( )Membro da família ( ) Vizinhos ( )
7.09. Alguém já foi procurado por caçadores na Resex?
Sim ( ) Não ( )
Se sim, quem? Próprio responsável ( ) Membro da família ( ) Vizinhos ( )
7.10 – Qual (ais) o(s) principal (ais) problema(s) ambiental(ais) encontrado(s) na RESEX?
( ) Desmatamento
( ) Retirada ilegal de madeira
( ) Caça ilegal
( ) Pesca ilegal
( ) Queimadas
( ) Não tem problemas
( ) Outros:_____
8. GESTÃO DA RESEX:
8.01 - Conhece o plano de utilização da reserva extrativista?
( ) Sim ( ) Não

8.02 - Já ouviu falar do plano de manejo de uso múltiplo da reserva extrativista?
( ) Sim ( ) Não
Se SIM, qual a opinião a Respeito: _____
_____
_____

8.03 - Conhece o documento de concessão real de uso da reserva extrativista?
( ) Sim ( ) Não
Se SIM, qual a opinião a respeito: _____
_____
_____

8.04 - Você é a favor que as colocações vazias da reserva sejam ocupadas por pessoas de outras localidades?
( ) Sim ( ) Não
Se SIM, porque?_____
9. ORGANIZAÇÃO SOCIAL:
9.01 - Alguém da família pertence a alguma organização social?
( ) Sim ( ) Não
Se SIM, especificar qual: _____

9.02 - Vocês participam das assembleias e reuniões realizadas?
( ) Sim ( ) Não Se NÃO, por quê? _____

9.03 - Quais as lideranças presentes na localidade?
( ) Igreja/Pastoral
( ) Prefeitura
( ) STTR
( ) SEDAM
( ) Políticos

( ) Não reconhece nenhuma
Associação:
_____
Outros:_____
_

10. Quadro de dados pessoais dos responsáveis e gerações tradicionais
10.1 Informações sobre os responsáveis das famílias residentes no município.

| Parentesco | Nome do membro da família pertencente a população tradicional? | Onde o membro residia? | Qual a atividade tradicional? (combine os códigos) |
|---|---|---|---|
| Pai | | | |
| Mãe | | | |
| Avó | | | |
| Avô | | | |
| Bisavó | | | |
| Bisavô | | | |

Código: 1 Seringueiro 2 Pescador 3. Extrativista de outros produtos da floresta.